UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

LIDIA LIMA DA SILVA

A distinção entre os indefinidos ‘um’ e ‘algum’ no português brasileiro

São Paulo,
2007

LIDIA LIMA DA SILVA

A distinção entre os indefinidos ‘um’ e ‘algum’ no português brasileiro

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras/Linguística.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral
Orientadora: Profa. Dra. Ana Muller.

São Paulo,

2007

Folha de Aprovação

Lidia Lima da Silva

A distinção entre os indefinidos ‘um’ e ‘algum’ no português brasileiro.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras/Linguística.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral
Orientadora: Profa. Dra. Ana Muller.

Aprovada em:

Banca examinadora:

Prof. (a) Dr. (a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr. (a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais e irmãos

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos espíritos iluminados, que sempre procuram nos inspirar com boas idéias, a despeito de sempre resistirmos às suas influências.

Agradeço aos meus pais, especialmente à minha mãe pela palmada que me deu quando eu era criança e resistira à idéia de ir para a escola. Agradeço aos meus irmãos, Nenê e Lucas, o carinho.

Agradeço ao Cléo seu amor e paciência nos momentos de angústia ou irritação. Agradeço à sua família o apoio e o carinho.

Agradeço aos meus amigos, em especial à Lourdes a amizade sincera. Agradeço às professoras Damaris, Marisa Azevedo, Neuci e Patrícia.

Agradeço ao Grupo de Estudos de Semântica Formal da USP pelo convívio e discussões que sempre contribuíram para meu trabalho. Em especial, agradeço à Ana Paula, à Luciana e à Nize, não necessariamente nessa ordem e por diferentes razões.

Agradeço à Érica, ao Robson e ao Ben Hur, o suporte burocrático.

Agradeço à CAPES o apoio financeiro.

Agradeço à Profa. Dra. Esmeralda Negrão, ao Prof. Dr. Marcelo Ferreira e à Profa. Dra. Roberta Pires de Oliveira as contribuições ao meu trabalho.

Agradeço à Profa. Dra. Angelika Kratzer a atenção em ouvir sobre meu trabalho, apesar de minha dificuldade.

Agradeço à Profa. Ana Müller, que sempre acreditou mais em mim do que eu mesma. Agradeço seu carinho e delicadeza ao discutir minhas idéias. Agradeço sua contribuição ao meu amadurecimento pessoal e acadêmico, pois com toda certeza, durante esses anos de convívio, seus ensinamentos foram além da Semântica Formal.

Todos os erros deste trabalho são única e exclusivamente minha responsabilidade.

RESUMO

Lima-Silva. L. A distinção entre os indefinidos ‘um’ e ‘algum’ no português brasileiro. 2007. 137 f. - Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Este trabalho discute a denotação dos sintagmas indefinidos contendo ‘um’ e ‘algum’ na posição pré-nominal no português do Brasil e argumenta em favor de uma distinção entre ambos. O objetivo é delimitar as propriedades semânticas desses dois indefinidos e as contribuições de cada um para as sentenças em que aparecem.

Tendo como ponto de partida os trabalhos de Kratzer & Shimoyama (2002) para o indefinido ‘irgendein’ do alemão, Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003) para o ‘algún’ do espanhol e para o ‘some’ do inglês e Pires de Oliveira (2005) para o indefinido ‘qualquer’, esta dissertação defende que ‘algum’ é um indefinido que marca a falta de conhecimento do falante em relação ao referente, ao passo que ‘um’ pode ser usado para referir-se a um indivíduo específico e não apresenta tal efeito.

Por meio da análise da intuição dos falantes do PB e da análise dos dados a partir das propostas dos autores citados acima, foi possível constatar que ‘um NP’, quanto ao comportamento quantificacional, (i) apresenta variabilidade de força quantificacional; (ii) pode ser antecedente de pronome anafórico; (iii) não tem seu escopo restringido por sentenças-se, (iv) pode combinar-se com sentenças relativas não-restritivas. Não é um indefinido epistêmico e devido a isso (i) pode ser lido como fazendo referência a um indivíduo em especial; (ii) não induz a alargamento de domínio; (iii) não está associado à livre escolha dentro de um conjunto de alternativas e (iv) não induz a um efeito epistêmico.

Por sua vez, ‘algum NP’ quanto ao comportamento quantificacional, (i) não apresenta variabilidade de força quantificacional; (ii) pode ser antecedente de pronome anafórico; (iii) tem seu escopo restringido por sentenças-se, (iv) não pode combinar-se com sentenças relativas não-restritivas. ‘Algum NP’ é um indefinido epistêmico e devido a isso (i) não pode ser lido como fazendo referência a um indivíduo em especial; (ii) induz a alargamento de domínio; (iii) está associado à livre escolha dentro de um conjunto de alternativas e (iv) induz a um efeito epistêmico.

A análise proposta nesse trabalho é feita sob a perspectiva teórica da Semântica Formal e é relevante na medida em que contribui para uma tipologia translingüística.

Palavras-Chave: Indefinidos; ‘um’; ‘algum’; modalidade; Semântica.

ABSTRACT

Lima-Silva. L. A distinção entre os indefinidos ‘um’ e ‘algum’ no português brasileiro. 2007. 137 f. – Dissertation (Master) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

This work studies the denotation of indefinite phrases with ‘um’ and ‘algum’ in the pre-verbal position in Brazilian Portuguese and it argues in favor of a distinction between them. The goal of this dissertation is to discuss the properties that distinguish these two indefinites and the semantic contributions they provide to sentences where they appear.

The works of Kratzer and Shimoyama (2002), Alonso-Ovalle and Menéndez-Benito (2003) and Pires de Oliveira (2005) are the background to the analysis proposed here. This dissertation argues that ‘algum’ is an epistemic indefinite that marks speakers’ lack of knowledge about who (or what) satisfies her existential claims. However ‘um’ does not induce to this epistemic effect and can be appropriate when the speaker intends to refer to a specific individual.

The analysis of the speaker’s intuition and the analysis of data (departing of works of the mentioned authors) permitted to conclud, in the respect to quantification: ‘um NP’ (i) presents variability of quantificational force; (ii) it can be antecedent of an anaphoric pronoun; (iii) it does not have its scope constrained by *if-sentences*; (iv) it can be combined with non-restrictive clauses. ‘Um NP’ is not an epistemic indefinite and, due to this, (i) it can be read as an “referential”; (ii) it does not induce to the domain widening; (iii) it is not associated with free choice effect; (iv) it does not induce an epistemic indefinite.

On the other hand, ‘algum NP’ (i) presents variability of quantificational force; (ii) it can not be antecedent of an anaphoric pronoun; (iii) it has its scope constrained by *if-sentences*; (iv) it can not be combined with non-restrictive clauses. ‘Algum NP’ is an epistemic indefinite and, due to this, (i) it can be read as an “referential”; (ii) it induces to the domain widening; (iii) it is associated with free choice effect; (iv) it induces an epistemic indefinite.

The proposals of this work are made under the theoretical point of view of Formal Semantics and are relevant because they contribute to studies concerned with a general theory of indefinites.

Key words: Indefinites, ‘um’; ‘algum’; epistemic modality; Semantics

SUMÁRIO

Apresentação	12
Capítulo 1. Os indefinidos ‘um’ e ‘algum’ sob diferentes perspectivas	14
1.1. Tratamentos para o ‘um’ e o ‘algum’	14
1.1.1. Indefinidos sob as perspectivas normativa e descritiva: Cunha & Cintra (1985) e Moura Neves (2000)	14
1.1.2. Russell (1905)	22
1.1.3. Heim (1982)	26
1.1.4. Chierchia (2003)	34
1.1.5. Gollo (2004)	42
1.2. A denotação dos indefinidos em termos de funções	44
1.3. Resumo: Existe distinção entre ‘um’ e ‘algum’?	49
Capítulo 2. As propostas para os indefinidos: ‘irgendein’, ‘algún’, ‘some’ e ‘qualquer’	54
2.1. A análise de ‘irgendein’: Kratzer & Shimoyama (2002)	55
2.2. Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003): o caso do ‘algún’	64
2.3. Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003): o caso do ‘some’	71
2.4. Pires de Oliveira (2005): o caso do ‘qualquer’	75
2.5. Resumo	83
Capítulo 3. O contraste semântico entre ‘um’ e ‘algum’	86
3.1. Indefinidos ‘um’ e ‘algum’ e quantificação	87
3.2. A relação entre indefinidos e efeito epistêmico: o que nos dizem os dados?	108
3.3. Resumo	116
3.4. De onde vem a força quantificacional dos indefinidos ‘um’ e ‘algum’?	117
3.5. De onde vem o efeito epistêmico de ‘algum’?	121
3.6. Relação entre ‘um’, ‘algum’ e ‘qualquer’	126
3.7. Comparação entre os indefinidos do alemão, do espanhol, do inglês e do	128

português	
3.8 Resumo	129
Conclusão Geral: já é possível saber a denotação dos sintagmas indefinidos ‘um’ e ‘algum’ no PB?	130
Bibliografia	133

APRESENTAÇÃO

Este trabalho discute as propriedades semânticas que caracterizam ‘um’ e ‘algum’ no português do Brasil. Defende-se que esses indefinidos apresentam propriedades semânticas que os distinguem. Enquanto ‘algum’ a marca falta de conhecimento do falante, o que o caracteriza como um indefinido epistêmico, ‘um’ não possui tal propriedade e pode ser usado em contextos em que o falante tem um referente em mente.

A proposta desenvolvida aqui é a de que a denotação de ‘algum’ pode ser derivada do mesmo modo que Kratzer & Shimoyama (2002) derivam a denotação de *irgendein* ‘algum’ no alemão. Para esses autores este indefinido induz a um alargamento de domínio e, quando combinado a um predicado, cria um conjunto de alternativas proposicionais possíveis.

Segundo Kratzer & Shimoyama (2002) e Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003), os falantes fazem uso de um elemento que induz a alargamento de domínio para evitar afirmações falsas e falsa inferência de exaustividade.

Defende-se, que o efeito epistêmico de ‘algum’ no PB é resultado da interação do alargamento de domínio que ele induz e um modal. Neste sentido, ‘algum’ marca ignorância do falante, sua combinação com um predicado cria um conjunto de alternativas proposicionais e ao se combinar um indefinido com um modal tem-se o efeito de livre escolha.

Segundo Pires de Oliveira (2005), ‘qualquer’ pode associar-se a dois tipos de base modal (contrafactual e epistêmica), além disso, pode ter leitura genérica caracterizadora. Em contraste ‘algum’, que está sempre associado à força quantificacional de existência, apresenta variabilidade de força quantificacional. Além disso, se ‘algum’ induz a um alargamento de domínio, isso ocorre de modo diverso do que ocorre com ‘qualquer’ que, de acordo com o que ilustram os dados, pega um domínio maior que o domínio de ‘algum’.

‘Um’, por sua vez, não induz a alargamento de domínio e pode ser lido como “referencial”, em contraste com ‘algum’.

Esta dissertação organiza-se como segue: no primeiro capítulo faz-se uma revisão das análises propostas para ‘um’ e ‘algum’ que não levam em conta a distinção entre ambos apontada neste trabalho. Essa revisão tem o intuito de ilustrar que ainda é necessário fazer um estudo das propriedades semânticas desses indefinidos, a despeito da proposta de Gollo (2004), segundo a qual a diferença entre esses indefinidos deve-se ao fato de ‘um’ fazer uma

afirmação de existência ao passo que ‘algum’ pressupõe a existência de um conjunto; no segundo capítulo, faz-se uma revisão do tratamento proposto para os indefinidos *irgendein* ‘algum’ (Kratzer & Shimoyama, 2002), *algún* ‘algún’ e *some* ‘algum’ (Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito, 2003) e para ‘qualquer’ (Pires de Oliveira, 2005), com o intuito de buscar ferramentas para explicar a distinção entre ‘um’ e ‘algum’; por fim, no terceiro capítulo é discutida a distinção ‘um’/‘algum’ tendo como pressuposto o aparato teórico da Semântica Formal. Este capítulo é reservado à explicação do comportamento de ‘um’ e ‘algum’ em relação às características apontadas acima.

Este trabalho é importante, pois, ao estudar as propriedades semânticas do ‘um’ e do ‘algum’, contribui para uma semântica preocupada em descrever as propriedades semânticas dos indefinidos e preocupada com a construção de uma tipologia geral dos indefinidos no PB e nas línguas naturais como um todo.

Capítulo 1: Os indefinidos ‘um’ e ‘algum’ sob diferentes perspectivas

Muitas das pesquisas em Semântica Formal têm se dedicado à construção de uma teoria para explicar a denotação de sintagmas indefinidos (ver. Russell (1905), Strawson (1952), Heim (1982), Kratzer (1998), entre outros). O objetivo deste trabalho é discutir a denotação do sintagma indefinido no português brasileiro (doravante PB), mais precisamente, a denotação do sintagma indefinido contendo ‘um’ e ‘algum’.

Por entender que o significado das sentenças é resultado do significado de suas partes (Princípio da Composicionalidade) e que, além disso, esse significado está associado às condições em que uma sentença é verdadeira, a análise proposta aqui tem como referencial teórico o aparato de análise da Semântica Formal. Uma vez que o significado da sentença é obtido composicionalmente, busca-se entender qual a contribuição semântica dos itens ‘um’ e ‘algum’ para os sintagmas e para as sentenças em que aparecem.

Partindo de definições de duas gramáticas do português, passando pela proposta de Russell (1905), Heim (1982) e Chierchia (2003), este capítulo apresenta algumas análises que têm sido propostas para o tratamento dos indefinidos. É apresentada ainda a proposta de Gollo (2004) para a distinção entre ‘um’ e ‘algum’ no PB e, por fim, discute-se a importância de olharmos novamente para tal distinção.

1.1. Tratamentos para ‘um’ e ‘algum’

1.1.1. Indefinidos sob as perspectivas normativa e descritiva: Cunha & Cintra (1985) e Moura Neves (2000)

Esta seção faz uma retomada da perspectiva de uma gramática normativa e uma gramática descritiva sobre o artigo indefinido ‘um’ e o pronome indefinido ‘algum’. Inicia-se com a proposta normativa de Cunha & Cintra (1985) e depois passa-se para a proposta descritiva de Moura Neves (2000).

A escolha por iniciar esse trabalho a partir de uma gramática normativa deveu-se ao fato de ser, na maior parte das vezes, através desse tipo de gramática que entramos em contato

com o “estudo” da língua. Por sua vez, a escolha de uma gramática descritiva deveu-se pelo que ela se propõe a fazer, mostrar como os falantes fazem uso desses itens no PB.

Em português as gramáticas têm nomeado “indefinidos” dois tipos de elementos: o artigo indefinido ‘um’ e suas flexões; e os pronomes indefinidos, entre os quais está o ‘algum’, e suas flexões, mas como será apresentado no desenvolvimento somente essa distinção entre “pronome” e “artigo indefinido” não explica diferença entre ambos.

Cunha & Cintra (1985) colocam os artigos indefinidos e os pronomes indefinidos em partes distintas da gramática. Artigos indefinidos são apresentados em contraposição a artigos definidos. Artigos definidos (‘o’, ‘os’, ‘a’, ‘as’) e indefinidos (‘um’, ‘uma’, ‘uns’, ‘umas’) são determinantes, palavras que se antepõem aos substantivos e podem ter, respectivamente, as funções de (i) indicar que se trata de um ser já conhecido do leitor ou ouvinte, por ter sido mencionado antes ou por ser um objeto que faz parte do conhecimento prévio de ouvinte e falante; (ii) indicar que se trata de um representante de uma espécie para o qual não houve menção anterior.

Segundo esses autores, a principal função do artigo definido é a de determinar um substantivo. Em uma sentença como (2) caberia ao artigo ‘o’ determinar os substantivos ‘caboclinho’ e ‘taquara’. Mais especificamente o artigo definido restringe a extensão dos substantivos, individualizando-os, de modo a defini-los dentro de uma espécie. Por outro lado, na sentença (1), caberia ao artigo indefinido ‘um’ apenas indicar a espécie dos substantivos a serem apresentados ao ouvinte.

1) Foi chegando **um** caboclinho magro, com **uma** taquara rachada. (Cunha & Cintra, 1985).

2) Foi chegando **o** caboclinho magro, com **a** taquara rachada. (Cunha & Cintra, 1985).

Caberia ainda aos artigos definido e indefinido introduzir um substantivo indicando –lhe gênero e número, daí qualquer expressão antecédida por um artigo tornar-se um substantivo.

Outra observação importante a ser feita é que o item lexical ‘um’ é reconhecido pelas gramáticas ora como artigo indefinido, ora como numeral. Segundo Cunha & Cintra (1985), pelo fato de o artigo indefinido ter se originado do numeral latino *unus*, *una*, *unum*, que exprime unidade, o valor do numeral ainda poderia aparecer nos diversos empregos das

formas do singular ('um', 'uma'), principalmente no que diz respeito à apresentação de um ser ou objeto, expresso por substantivo, de maneira imprecisa, indeterminada ou desconhecida. Por sua vez, o artigo definido vem dos pronomes demonstrativos latinos *ille* (aquele), *illa* (aquela), *illud* (aquilo). Para os autores, este sentido de demonstrativo foi se perdendo aos poucos, mas ainda pode ser observado, segundo os autores, em sentenças como (3), em que o artigo pode ser entendido como 'esta' ou 'aquela'.

3) Permaneceu **a** semana inteira.

(Cunha & Cintra, 1985).

Além disso, ambos artigo definido e indefinido podem exprimir a totalidade de uma classe ou espécie, como ocorre em (4) e (5) em que 'o homem' e 'um homem', respectivamente, podem ser interpretados como se referindo a todos os indivíduos da classe dos homens.

4) **O homem** não é propriedade do homem.

(Cunha & Cintra, 1985).

5) **Um homem** não chora.

De acordo com os Cunha & Cintra (1985), os pronomes indefinidos, aplicam-se à terceira pessoa gramatical quando considerada de modo impreciso. Alguns variam em gênero e número, como o 'algum', outros são invariáveis, como 'nada'. Os pronomes indefinidos exercem, na oração, assim como outros pronomes, função equivalente à exercida por elementos nominais como os substantivos, por exemplo.

Os pronomes podem, ainda, representar um substantivo e aparecerem sozinhos na sentença, nesse caso, serão chamados de pronomes substantivos, como ocorre em (6) com o pronome 'alguém'; ou podem acompanhar e modificar um substantivo, como se fossem adjetivos, e, nesse caso, recebem o nome de pronomes adjetivos, como em (7), em que 'algum' acompanha 'menino'.

6) **Alguém** entrou na sala.

7) **Algum** menino entrou na sala.

Para esses autores, ‘algum’ é um pronome adjetivo, ou seja, determina um substantivo, mas, em alguns casos, pode aparecer isoladamente. Moura Neves (2000) diz que nesse caso há na verdade elipses do substantivo, como ilustrado em (8).

8) João aprontou **alguma**.

Cunha & Cintra apresentam como contraparte negativa do pronome ‘algum’ o pronome ‘nenhum’, exemplificado em (9), e ainda citam o uso de ‘algum’ que, quando posposto ao substantivo, assume um valor negativo mais forte que ‘nenhum’, sentenças (10) e (11).

9) **Nenhum** menino entrou.

10) Não entrou menino **algum**.

11) Em momento **algum** ele se referiu ao pai.

Enquanto Cunha & Cintra colocam em categorias diferentes artigo indefinido e pronome indefinido, Moura Neves (2000) os agrupa em uma única classe. Segundo a autora, todos os indefinidos são palavras não-fóricas, ou seja, não têm função de instruir a busca de recuperação semântica dentro de um texto ou na situação. São também palavras não-descritivas, na medida em que não informam sobre a natureza de um objeto, operando sobre um conjunto de objetos delimitados em razão de suas propriedades.

Há, segundo Moura Neves (2000), os indefinidos de identidade, para os quais não se pode identificar a referência, e os indefinidos de quantidade, que indicam de modo impreciso o tamanho do conjunto considerado.

Na descrição apresentada pela autora, tanto artigo indefinido quanto pronome são determinantes. Os determinantes que se combinam com nomes indicando a quantidade a ser considerada de um conjunto são quantificadores e essa operação de quantificar é por natureza partitiva, uma vez que os elementos que quantificam operam sobre uma porção ou sobre o todo de um conjunto.

Segundo o exposto por Moura Neves (2000), uma das características do artigo indefinido é ser usado quando não se quer apontar aquilo a que se faz referência. Desse

modo, um sintagma indefinido contendo ‘um’ destaca um ou mais indivíduos entre todos os indivíduos da classe em questão. O artigo indefinido apresenta um indivíduo simplesmente pela classe a que pertence, ou seja, em sentenças como (12), a presença do artigo indefinido origina a interpretação de que um indivíduo pertence à classe dos meninos. Segundo a autora, pelo fato de o ‘um’ ter, geralmente, uso não-referencial e aplicar-se a todo e qualquer membro do grupo descrito pelo sintagma, pode constituir generalizações, como ocorre em (13), em que se fala de cães em geral, ou em (14), em que se faz menção à classe dos malucos.

12) **Um menino** entrou.

13) Todo mundo que tem **um cão** é porque gosta dele.

14) Somente **um maluco** se atreveria a duvidar do capitão Natário da Fonseca.¹

Para a autora, o artigo indefinido introduz um referente que poderá ser retomado por qualquer palavra fórica (itens com função de instruir a busca de recuperação semântica de um referente em uma dada situação), tal como o artigo definido. É o que ocorre em (15), onde ‘um menino’ é retomado por ‘o menino’.

15) **Um** menino entrou. **O** menino aproximou-se da professora Ana.

Outra característica, de acordo com a autora, é que o artigo indefinido tem uso referencial em situações em que singulariza para referenciação, como em (16); e uso não-referencial em situações que singulariza para atribuição, como em (17).

16) Não posso crer na sinceridade de **um homem** que **vende** a todas as mulheres o que deveria dar, por amor, a uma só. (uso referencial) (Moura, Neve, 2000).

17) Não posso crer na sinceridade de **um homem** que **venda** a todas as mulheres o que deveria dar, por amor, a uma só. (uso não-referencial) (Moura, Neve, 2000).

¹ Exemplos (13) e (14) de Moura Neves (2000)

Apesar de não falar explicitamente, observando os exemplos (16) e (17), a autora atribui a distinção entre uso não-referencial e uso referencial à combinação de artigo indefinido e modo do verbo. Dessa maneira, uso referencial parece associar-se ao modo indicativo, exemplo (16), e uso não-referencial ao modo subjuntivo, exemplo (17), porém a análise da intuição dos falantes permite dizer que as duas sentenças são ambíguas.

Pelo exposto por Moura Neves, pode-se concluir que a distinção entre esses usos está no fato de que o uso não-referencial remete a toda a classe, fato que também pode ser observado, pelo uso de sentenças como (18), em que se fala de toda a classe de estudantes.

18) Estudantes agitam **o** mundo.

(Moura, Neve, 2000).

Neste sentido, segundo da autora, a natureza do artigo indefinido é a de que ele aponta para um ou mais indivíduos dentro de um grupo ou espécie, e por isso pode constituir generalizações de certos grupos em certas sentenças, como no exemplo (18) acima.

‘Um’ pode estar em sintagmas indeterminados de dois tipos: (i) indeterminado específico, quando o falante identifica um referente, mas o ouvinte não faz qualquer identificação, como ocorre em (19); (ii) indeterminado, quando ‘um’ refere-se não a um indivíduo, mas a uma classe, e nem falante, nem ouvinte fazem identificação de referente, sentença (20).

19) Assim, eu pedi a **um amigo** meu que trabalha numa seção de crédito se poderia usar seu computador por algumas horas. (indeterminado específico)²

20) E se viesse **um convite** para televisão? (indeterminado não-específico)

Para a autora, nesses contextos de uso não-específico é possível substituir ‘um’ por ‘qualquer’, o que tornaria mais evidente a falta de especificidade do sintagma (esse assunto será retomado na seção 3.6).

Moura Neves (2000) também fala da relação entre artigo indefinido e numeral e quanto à diferença entre ambos diz que:

² Exemplos (19) e (20) de (Moura Neves, 2000)

“Com o artigo indefinido UM, o que se afirma é a indeterminação, não a singularidade (embora ela exista), enquanto com o numeral um, o que se afirma é a singularidade, ou a qualidade de único (embora a indeterminação possa existir). Do ponto de vista da quantidade, isso significa dizer que, no caso do artigo indefinido, fala-se de "pelo menos um". Enquanto no caso de numeral, fala-se de “exatamente um”” (MOURA NEVES, 2000, p. 517-518).

De acordo com essa definição, nas sentenças (21) e (22) ‘um’ seria numeral, por indicar “exatamente um”. Por outro lado, seguindo os critérios de Moura Neves, há situações em que essa distinção não fica clara, e torna-se complicado estabelecer se trata-se de numeral ou artigo, como é o caso de (23), que possui duas interpretações, uma em que há exatamente uma parede e não duas e, por isso, seria um numeral; e outra, em que se fala de uma parede qualquer, e então se trata de indefinido.

21) Ganhava nos cálculos de hoje metade de **um** salário mínimo.

(Moura Neves, 2000)

22) Bem, eu mesmo nunca tinha ouvido falar nisso até menos de **um** ano atrás. (Moura Neves, 2000)

23) Pelo menos metade de **uma** parede de sua sala é coberta com livros sobre futebol. (Moura Neves, 2000)

É possível questionar a distinção proposta nestes termos, pois há contextos em que os numerais têm a leitura de *pelo menos*. Por exemplo, numa situação em que João tenha dez cadeiras e Maria pergunte se ele possui duas para emprestar, ele não estará mentindo se disser que possui as duas cadeiras.

Quanto aos pronomes indefinidos, Moura Neves (2000) defende que são também palavras não-fóricas, pois não instruem na busca de um referente na situação ou texto. Segundo a autora, a classe de pronomes é composta por elementos de natureza bastante heterogênea: uns são indefinidos quanto à referência e outros são indefinidos quanto à quantidade. Em (24), há indefinição de identidade, pois não é possível identificar o referente. Por sua vez, em (25) e (26), há um indefinido de quantidade, pois indica de modo não-exato o tamanho do conjunto ou a quantidade da substância em questão.

24) Eu procurei **algum** precursor da técnica e achei.³

25) Durante os anos que moraram em Higienópolis conseguiram economizar **algum** dinheiro.

26) Não tenho **nenhum** bicho de pelúcia.

De acordo com Moura Neves, o pronome ‘algum’, usado para pessoas e coisas, quando anteposto a nomes contáveis no singular, indefine quanto à identidade, como em (27); e, quando anteposto a nome não-contável, indefine quanto à quantidade, como em (28). ‘Algum’ exprime quantidade ou identidade indefinida e ‘alguns’ indica indefinição quanto à quantidade. Por outro, apesar dessa afirmação feita pela autora, uma sentença com ‘algum’ combinado a um nome contável também pode referir-se à indeterminação da quantidade.

27) A decisão foi tomada por **algum** industrial japonês.

28) Colocou **algum** sal no arroz.

Em sentenças como em (29) e (12), repetida abaixo, por exemplo, ‘menino’ representa um grupo, um conjunto cujos elementos são meninos, ‘um’ e ‘algum’ determinam que porção desse grupo a ser considerada é indeterminada. Além disso, pelo uso de ‘um’ e ‘algum’ não identificamos a identidade desses meninos.

12) **Um** menino entrou.

29) **Algum** menino entrou.

Quanto ao comportamento dos pronomes indefinidos dentro do sintagma nominal, a autora expõe que podem ser nucleares, constituindo um sintagma, os chamados pronomes substantivos, são em si sintagmas indefinidos, exemplo (6) retomado a seguir; ou podem ser periféricos, incidindo sobre um substantivo, pronomes adjetivos, exemplo (7) onde ‘algum’, é “indefinidor” do nome.

6) **Alguém** entrou na sala.

7) **Algum** menino entrou na sala.

³ Exemplos (24), (25) e (26) de (Moura Neves, 2000).

Cunha & Cintra (1985) apresentam uma visão normativa para ‘um’ e ‘algum’ e listam uma série de usos “adequados” para essas expressões. Moura Neves, por sua vez, procura fazer uma descrição dos usos dos indefinidos e faz um agrupamento diferente dos propostos pelas gramáticas tradicionais, colocando-os na classe dos indefinidos, unindo as noções de determinante e quantificação.

1. 1. 2. Russell (1905)

Um dos estudos mais famosos sobre a semântica da denotação de sintagmas indefinidos contendo ‘um’ (no caso, *a*, artigo indefinido do inglês) é o texto “On denoting”, de Russell (1905). Esta seção pretende apresentar como o autor tratou a denotação de sintagmas indefinidos (e definidos) unindo estudos de lógica e análise da linguagem.

No texto “On denoting”, Russell faz um estudo sobre expressões denotativas, em inglês, tais como *a man* ‘um homem’, *some man* ‘algum homem’, *the present King of England* ‘o atual rei da Inglaterra’, *the present King of France* ‘o atual rei da França’.

Segundo o autor, expressões com o artigo definido *the* ‘o’ denotam um objeto definido; expressões como *a man* ‘um homem’, por exemplo, não denotam um indivíduo ou objeto definido; e expressões como *the present King of France* ‘o atual rei da França’, efetivamente, nada denotam (em um momento da história que a França não tinha mais rei).

De acordo com Russell (1905), é através das expressões denotativas que temos acesso a objetos ou indivíduos dos quais não se tem “conhecimento de trato”. Para o autor, pode-se conhecer os objetos de dois modos: pode-se ter “conhecimento de trato” e conhecimento “acerca de”. Os objetos de que se tem “conhecimento de trato” são aqueles de que, conforme o autor, temos representações; e aqueles objetos de que se tem conhecimento apenas por meio das expressões denotativas são os que se tem conhecimento “acerca de”.

É possível ter “conhecimento de trato” imediato de um certo objeto e afirmar uma série de proposições sobre esse objeto. Do que não se tem “conhecimento de trato” imediato é conhecido somente através de descrição.

Para falar da denotação, Russell (1905) toma a noção de variável como fundamental. Desse modo, ‘C(x)’ é usado para significar uma proposição (função proposicional) na qual x é um constituinte e x é uma variável totalmente indeterminada.

Então, ‘C(x) é sempre verdadeira’ e ‘C(x) é algumas vezes verdadeira’, logo *everything* ‘tudo’, *nothing* ‘nada’, e *something* ‘algo’ são interpretados como em (30), (31) e (32), respectivamente.

30) *C(everything) means ‘C(x) is always true’*

C(tudo) significa ‘C(x) é sempre verdadeira’

31) *C(nothing) means ‘C(x) is false’ is always true*

C(nada) significa ‘C(x) é falsa’ é sempre verdadeira

32) *C(something) means It is false that ‘C(x) is false’ is always true*

C(algo) significa é falso que ‘C(x) é falsa’ é sempre verdadeira

Conforme Russell (1905), *everything* ‘tudo’, *nothing* ‘nada’ e *something* ‘algo’ não têm qualquer significado isoladamente, porém contribuem para o significado das proposições nas quais aparecem. Dessa maneira, a interpretação de uma proposição como (33) está em (34). Segundo o autor, definindo-se a classe dos homens como a classe de objetos que têm o predicado humano chega-se (35).

33) *I met a man.*

Eu encontrei **um** homem

‘Eu encontrei **um** homem’

34) ‘Eu encontrei x, e x é humano’ não é sempre falsa

35) ‘C(um homem)’ significa ‘C(x) e x é humano nem sempre é falsa’

Na proposta de Russell (1905) a proposição (36) declara que se algo é um homem, é mortal. Em (36), se x é um homem, x é mortal, qualquer que seja x. Substituindo ‘x é um homem’ por ‘x é humano’ chega-se a (37). Dizer que todos os homens são mortais significa, segundo o autor, que ‘x é humano’ implica ‘x é mortal’ para qualquer valor de x. De modo geral, o significado da sentença (36) está expressa em (38).

36) *All men are mortal.*

Todos homens são mortal

‘Todos os homens são mortais’

37) ‘Todos os homens são mortais’ significa ‘Se x é homem, x é mortal’ é sempre verdadeira

38) ‘C (todos os homens)’ significa ‘se x é humano então $C(x)$ é verdadeira’ é sempre verdadeira

Partindo dessa análise, chega-se ao significado das expressões *no man* ‘nenhum homem’, *some men* ‘alguns homens’ e *a man* ‘um homem’, exemplificadas a seguir.

39) *No man is mortal.*

Nenhum homem é mortal

‘Nenhum homem é mortal’

39a) ‘C (nenhum homem)’ significa ‘se x é humano, então $C(x)$ é falsa é sempre verdadeira’

40) *Some men are mortal.*

Alguns homens são mortal

‘Alguns homens são mortais’

40a) ‘C (alguns homem)’ significa ‘C(um homem)’

41) *A man is mortal.*

Um homem é mortal

‘Um homem é mortal’

41a) ‘C (um homem)’ significa é falso que ‘ $C(x)$ e x é humano’ é sempre falsa

42) *Every man is mortal.*

Todo homem é mortal

‘Todo homem é mortal’

42a) ‘C (todo homem)’ significa o mesmo que ‘C(todos os homens)’

Segundo Russell (1905), o significado de um sintagma contendo o artigo indefinido é de quantificação existencial. A *man* ‘um homem’, em (33), afirma que existe um homem. Neste sentido, indefinidos não denotam um indivíduo particular, do mesmo modo que *every man* ‘todo homem’ não denota qualquer indivíduo particular.

Como exposto por Heim (1982), um argumento em favor dessa proposta pode ser ilustrado na sentença em (43), adaptada de Heim (1982). Se o indefinido fizesse referência a um indivíduo particular, Maria e Paulo teriam encontrado o mesmo homem, porém não é esse o significado de (43). A previsão para a interpretação dessa sentença, dentro da teoria de Russell (1905), é que ela será verdadeira em uma situação em que nem o conjunto dos homens que Paulo encontrou e nem o conjunto dos homens que Maria encontrou está vazio.

43) Paulo encontrou **um** homem e Maria encontrou **um** homem.

Uma discussão levantada inicialmente por Strawson (1952) a respeito da proposta de Russell de que *a* ‘um’ é um quantificador existencial é a possibilidade de um sintagma contendo *a* ‘um’ poder ser retomado por um pronome anafórico, mesmo sem se referir a nada. Será discutido mais sobre esse assunto posteriormente, na seção 1.1.3.

Por sua vez, segundo Russell (1905), as expressões contendo o artigo indefinido *the* ‘a’/‘o’ envolve unicidade. Uma sentença como (44), afirma que havia um *x*, *x* era pai de Carlos II e *x* foi executado. Ao usar a expressão ‘*x* era o pai de Carlos II’ afirma-se que *x* tinha uma relação com Carlos II e que nada mais tinha tal relação com Carlos II.

44) *The father of Charles I was executed.*

O pai de Carlos II foi executado

‘O pai de Carlos II foi executado’

A análise para o artigo definido proposta por Russell (1905) gerou consequências para os estudos das descrições definidas, porém, por questões de tempo, não será desenvolvido nada mais sobre o tema nesta dissertação.

1.1.3. Heim (1982)

Esta seção apresenta a proposta de Heim (1982) para análise dos indefinidos. Grosso modo, definidos e indefinidos são introdutores de variáveis, o que significa dizer que *a* ‘um’ não tem força quantificacional própria e sua contribuição na sentença é introduzir uma informação nova, ao passo que a função do *the* ‘o’ é retomar uma informação velha, familiar.

Segundo Heim (1982), semanticistas herdeiros de uma tradição dos lógicos têm analisado descrições definidas e indefinidas como quantificadores e pronomes como variáveis. A sentença (45), por exemplo, significa que o conjunto dos indivíduos que são gatos e que entraram não está vazio.

45)	<i>A</i>	<i>cat</i>	<i>arrived.</i>	(Heim, 1982).
	Um	gato	chegou.	
	‘Um	gato	chegou.’	

45’)	<i>cat</i>	(x)	$\&$	<i>Arrived</i>	(x)
	gato	(x)	$\&$	Chegou	(x)

Como dito na seção anterior, para Russell (1905), a força de quantificação de existência vem do artigo indefinido *a* ‘um’. Para ele, indefinidos são sempre sintagmas quantificados e não se referem a nada. Heim (1982), entretanto, explora uma análise alternativa, de acordo com a qual indefinidos não têm força quantificacional própria.

Na análise proposta pela autora, a força existencial, em sentenças como (45), não é atribuída ao artigo, mas a princípios que governam a interpretação de variáveis em geral. Com essa análise, ela pretende dar conta de sentenças como (46), em que o artigo indefinido pode servir como antecedente para pronomes.

46) **Um gato** entrou. Ele deitou no tapete.

Segundo a autora, se uma análise que classifica indefinidos e definidos como variáveis pode, inicialmente, omitir a distinção existente entre eles, é preciso discutir uma

nova teoria que dê conta do contraste. Essa nova teoria deve explicar as condições sob as quais definidos e indefinidos são diferentes e a capacidade exclusiva dos definidos para dêixis e anáfora.

Para Heim (1982), essas diferenças podem ser preditas se a análise semântica dos definidos e dos indefinidos for completada por uma hipótese que leva em conta suas condições de felicidade. Definidos felizes são variáveis “familiares”; e indefinidos felizes são variáveis “novas”.

A familiaridade está relacionada a um antecedente no texto ou a um referente contextualmente saliente. Heim (1982) captura a noção de familiaridade e a de novidade acrescentando à sua teoria um nível de análise chamado ‘nível dos arquivos’. Se considerarmos um enunciado como um arquivo e os indefinidos e definidos como cartões que colocamos nesse arquivo, cada indefinido inserido corresponde à abertura de um cartão novo e cada definido corresponde à recuperação de um cartão antigo e acréscimo.

Com base na proposta da autora, indefinidos parecem ter força quantificacional própria porque olhamos para exemplos mais simples como (45) acima, porém, para se entender a verdadeira natureza semântica dos indefinidos, é preciso olhar para sentenças como (47), (48), (49) e (50), cuja força quantificacional varia entre força quantificacional universal e existencial.⁴

47) *If a man owns a donkey, He always beats it.*
 Se um homem possui um burro ele sempre surra ele
 ‘Se um homem possui um burro, ele sempre bate nele’.

48) *In most cases, if a table has lasted for 50years,*
 Na maioria casos, se uma mesa tem durado por 50 anos,
 ‘Na maioria dos casos, se uma mesa Durou 50 anos,
it will last for another 50.
 ela irá (modal, futuro) durar por outros 50
 ela Durará por mais outros 50’.

⁴ Exemplos de Heim (1982).

- 49) *Sometimes, if A cat falls from the fifth floor, it survives.*
 Às vezes, se Um gato cai de o quinto andar, ele sobrevive.
 ‘Às vezes, se Um gato cai do quinto andar, ele sobrevive’.
- 50) *If a Person falls from the fifth Floor, he or she*
 Se uma Pessoa cai de o quinto andar, ele ou ela
 ‘Se uma Pessoa cai do quinto andar, ele ou ela
- will very rarely survive.*
 irá (modal, futuro) muito raramente sobreviver
 muito raramente sobreviverá’.

Para entender esses exemplos é preciso observar a função dos advérbios *always* ‘sempre’, *in most cases* ‘na dos casos’, *sometimes* ‘algumas vezes’, e *rarely* ‘muito raramente’. De acordo com a análise de Lewis (1975, *apud* Heim, 1982), adotada por Heim (1982), esses são advérbios de quantificação. A forma das sentenças com advérbio de quantificação é representada pelo esquema (51), em que o Q-advérbio toma duas proposições (ϕ representa uma e ψ representa a outra) como argumento, e cada uma dessas proposições é uma fórmula com uma ou mais variáveis.

51) Q-Adv ($\phi\psi$)

Para Lewis (1975, *apud* Heim, 1982), os advérbios de quantificação são quantificadores não-seletivos, ou seja, podem selecionar mais de uma variável, ao contrário dos quantificadores seletivos, que só selecionam uma variável. Então, para (47), com quantificador não seletivo *always* ‘sempre’, pode ser parafraseado por (47’’’).

47') Sempre $((x \text{ é um homem } \& y \text{ é um burro } \& x \text{ possui } y) \rightarrow x \text{ bate em } y)$

47'') “Sempre $(\phi\psi)$ ” é verdadeira se e somente se toda atribuição para as variáveis livres em ϕ que tornar ϕ verdadeira também tornar ψ verdadeira.

47''') $\forall x \forall y ((x \text{ é um homem } \& y \text{ é um burro } \& x \text{ possui } y) \rightarrow x \text{ bate em } y)$

As paráfrases de (47a) a (50a) para as sentenças (47)-(50) mostram que em contextos com um Q-advérbio como *always* ‘sempre’, por exemplo, o indefinido tem força quantificacional universal; e, em contextos com o advérbio *sometimes* ‘às vezes’, o indefinido tem a força de um quantificador existencial. Segundo Heim (1982), esse comportamento, que varia de acordo com o ambiente, é uma evidência de que indefinidos não têm força quantificacional própria, sendo, portanto, variáveis.

47a) Para cada homem e para cada burro tal que o primeiro possui o segundo, ele bate nele.

48a) A maioria das mesas tem durado por 50 anos dura por outros 50.

49a) Alguns gatos que caem do quinto andar sobrevivem.

50a) Poucas pessoas que caem do quinto andar sobrevivem.

Nesses exemplos, a força quantificacional vem do Q-Advérbio expresso nas sentenças. Porém, mesmo sem um operador expresso, como em (52), a força quantificacional vem de um operador não realizado fonologicamente, um tipo invisível de *always* ‘sempre’. Em (53) *every* ‘todo’ prende as variáveis livres de *a donkey* ‘um burro’ e *man* ‘homem’. Em (54), não observamos nenhum responsável pela quantificação; então, Heim (1982) atribuirá a força existencial à regra da *Existential Closure*.

52)	<i>If</i>	<i>a</i>	<i>man</i>	<i>owns</i>	<i>a</i>	<i>donkey</i>	<i>he</i>	<i>beats</i>	<i>it.</i>	(Heim, 1982).
	Se	um	homem	possui	um	burro	ele	bate	nele	
	‘Se	um	homem	possui	um	burro	ele	bate	nele’	

53) *Every man who owns A donkey beats It.* (Heim, 1982).
 Todo homem quem possui um burro surra Ele
 ‘Todo homem que possui um burro bate nele’

54) *A man came in.* (Heim, 1982)
 Um homem entrou
 ‘Um homem entrou’

Para conferir maior precisão à análise de algumas sentenças em inglês, e corroborar sua afirmação de que indefinidos não têm força quantificacional própria, Heim (1982) estuda estruturas sintáticas relacionadas à Forma Lógica por um número de “regras de construção”, que transformam a estrutura sintática em Forma Lógica. Por meio dessas regras, Heim (1982) demonstra como um operador prende o indefinido.⁵

Além dessas regras de construção, Heim (1982) postula que, mesmo em sentenças condicionais, há operadores modais invisíveis que prendem a variável introduzida pelo indefinido (Kratzer, 1979, *apud* Heim, 1982); do mesmo modo, em sentenças com operadores modais realizados (tais como dever e poder, por exemplo), esses operadores são responsáveis por prender a variável introduzida pelo indefinido.

Alguns exemplos de operadores modais invisíveis são as sentenças condicionais, como as em (55) e (56).

55) *If a donkey kicks John, he beats it.* (Heim, 1982)
 Se um burro chuta João, ele bate ele.
 “Se um burro dá um coice em João, ele bate nele”.

56) *If a man owns a donkey, he beats it.* (Heim, 1982)
 Se um homem possui um burro ele bate nele.
 Se um homem possui um burro ele bate nele.

‘Em todos os mundos em que um homem tem um burro, são mundos em que ele bate nele.’

⁵ Tradução minha de *Construal Rules* para “regras de construção”.

56') $\forall x \forall y (\text{homem}(x) \ \& \ \text{burro}(y) \ \& \ \text{pertence}(x,y)) \rightarrow \text{bate}(x,y)$

56'') para todo x e para todo y, x é homem e y é burro e se x possui y, então x bate em y.

Observando (55) e (56), é possível pensar, à primeira vista, que os indefinidos em “sentenças-se” são lidos como quantificadores universais, pelo fato de não haver qualquer candidato óbvio para desempenhar a força existencial. Porém, Heim (1982) defende a presença de um quantificador invisível, baseando-se em uma teoria que não trata sentenças “se ... então” como implicação material, o que daria conta de explicar que a força de quantificação não está no indefinido.

Essa teoria permitir atribuir às “sentenças-se” uma função semântica uniforme onde quer que elas ocorram, que é a função de restrição de um operador. Esse operador pode ser manifestado lexicalmente na forma de um advérbio ou de um modal, como foi visto nos exemplos acima; ou ainda ele pode ser um operador não realizado, no caso das sentenças condicionais “nuas”⁶, que expressam uma necessidade/ possibilidade condicional.

Um operador de necessidade não realizado, por exemplo, expressa uma relação modal de necessidade humana e depende do contexto de fala para fornecer uma base modal e um parâmetro de ordenação, assim como o realizado. Ele impõe seus próprios limites idiossincráticos aos tipos de bases modais e à ordenação que aceita: aparentemente, ambos, a base modal e o parâmetro de ordenação, devem ser “realísticos”. Devido a esses limites idiossincráticos, o operador modal invisível não pode ser sempre substituído por um manifesto sem uma mudança de significado.

Dessa forma, a autora assume que (i) sentenças “se...então” não são exemplos de implicação material e expressam parte de uma necessidade condicional e a “sentença-então” é lida sob o escopo de um operador de necessidade; (ii) operadores são não-seletivos atraem índices seletivos dos indefinidos sob seu escopo, prendendo-os.

Em (56), o indefinido é preso por um operador de necessidade, que é parte da análise da sentença condicional; e, pelo fato de um operador de necessidade ter força universal, o indefinido preso por ele terá força quantificacional universal.

A implicação material surge como um caso especial de necessidade condicional. Há diferentes parâmetros que o contexto pode dar e isso significa que as condições de verdade

⁶ No original *bare conditionals*.

preditas para (56'') não podem ser reduzidas a (56'); porém, (56) sempre implica (56'). Por exemplo, (56), em um determinado contexto, pode ser usado para falar sobre a disposição masculina para um comportamento agressivo. A fonte dessa leitura é uma base modal circunstancial.

As predições para (56) que levam em conta outros mundos possíveis coincidem com as previsões de que “sentenças *donkey*”, assim como outras condicionais, podem afirmar sobre outros mundos possíveis que não sejam aquele atual.

É o que acontece em (57), o que, segundo Stalnaker (1968, *apud* Heim, 1982), justifica a argumentação contra a teoria da implicação material de sentenças “se...então”, e pode ainda servir como argumento em favor da análise dos operadores invisíveis de condicionais, que combina melhor com uma semântica uniforme para “sentenças-se” e fornecem uma explicação natural para a aparente universalidade dos indefinidos nesses tipos de sentenças.

57) *If a communist Superpower enters the Vietnam conflict,* (Heim,1982)
 Se um comunista Superpoderoso entra o Vietnam conflito
 ‘Se um comunista Superpoderoso entra no conflito do
 Vietnam

the United States will attack it with nuclear weapons.
 Os Estados Unidos irão (modal, futuro) atacar ele com nuclear Bombas
 Os Estados Unidos atacam ele com bombas nuclear’

Outros exemplos em que os indefinidos podem ser lidos com força quantificacional são aqueles em que há um operador modal realizado abertamente, como são os casos das sentenças (58) e (59), em que estão os indefinidos *a cat* ‘um gato’ e *a man* ‘um homem’.

58) *If a cat has been exposed to 2,4-D, it must be taken to the vet*

Se um gato tem sido exposto a 2,4-D, ele deve ser levado a o veterinário
immediately. (Heim, 1982)

imediatamente

‘Se um gato foi exposto a 2,4-D, ele deve ser levado ao veterinário imediatamente’.

59) *If a man is in Athens he can not be in Rhodes.* (Heim, 1982)

Se um homem está em Atenas ele modal pode não estar em Rhodes.

‘Se um homem está em Atenas ele não pode estar em Rhodes’

Segundo Heim (1982), em cada uma dessas Formas Lógicas, os modais são operadores com um termo restritivo, a “sentença-se”, e um escopo nuclear, a “sentença-então”. A regra que determina, de acordo com Heim (1982), as condições de satisfação para uma sentença que consiste do operador modal ‘dever’, seguido de um termo restritivo e de um escopo nuclear, é a seguinte: a interpretação de sentenças condicionais e modais é intensional, ou seja, sua semântica deve incorporar mundos possíveis, sobre os quais os operadores modais fazem quantificação.

Por exemplo, a sentença (58) é verdadeira somente nos casos em que, para cada mundo w , e para cada indivíduo x que é gato em w e foi exposto a 2,4-D em w , x é imediatamente levado ao veterinário. Pode-se entender (58) como envolvendo alguma modalidade deôntica, pois (58) afirma algo sobre certos mundos ideais, isto é, mundos em que há um cuidado especial para com os gatos.

Heim (1982) refina a regra para a leitura dos modais com base na proposta de Kratzer (1981), de modo que a semântica da modalidade envolve três parâmetros:

- (i) uma relação modal: a relação modal que um quantificador expressa é sua força quantificacional de necessidade e possibilidade;
- (ii) uma base modal define uma relação de acessibilidade a um grupo de mundos possíveis, dada pelo contexto ou pela “se-sentença”;
- (iii) parâmetros de ordenação: são dados pelo contexto; a ordenação dos mundos acessíveis em relação a um mundo tomado como parâmetro ideal.

60) *Felix must be taken to the vet.*

(Heim, 1982)

Felix deve ser levado a o veterinário

‘Felix deve ser levado ao veterinário’

De acordo com a autora, em (60), *must* ‘deve’ expressa uma relação modal de necessidade: ela estende-se somente sobre mundos acessíveis e, mesmo entre mundos acessíveis, ela se estende somente sobre aqueles que são mais próximos do ideal.

Para Heim (1982), na interpretação de (60) a relação modal de necessidade se combina a certas escolhas dadas pelo contexto para a base modal e para a ordenação. Uma ordenação pode ser aquela que elimina mundos em termos de sua proximidade com um ideal de cuidados próprios para um gato. A base modal pode ser aquela que exclui da acessibilidade àqueles mundos em que Felix já está morto.

No exemplo (59), conforme a autora, *can* ‘poder’ expressa uma relação modal de “possibilidade humana”, definida por Kratzer (1981) como modalidade da necessidade humana. Segundo os parâmetros dados, (59) é verdadeira se não for o caso de que qualquer homem, em qualquer mundo, que é geograficamente como o nosso, não esteja em Atenas e em Rodes ao mesmo tempo. Nesse caso, há um operador de negação dentro do qual está a quantificação existencial sobre homem e sobre mundos.

1.1.4. Chierchia (2003)

O propósito dessa seção é apresentar o tratamento dos indefinidos ‘um’ e ‘algum’ sob o ponto de vista da teoria dos conjuntos. Desse modo, será apresentada a análise semântica discutida por Chierchia (2003), para os determinantes. Segundo o autor, o objetivo do programa de análise semântica considerado visa à reconstrução da forma lógica das línguas naturais a partir do desenvolvimento de uma semântica denotacional.

Segundo Chierchia (2003), determinantes ou determinadores são expressões que sintaticamente precedem o nome ‘homem’ nas sentenças (61) e (62).

61) **Um** homem fuma.

62) **Todo** homem fuma.

Determinantes são, por exemplo, o artigo indefinido e os elementos que exprimem a quantidade a ser considerada em relação a uma classe ou espécie. Os determinantes, de acordo com Chierchia (2003) (e também com os autores como Cunha & Cintra, 1985; ou Moura Neves, 2000, por exemplo) qualificam, “determinam” o nome ou grupo nominal, tais como: um, uma, uns, umas, o, os, a, as, nenhum, algum, alguns, etc.

Segundo Chierchia (2003), um determinante é uma palavra ou sintagma que pode ocorrer à esquerda de um nome ou de um grupo nominal em contextos como “_ N V”, como a sentença (63), ou V_t _ N, como (64).

63) **Todo** homem fuma.

64) João encontrou **algum** homem.

Para a semântica que Chierchia (2003) assume, semântica denotacional, na qual as sentenças declarativas associam-se a condições de verdade, que, por sua vez, dependem da referência das expressões que as compõem e do modo como essas expressões combinam-se. Para essa semântica, um nome como ‘João’ denota o indivíduo joão, ‘menino’ denota o conjunto de meninos, o verbo ‘fumar’ denota o conjunto dos que fumam (ou eventos de fumar) e uma sentença como ‘João fuma’ será verdadeira em uma situação *s* se e somente se o indivíduo denotado por João pertencer ao conjunto de indivíduos que fumam em um instante *t*. Determinantes denotam relações entre conjuntos e prestam uma contribuição muito importante para o significado da sentença.

De acordo com o autor, conjuntos ou classes, dentro da teoria dos conjuntos, são coleções quaisquer de objetos pertencentes a um determinado domínio e são representados entre chaves. Domínio, por sua vez, é o universo de discurso. Um conjunto pode ser especificado por meio de uma lista exaustiva dos seus membros, como (65), ou por uma condição que seus membros precisam satisfazer para pertencer a ele, como (66).

65) {Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, Júpiter, Saturno, Urano, Netuno}.

66) {x: x é um planeta do sistema solar}

66') $\{x : x \text{ é um planeta do atual sistema solar}\} = \text{conjunto dos planetas do sistema atual solar.}$

Para Chierchia (2003), um conjunto pode ser finito, como exemplificado em (65) por uma lista, ou infinito como exemplificado em (67), para o qual não se pode estabelecer uma lista. Conjunto vazio não possui nenhum elemento e é representado pelo símbolo $\emptyset$. Conjunto unitário, por sua vez, possui apenas um elemento, como em (68).

67) $\{x : x \text{ é um número par}\} = \text{conjunto dos números pares}$

68)

a) Sol

b) $\{x : x \text{ é uma estrela do sistema solar}\} = \{\text{sol}\}$

Segundo Chierchia (2003), para indicar que o número 2, por exemplo, pertence ao conjunto dos números pares utiliza-se o símbolo $\in$ e para indicar que o número 5, por exemplo, não pertence a esse conjunto usa-se o símbolo $\notin$. Desse modo tem-se (69 a) e (69 b).

69)

a) $2 \in \{x : x \text{ é um número par}\} = \text{dois pertence ao conjunto de números pares}$

b) $5 \notin \{x : x \text{ é um número par}\} = \text{cinco não pertence ao conjunto dos números pares.}$

Chierchia (2003) aponta outra noção importante da teoria dos conjuntos: a de par ordenado. Um par ordenado é uma seqüência de dois indivíduos tomados em uma certa ordem e é representado entre parênteses angulares ($< >$). Uma relação pode ser concebida como um conjunto de pares ordenados. O verbo 'amar' pode ser concebido como uma relação e de um ponto de vista conjuntístico, seria expresso por um conjunto de pares ordenados apresentado em (70). Se fosse possível saber os nomes para todos os seres vivos e saber exatamente quem cada um deles ama, o conjunto poderia ser caracterizado por uma lista, como (71).

70) $\{ \langle x, y \rangle : x \text{ ama } y \}$.

71) $\{ \langle \text{Maria, João} \rangle, \langle \text{Pedro, Paula} \rangle, \langle \text{Mariana, Cláudio} \rangle, \dots \}$.

Conforme o autor, pode-se exprimir que dois objetos x e y estão em uma relação R qualquer por $\langle x, y \rangle \in R$. Pode-se também representar a relação expressa pelo verbo amar escrevendo AMAR, e, como abreviação $\langle m, j \rangle \in \text{AMAR}$, escreve-se, então, $\text{AMAR}(m, j)$.

Chierchia (2003) aponta também a noção de subconjunto como outra noção importante. Diz-se que A é um subconjunto de B , $A \subseteq B$, se todos os membros de A forem também membros de B , como representado em (72).

72)

A é um subconjunto de B e é também um subconjunto de si mesmo, já que todos os elementos de A são elementos de A . Um subconjunto *próprio* de A é um subconjunto de A diferente do próprio A (na representação A é um subconjunto *próprio* de B).

Chierchia (2003) aponta, ainda, outras relações entre conjuntos: a intersecção, a união e o complemento. A intersecção de A com B é o conjunto de elementos que estão tanto em A , quanto em B ($A \cap B$). No exemplo (73) há a intersecção (símbolo $\cap$) entre o conjunto dos humanos de sexo masculino com o conjunto de pessoas não casadas. Se A e B não tem nenhum membro em comum a intersecção será um conjunto vazio.

73) Homens solteiros.

A união (símbolo $\cup$) de A com B ($A \cup B$), de acordo com o autor, denota o conjunto que contém todos os elementos que estão em A e ainda todos os elementos que estão em B. O conjunto de seres humanos, por exemplo, é a união do conjunto dos homens com o conjunto das mulheres.

O complemento de A (A^c), explica Chierchia (2003), é o conjunto de objetos do domínio que não estão em A. Por exemplo, se considerar o conjunto dos números inteiros, o conjunto dos números pares será complemento do conjunto dos ímpares e vice-versa.

Conforme Chierchia (2003), é possível contar os elementos do conjunto $|A| = n$, com a representação se diz algo sobre o número de elementos, ou seja, sobre a cardinalidade do conjunto A. Um exemplo é (74), em que se marca a cardinalidade do conjunto.

74) $|\{x : x \text{ é um planeta do sistema solar}\}| = \text{oito}$.

Tendo esses conceitos em mente, Chierchia (2003) estabelece uma Gramática, G_1 , para derivar o significado de algumas sentenças do PB. De acordo com o autor, G_1 organiza-se como segue em (75).

75) G_1

Sintaxe:

A. Léxico

- Membros da categoria N_c (nomes comuns): homem, peixe,...⁷
- Membros da categoria V_i (verbos intransitivos): fumar, sair, correr,...
- Membros da categoria V_t (verbos transitivos): amar, comer,...
- Membros da categoria Det. (Determinante): todo, um, algum,...

B. Regras:

As sentenças bem formadas são cadeias de elementos com as seguintes formas:

- NV_i
- uma NV_tN
- Det. $N_c V_i$ é (desde que Det e N_c concordem em gênero e número)

⁷ Chierchia, a fim de simplificar, adota que o contraste singular/plural é meramente morfossintático, porém essa dissertação não pretende discutir tal decisão e tal assunto.

Semântica:

Para uma circunstância de emissão t ,

- os membros da categoria N denotam indivíduos: ‘João’ denota o indivíduo João e t , etc;
- os membros da categoria N_c denotam classes de indivíduos: ‘homem’ denota na circunstância t o conjunto $\{x: x \text{ é um homem em } t\}$, ‘peixe’ denota na circunstância t o conjunto $\{x: x \text{ é um peixe em } t\}$, etc;
- os membros da categoria V_i denotam classes de indivíduos: ‘dormir’ denota em t o conjunto $\{x: x \text{ dorme em } t\}$, etc;
- os membros da categoria V_t denotam relações entre indivíduos: ‘amar’ denota em t a relação $\{ \langle x, y \rangle : x \text{ ama } y \text{ em } t \}$, ‘comer’ denota em t a relação $\{ \langle x, y \rangle : x \text{ come } y \text{ em } t \}$, etc;
- os membros da categoria $Det.$ denotam uma relação entre conjuntos: ‘todo’ denota a relação “ser subconjunto de”, ‘um’ denota a relação “ter uma interseção não vazia”, etc;
- uma sentença com a forma NV_i é verdadeira em t sse $u \in A$, onde u é o indivíduo denotado por N em t e A é a classe denotada por V_i em t ;
- uma sentença com a forma NV_tN é verdadeira em t sse $R(u, u')$, onde u é o indivíduo denotado pelo primeiro N em t , u' é o indivíduo denotado pelo segundo N em t e R é a relação denotada por V_t em t ;
- uma sentença com a forma $Det N_c V_i$ é verdadeira em t sse os conjuntos denotados por N_c e V_i estiverem efetivamente relacionados entre si pela relação R associada a Det .

Segundo Chierchia (2003), no exemplo (62), repetido abaixo em (76), homem denota a classe dos homens e fuma a classe das pessoas que fumam, o resultado da combinação de homem e fuma com ‘todo’, do modo como foi proposta G_1 , é uma sentença bem formada. Desse modo, a contribuição de ‘todo’ é relacionar a classe dos homens com a dos fumantes. ‘Todo’ exprime a relação de “ser subconjunto de” ($\subseteq$), e a sentença será verdadeira em t quando o conjunto dos homens for um subconjunto das pessoas que fumam.

76)	Det	N_c	V_i
Expressões:	Todo	homem	fuma
Denotações:	“ser subconjunto de”	$\{x: x \text{ é um homem em } t\}$	$\{x: x \text{ fuma em } t\}$

Para o autor, numa sentença como (77), o determinante ‘um’ estabelece uma relação. Para que a sentença seja verdadeira deve haver pelo menos um membro do conjunto dos homens (H) que também seja um membro do conjunto dos fumantes (F). Para que isso ocorra basta observar se há intersecção entre o conjunto dos homens e o conjunto dos fumantes ($H \cap F$) e se essa intersecção contém pelo menos um elemento, ou seja, a intersecção não pode ser vazia (em notação de conjuntos: $(H \cap F) \neq \emptyset$).

77)	Det	N_c	V_i
Expressões:	Um	homem	fuma
Denotações:	há uma intersecção não vazia de $\{x: x \text{ é um homem em } t\}$ $\{x: x \text{ fuma em } t\}$		

Para uma sentença como (78), ‘nenhum’, conforme Chierchia (2003), também expressa uma relação e a sentença é verdadeira em uma situação t em que não há elementos na intersecção do conjunto dos homens com o conjunto dos que fumam, ou seja, $(H \cap F)$ é vazia, não contém ninguém.

78)	Det	N_c	V_i
Expressões:	Nenhum	homem	fuma
Denotações:	há uma intersecção vazia de $\{x: x \text{ é um homem em } t\}$ $\{x: x \text{ fuma em } t\}$		

Segundo Chierchia (2003), a relação associada a ‘nenhum’ pode ser pensada de outro modo, levando em consideração o complemento do conjunto dos fumantes (F^-), os não fumantes. Afirmar que nenhum homem fuma também é afirmar que o conjunto dos homens é um subconjunto dos não fumantes, ou seja, $H \subseteq F^-$. A relação “ser subconjunto do complemento” exprime a mesma idéia que (78).

Com base na descrição da contribuição semântica dos determinantes, Chierchia (2003) estabelece uma generalização reproduzida em (79). De acordo com o autor, saber o significado de um determinante é saber qual tipo de relação entre conjuntos que ele denota.

79) Generalização para determinantes:

Det. N V

R A B

Onde R é uma relação entre conjuntos e A e B são os conjuntos denotados por N e V que estão sob a relação R.

Chierchia (2003) não apresenta uma análise para ‘algum’, mas nos termos que ele tem apresentado a denotação dos indefinidos, é possível derivar a contribuição semântica desse determinante do mesmo modo que se apresentou para ‘um’. Então ‘algum homem fuma’ pode ser como apresentado em (80), e será verdadeira em uma situação t em que a intersecção entre o conjunto dos homens e o conjunto dos indivíduos que fumam não for vazia e houver pelo menos um elemento da classe dos homens que também pertença à classe dos indivíduos que fumam.

80)	Det	N_c	V_i
Expressões:	Algum	homem	fuma
Denotações:	há uma intersecção não-vazia de $\{x: x \text{ é um homem em } t\}$ $\{x: x \text{ fuma em } t\}$		

De acordo com Chierchia (2003), seguindo Barwise & Cooper (1981), os determinantes de todas as línguas possuem a propriedade da *conservatividade*. A conservatividade é uma propriedade matemática abstrata e concerne às relações entre conjuntos e não às relações entre indivíduos. Ela é definida, nos termos do autor, como apresentado em (81).

81) Se A está na relação com B, então A também está na relação R com $A \cap B$ e vice-versa.

A relação “ser subconjunto de” é, conforme o autor, uma relação conservativa, pois em uma representação como (82), A é subconjunto de $A \cap B$ e todos os membros de A estão em B, o que significa que A é um subconjunto de B e um subconjunto de si mesmo. Para essa relação vale a equivalência em (83).

82)

83) $A \subseteq B$ é verdadeira se e somente se $A \subseteq A \cap B$

Como propõe o autor, uma forma de testar a conservatividade de um determinante é observar se uma expressão da forma “Det N V” diz intuitivamente o mesmo que “Det N é um N que V”. Em uma situação em que todo homem é um homem que fuma será verdade que todo homem fuma. Em uma situação em que um homem fuma será verdade que todo homem é um homem que fuma. Desse modo, conforme Chierchia (2003), ‘todo homem fuma’ e ‘todo homem é um homem que fuma’ parecem ter o mesmo conteúdo e não há uma situação em que uma seja verdadeira e a outra falsa.

Fazendo este teste com outros determinantes como ‘um’ e ‘algum’, ambos possuem essa mesma propriedade. Por exemplo, em uma situação em que ‘um homem fuma’ é verdade, também ‘um homem é um homem que fuma’ será verdade. Em uma situação em que ‘algum homem fuma’ é verdade, ‘algum homem é um homem que fuma’ também será verdade.

1.1.5. Gollo (2004)

Este trabalho estuda a distinção entre os indefinidos ‘um’ e ‘algum’ no PB. Tal distinção foi investigada inicialmente por Gollo (2004). O objetivo desta seção é estudar a proposta de Gollo (2004) para a distinção entre os indefinidos ‘um’ e ‘algum’ no PB e observar a contribuição da proposta.

Segundo Gollo (2004), as sentenças (84) e (85) são diferentes inicialmente porque um sintagma contendo ‘um’ pode ter diferentes leituras: pode ter uma leitura genérica (quando é uma variável presa por um quantificador genérico (cf. Müller, 1999)) e, nessa situação, refere-se à instanciação da classe de operários; pode ter uma leitura existencial

quando, puder ser lido referindo-se não à espécie, mas a um indivíduo que esteja trabalhando no momento da enunciação. Essa leitura é para ela uma leitura em que não se faz generalização sobre a classe de operário. Por sua vez, de acordo com Gollo (2004), uma sentença que tenha um sintagma com ‘algum’ não pode ser lida como genérica. Com esse indefinido não se fazem generalizações, pois não é possível tomar a classe de operários.

84) **Um** operário trabalha.

(Gollo, 2004).

85) **Algum** operário trabalha.

(Gollo, 2004).

De acordo com Gollo (2004), no caso de (85) não é possível nem mesmo uma leitura numérica de exatamente um, como ocorre em (84). Segundo ela, ‘algum’ expressa maior grau de vagueza ao delimitar a extensão de um conjunto e as propriedades denotadas pelo nome. Nos seus termos, ao interpretar ‘algum operário’ fica implícito tratar-se de um indivíduo que é operário, ou seja, existe um elemento que possui a propriedade de ser operário, existe um “ente” que é denotado por ‘algum’. Trata-se de pelo menos um elemento dentro de um conjunto de elementos que partilham da mesma propriedade. Portanto, para que alguém possa ser um operário, para que possa pertencer ao conjunto dos operários, é necessário que exista um conjunto formado com as propriedades atribuídas aos operários.

Com base nessa “condição”, Gollo (2004) afirma que ‘algum’ opera sobre uma pressuposição de existência de um conjunto. ‘Algum’ refere-se a um conjunto que já existe, que já faz parte do fundo conversacional em que se insere, um conjunto conhecido pelos participantes da conversação. ‘Um’, por sua vez, introduz a existência de um conjunto a partir de um enunciado.

Segundo Gollo (2004), os dois determinantes são quantificadores existenciais, mas se aplicam sobre elementos que têm propriedades distintas.

Para mostrar que ‘algum’ opera sobre um conjunto cuja existência já vem pressuposta, Gollo (2004) faz o teste da família pressuposicional (P-família) (Chierchia, 2003). A sentença (86) introduz a existência de fantasmas (como um fato inédito) e (87) pressupõe que fantasmas existem, pois a existência se mantém em (87’), (87’’) e (87’’’).

86) Há **um** fantasma nessa sala.

(Gollo, 2004)

87) Há **algum** fantasma nessa sala. (Gollo, 2004)

87') ? Não há algum fantasma nessa sala? (aceitabilidade reduzida) (Gollo, 2004)

87'') Há algum fantasma nesta casa? (Gollo, 2004)

87''') Se houver algum fantasma nesta casa, então estou louca? (Gollo, 2004)

A pressuposição de que fantasmas existem se mantêm em (87') é porque pode ser o caso de não haver fantasmas na sala, mas há em outros lugares; em (87'') questiona-se se um elemento do conjunto (existente) dos fantasmas está naquela sala, em (87''') a condição para a loucura é haver um elemento do conjunto (existente) dos fantasmas na sala.

Todavia em sentenças como (88'), (88'') e (88''') a pressuposição de existência é cancelada.

88') ?Não há um fantasma nessa sala? (aceitabilidade reduzida) (Gollo, 2004).

88'') Há um fantasma nesta casa? (Gollo, 2004).

88''') Se houver um fantasma nesta casa, então estou louca? (Gollo, 2004).

De acordo com Gollo (2004), estes testes mostram, que 'algum' possui uma pressuposição de existência de um conjunto, que 'um' não possui. A atribui a distinção entre 'um' e 'algum' à distinção entre *afirmar* e *pressupor*. Segundo Gollo (2004), enquanto 'um' faz uma afirmação de existência, 'algum' opera sobre uma pressuposição de existência.

Em síntese o que Gollo (2004) faz é mostrar que 'algum' pressupõe a existência de um conjunto e que 'um' não possui é um quantificador existencial que não possui qualquer tipo de pressuposição (esta discussão será retomada na seção 3.5). A autora

1.2. A denotação dos indefinidos em termos de funções

Uma semântica de condições de verdade está preocupada em entender o significado de uma sentença levando em conta as condições em que tal sentença poderia ser verdadeira. Esta parte do capítulo pretende expor como uma semântica de tipos deriva o significado de uma sentença e como ela explica a contribuição semântica dos determinantes tais como *‘algum’* ou *‘nenhum’*, por exemplo.

Um primeiro ponto a ser levado em conta é que o significado de uma sentença deriva-se do significado de suas partes, desse modo, o seu significado depende do significado dos sintagmas que a compõem e esses, por sua vez, dependem dos significados dos itens lexicais que os compõem (Princípio da Composicionalidade). Além disso, é necessário se levar em conta que existem regras sintáticas que organizam esses itens lexicais e os sintagmas nas sentenças.

Essa teoria semântica diz que a extensão, a denotação, do nome *‘João’* é o indivíduo joão; a extensão de um verbo como *‘correu’* é uma função que toma indivíduos e leva a valores de verdade e a extensão de uma sentença como *‘João correu’* é 1 (verdadeiro) em uma situação em que João tenha corrido e 0 (falso) em uma situação em que João não tenha corrido.

‘João’ pertence ao domínio dos indivíduos, por isso o nome próprio pertence ao D_e ; *‘João correu’* pertence ao conjunto dos valores de verdade t (D_t); um verbo como *‘correu’* é uma função do tipo $\langle e, t \rangle$, o que significa que essa função toma indivíduos e leva a valores de verdade; um verbo transitivo como *‘amar’* é uma função do tipo $\langle e, \langle e, t \rangle \rangle$, pois primeiro toma um indivíduo, o objeto, e depois toma um segundo indivíduo, o sujeito e leva a valores de verdade. Nomes comuns, como *‘criança’*, também são funções do tipo $\langle e, t \rangle$. Tem-se, então, para (89):

89) João correu.

(i) $[[\text{João}]] = \text{indivíduo joão}$

(i) $[[\text{correu}]] = [\lambda x: x \in D_e \ x \text{ correu}]$

(iii) $[[\text{João correu}]] = 1 \text{ sse joão correu.}$

De certo modo, essa semântica relaciona a composição sintática das sentenças e composição semântica, uma vez que o significado vai derivando-se conforme a combinação dos itens lexicais e dos sintagmas.

Qual é a extensão de uma sentença com um indefinido? Qual é o tipo semântico desses itens? Heim & Kratzer (1998) tratam sintagmas contendo ‘algum’, ‘nenhum’ e ‘todo’, por exemplo, como sintagmas quantificados. Sintaticamente esses sintagmas podem ser tratados como DP (Sintagmas de Determinante).

No caso de ‘alguém’ e ‘ninguém’, por exemplo, trata-se, segundo as autoras de quantificadores generalizados. Ambos são do tipo semântico $\langle\langle e, t \rangle, t \rangle$, são funções que tomam a extensão de VP (sintagma verbal ‘correu’) como argumento, uma vez que VP é de tipo $\langle e, t \rangle$, e devolvem como resultado um valor de verdade. Desse modo, para efeito de

ilustração, as extensões de ‘ninguém’ e ‘alguém’ estão em (92) e (93), respectivamente. Em (94) e (95) estão as derivações das condições de verdade das sentenças das quais fazem parte.

$$92) \quad [[\text{ninguém}]] = \lambda f. \langle e, t \rangle. \neg \exists x \in D_e : f(x)=1$$

(Ferreira, 2004)

$$93) \quad [[\text{alguém}]] = \lambda f. \langle e, t \rangle. \exists x \in D_e : f(x)=1$$

(Ferreira, 2004)

94) **Ninguém** correu.

$$[[\text{ninguém correu}]] = [[\text{DP ninguém}]] ([[VP \text{correu}]]])$$

$$= [\lambda f. \langle e, t \rangle. \neg \exists x \in D_e : f(x)=1] ([[VP]])$$

$$= 1 \text{ sse } \neg \exists x \in D_e : [[VP]](x)=1$$

$$= 1 \text{ sse } \neg \exists x \in D_e : x \text{ correu}$$

95) **Alguém** correu.

$$[[\text{alguém correu}]] = [[\text{DP alguém}]] ([[VP \text{correu}]]])$$

$$= [\lambda f. \langle e, t \rangle. \exists x \in D_e : f(x)=1] ([[VP]])$$

$$= 1 \text{ sse } \exists x \in D_e : [[VP]](x)=1$$

$$= 1 \text{ sse } \exists x \in D_e : x \text{ correu}$$

Segundo Ferreira (2004), as condições de verdade de (94) e (95) refletem a intuição dos falantes de que se uma das sentenças for verdadeira a outra será falsa.

Além disso, há os determinantes quantificacionais ‘algum’, ‘nenhum’, ‘todo’, que acompanham um nome comum, tal como ilustrado nas sentenças (97), (98), (99) e na representação arbórea em (90) acima. Os nomes comuns, como ‘criança’ denotam funções tipo $\langle e, t \rangle$, DPs quantificadores denotam funções do tipo $\langle \langle e, t \rangle, t \rangle$, e o tipo semântico de determinantes como ‘algum’ é $\langle \langle e, t \rangle, \langle \langle e, t \rangle, t \rangle \rangle$. As extensões de cada um estão representadas em (100), (101) e (102).

97) **Nenhuma** criança está correndo.

98) **Alguma** criança está correndo.

99) **Toda** criança está correndo.

$$100) [[\text{nenhum}]] = \lambda f. \langle e, t \rangle. \lambda g. \langle e, t \rangle. \neg \exists x \in D_e : f(x)=1 \ \& \ g(x)=1 \quad (\text{Ferreira, 2004})$$

$$101) [[\text{algum}]] = \lambda f. \langle e, t \rangle. \lambda g. \langle e, t \rangle. \exists x \in D_e : f(x)=1 \ \& \ g(x)=1 \quad (\text{Ferreira, 2004})$$

$$102) [[\text{toda}]] = \lambda f. \langle e, t \rangle. \lambda g. \langle e, t \rangle. \forall x \in D_e : f(x)=1 \rightarrow g(x)=1 \quad (\text{Ferreira, 2004})$$

Para a sentença (97) a extensão de ‘nenhum’, toma a extensão de NP (do nome comum ‘criança’) e a extensão do VP (‘está correndo’) e diz que a sentença é verdadeira se e somente se, não existir nenhum indivíduo x, tal que x é levado ao valor de verdade 1 tanto pela extensão de NP, quanto pela extensão de VP. ‘Alguma’ faz o mesmo em (98), ou seja, ele toma a extensão de NP e a extensão do VP e diz que a sentença é verdadeira se e somente se, existir pelo menos um indivíduo x, tal que x é levado ao valor de verdade 1 tanto pela extensão de NP, quanto pela extensão de VP. Para ‘toda’, em (99), o determinante toma a extensão do NP e do VP e diz que a sentença é verdadeira se e somente se, todo indivíduo x, levado ao valor de verdade 1 pela extensão do VP também é levado ao valor de verdade 1 pela extensão do NP. A título de ilustração, fazendo a aplicação funcional tem-se para a sentença (98) a derivação das condições de verdade apresentada em (98’).

98’)

$$[[\text{alguma}]] = \lambda f. \langle e, t \rangle. \lambda g. \langle e, t \rangle. \exists x \in D_e : f(x)=1 \ \& \ g(x)=1$$

$$[[\text{criança}]] = \lambda x. x \in D_e. x \text{ é uma criança}$$

$$[[\text{VP está correndo}]] = \lambda x. \langle e, t \rangle. x \text{ está correndo}$$

$$\begin{aligned} [[\text{alguma criança}]] &= [[_D \text{alguma}]] ([[_{NP} \text{criança}]])) \\ &= [\lambda f. \langle e, t \rangle. \lambda g. \langle e, t \rangle. \exists x \in D_e : f(x)=1 \ \& \ g(x)=1] ([[_{NP}]])) \\ &= \lambda g. \langle e, t \rangle. \exists x \in D_e : [[_{NP}]] = 1 \ \& \ g(x)=1 \\ &= \lambda g. \langle e, t \rangle. \exists x \in D_e : x \text{ é uma criança} \ \& \ g(x)=1 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} [[\text{alguma criança está correndo}]] &= [[_{DP} \text{alguma criança}]] ([[_{VP} \text{está correndo}]])) \\ &= [\lambda g. \langle e, t \rangle. \exists x \in D_e : x \text{ é uma criança} \ \& \ g(x)=1] ([[_{VP}]])) \\ &= 1 \text{ sse } \exists x \in D_e : x \text{ é uma criança} \ \& \ [[_{VP}]](x)=1 \\ &= 1 \text{ sse } \exists x \in D_e : x \text{ é uma criança} \ \& \ x \text{ está correndo} \end{aligned}$$

Nos termos apresentados, é possível perceber que essa semântica calcula, por meio da aplicação funcional, as condições de verdade de sentenças que tenham o item ‘algum’, por

exemplo. Além disso, foi possível olhar para a extensão (denotação) de ‘algum’ como uma função que toma dois conjuntos e retorna um valor de verdade, isto é, como um quantificador.

1.3. Resumo: existe distinção entre ‘um’ e ‘algum’?

Até este momento foram apresentados o artigo indefinido ‘um’ e o indefinido ‘algum’ sob diferentes pontos de vista. E a essa altura o leitor deve estar se perguntando porque se alongar tanto nas descrições desses textos. E a resposta será a de que o objetivo era olhar para as propostas e identificar o que há nelas que possa ajudar a encontrar uma caracterização mais precisa das propriedades semânticas dos itens ‘um’ e ‘algum’ e apontar o que esses textos ainda não falaram sobre o assunto. É possível dizer que, de certa forma, cada texto apresentado discute um pouco dessas características.

Em relação ao ‘um’, todos os autores admitem que, em termos de função sintática, ele é um determinante, (com exceção da proposta de Heim (1982), na qual essa noção não está muito clara). ‘Um’ é um item lexical que determina um nome (ou grupo nominal) e concorda com ele em número e gênero. Quanto às suas características semânticas o consenso é o fato de o uso de um sintagma contendo ‘um’ não se referir a um indivíduo particular.

Cunha & Cintra (1985) apresentam o artigo indefinido em contraposição ao artigo definido, colocando os pronomes em uma parte distinta da gramática. Segundo esses autores, a função de um indefinido é indicar que o nome que ele acompanha não foi mencionado anteriormente e fazer menção a uma classe como um todo. Por referir-se a uma classe ou espécie, e não a um indivíduo particular, pode exprimir a totalidade dessa classe.

Moura Neves (2000), por sua vez, agrupa ambos na categoria dos indefinidos. E talvez esse seja um dos pontos mais interessantes de sua gramática, pois ao tratar dos usos do ‘um’ e do ‘algum’, é possível encontrar algumas semelhanças entre ambos. Segundo a autora, ‘um’ é um elemento não-fórico (não instrui na busca de um referente) e não-descritivo. O artigo indefinido é usado quando não se quer apontar aquilo a que se faz referência, quando se quer falar de uma classe ou espécie (o que permite a construção de generalizações com o uso de ‘um’). Ele opera sobre um conjunto de objetos delimitados em razão de suas propriedades, e, nesses termos, seria um quantificador, pois diz a porção do conjunto que deve ser considerada (‘um’ pode ser usado para indefinir identidade ou quantidade). Moura Neves

(2000) expõe ainda que o indefinido ‘um’ pode ser usado quando um falante tem em mente um referente específico (posteriormente voltar-se-á a esse assunto e esta será uma das características apontadas que distinguem ‘um’ de ‘algum’).

Voltando agora para uma análise que relaciona linguagem e lógica, tem-se a análise clássica de Russell (1905), em que ‘um’ é um quantificador existencial.

Na proposta de Heim (1982), ‘um’ não é um quantificador existencial. Ele, na verdade, é uma variável cuja função é introduzir um referente no discurso.

Segundo Chierchia (2003), na Teoria dos Conjuntos ‘um’ é um determinante, cuja denotação é uma relação abstrata entre dois conjuntos (todos os determinantes estabelecem relações entre conjuntos). A relação estabelecida por ‘um’ é de intersecção entre dois conjuntos (por exemplo, a intersecção entre ‘homem’ e ‘fumar’) e essa intersecção não pode ser vazia.

Gollo (2004) assume que ‘um’ é um quantificador de existência. Nesses termos, é possível dizer que a autora adota a proposta de Russell (1905), de que ‘um’ possui força quantificacional própria de existência.

Quanto ao ‘algum’, de acordo com Cunha & Cintra (1985), é um pronome indefinido que, quando combinado a um nome tem a função de determinar o nome.

Segundo Moura Neves (2000), assim como ‘um’, ‘algum’ é um elemento não-fórico e não-descritivo. O que ele faz é uma operação sobre um conjunto dizendo qual parte desse conjunto deve ser considerada. A autora não fala nada a respeito do fato de se ‘algum’ pode ou não ter um uso “referencial” (e será demonstrado na seção 3.2 que não pode).

Para o texto de Russell, ‘algum’, assim como o ‘um’, também é um quantificador existencial e não refere a nada. De acordo com o autor a denotação de uma expressão contendo ‘algum’ é semelhante à denotação de uma expressão contendo ‘um’. Heim (1982) não trata da denotação de pronomes indefinidos.

Na análise apresentada por Chierchia (2003) ‘algum’, da mesma forma que ‘um’, é um elemento que estabelece relação entre conjuntos, dizendo que essa relação é uma intersecção e essa intersecção não é vazia.

Segundo Gollo (2004), o pronome indefinido ‘algum’ é um determinante, que possui força quantificacional própria de existência. Este indefinido, conforme a autora, pressupõe a existência de um conjunto sobre o qual opera.

Também foi apresentada a denotação dos indefinidos como funções. Na seção 1.2, os indefinidos são tratados como quantificadores generalizados. ‘Algum’ denota uma função que toma indivíduos e conjuntos denotados por predicados e leva a valores de verdade

Como dito, todos esses textos carregam um pouco da verdade sobre as propriedades semânticas do ‘um’ e do ‘algum’. Porém já é possível apontar alguns fatos que devem ser observados com maior atenção.

Inicialmente, no que diz respeito à gramática de Cunha & Cintra (1985), pode ser citada a desvantagem de se separar em duas categorias gramaticais (fato comum entre as gramáticas tradicionais) dois itens lexicais com propriedades semânticas e sintáticas semelhantes. A apresentação do ‘um’ é feita unicamente em relação ao contraste existente entre este item e o artigo definido ‘o’. Porém, não se pode cometer o engano de condenar essa atitude, pois o propósito dos autores é fazer prescrições sobre o uso “adequado” dessas palavras.

Por sua vez, o agrupamento dos indefinidos em uma classe dos “indefinidos”, como faz Moura Neves (2000), apesar de bastante importante, pois capta parte do conhecimento intuitivo que se tem do ‘um’ e do ‘algum’, ainda precisa ser refinado, pois, como será demonstrado posteriormente no capítulo 3, os indefinidos possuem propriedades que os distinguem (como, por exemplo, o próprio caso do uso “referencial” do ‘um’). Além disso, ao colocar ‘um’ dentro da categoria dos quantificadores como ‘todo’ e ‘cada’, perde-se parte da intuição já discutida por Heim (1982) de que ‘um’ não tem o mesmo comportamento que esses quantificadores.

Quanto à proposta de Russell (1905), uma das críticas levantadas para sua análise por Strawson (1952) é o problema de sintagmas indefinidos contendo ‘um’ poderem servir de antecedentes de pronomes anafóricos. Como será apresentado na seção 3.1, Heim (1982) discute esse problema e propõe, como dito na seção 1.1.3, que indefinidos são variáveis, porém não se aprofunda na discussão sobre a denotação de sintagmas contendo o pronome indefinido.

Gollo (2004), ao assumir que indefinidos possuem força quantificacional própria, defronta-se com os mesmos problemas apontados para a proposta de Russell (ver seções 1.1.2 e 3.1). Por outro lado, ao apontar que ‘algum’ pressupõe a existência de um conjunto, captura,

de certa forma, o fato de que esse indefinido está associado à existência de um conjunto de alternativas possíveis para serem escolhidas, assunto que será retomado na seção 3.5.

Quanto ao fato de sintagmas indefinidos denotarem funções, esse trabalho tratará tal denotação seguindo a proposta de Kratzer & Shimoyama (2002) que seguem a semântica de Hamblin (1973). Segundo as autoras, a aplicação funcional de um indefinido a um predicado cria um conjunto de alternativas que expandem até que um operador as prenda, de modo que, em uma sentença como ‘Alguma criança está correndo’, o indefinido ‘alguma criança’ combinado a um predicado cria um conjunto de alternativas do tipo: {x está correndo; y está correndo; z está correndo;...} (este assunto será desenvolvido na seção 3.5).

Por fim, todas as propostas citadas até aqui apontam para explicações que encontram semelhanças entre sintagmas contendo ‘um’ e ‘algum’. Chierchia (2003), por exemplo, cita o Universal Semântico da Conservatividade que todas as línguas que possuem determinantes apresentam. Nessa linha de raciocínio, na busca de procurar propriedades semânticas universais, semanticistas importantes têm se voltado para o estudo de uma tipologia geral dos indefinidos e têm se voltado para as características que eles apresentam dentro das línguas e entre as línguas.

O que os estudos sobre indefinidos têm mostrado é que dentro dessa classe há itens com propriedades que os distinguem entre si, porém essas mesmas propriedades apresentam-se em outras línguas.

Como apresentado na seção 1.1.5, para Gollo (2004), enquanto ‘um’ faz uma afirmação de existência, ‘algum’ opera sobre uma pressuposição de existência. Todavia ainda há mais a ser dito sobre as propriedades semânticas desses indefinidos, pois tal proposta não capta completamente essa distinção. Levando em consideração as sentenças (103) e (104) a seguir:

(103) **Um** aluno procurou pelas provas.

(104) **Algum** aluno procurou pelas provas.

Agora considere o cenário em que Maria é professora da Faculdade de Filosofia. Ela sabe que um conjunto de alunos quer pegar a prova de recuperação. Na manhã anterior a

prova, ela entra na sala e encontra tudo absolutamente fora do lugar. Nesse contexto as duas sentenças são apropriadas.

Mudando um pouco a situação. Maria, ainda é professora. Ela sabe que um grupo de alunos quer pegar a prova de recuperação. Na manhã anterior a prova ela entra em sua sala e encontra João mexendo nas provas. Neste contexto (103) continua sendo apropriada, porém (104) não é feliz.

Esse contraste ilustra que o ‘algum’ marca a falta de conhecimento de Maria em relação ao indivíduo que procurou pelas provas. O que é possível observar desses exemplos é que: ‘um’ pode ser usado em contextos em que a identidade do aluno que procurou as provas é desconhecida, mas também pode ser usado em uma situação em que o falante conhece a identidade do referente, mas, por alguma razão, não deseja revelá-la. Todavia, ‘algum’ só pode ser usado em uma situação de ignorância em relação ao referente. O que ‘algum’ nestes exemplos parece fazer é, dentro de um conjunto de indivíduos, falar sobre um desses indivíduos sem saber quem é ele.

No caso, há um conjunto de alunos (faz parte do conhecimento de Maria a existência desse conjunto), mas essa pressuposição de um conjunto não explica completamente porque a denotação desse indefinido relaciona-se à “ignorância” de Maria. Mesmo porque pode não ter sido um aluno a ter mexido na sala de Maria, pode ter sido, por exemplo, uma faxineira na tentativa de limpar a sala, Maria pensa em ‘algum aluno’, pois as evidências (aluno que quer pegar a prova e sala bagunçada) permitem tirar certas conclusões a respeito do provável indivíduo que poderia ter mexido na sala.

Neste sentido, a hipótese a ser defendida nesta dissertação, segue em direção ao que tem sido proposto para o indefinido ‘algún’, do espanhol (Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito, 2003), e diz respeito ao fato de ‘algum’ ser um indefinido epistêmico, que marca falta de conhecimento do falante.

Seguindo Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003) para o espanhol, ‘algum’ no PB é um *indefinido epistêmico*, quando combinado com um nome comum e depois com um predicado cria um conjunto de alternativas do qual se pode escolher qualquer uma, já que não se conhece o referente. ‘Um’, por sua vez não tem o mesmo efeito e não cria um conjunto de alternativas quando combinado a um predicado.

O objetivo desta dissertação é mostrar como se dá o efeito epistêmico de ‘algum’, como este indefinido se distingue de ‘um’ e de ‘qualquer’. Para tanto, no próximo capítulo serão apresentadas algumas análises propostas para indefinidos em outras línguas (alemão, espanhol e inglês) e para o ‘qualquer’ em PB.

Capítulo 2. As propostas para os indefinidos: *irgendein* ‘algum’, *algún* ‘algum’, *some* ‘algum’ e ‘qualquer’.

Este capítulo dedica-se a apresentação de análises de indefinidos tratados como *indefinidos epistêmicos*. Segundo Haspelmath (1997) alguns indefinidos marcam a falta de conhecimento do falante em relação à informação que possa satisfazer sua afirmação de existência.

Na tentativa de entender as propriedades semânticas do ‘algum’ em PB, será feita uma discussão de como os indefinidos ‘irgendein’, ‘algún’, ‘some’ e ‘qualquer’ foram tratados. Desse modo, na seção 1, tratar-se-á da discussão proposta por Kratzer & Shimoyama (2002) para o indefinido do alemão ‘irgendein’.⁸ Veremos que as autoras propõem que esse item é um indefinido nos termos de Heim (1982). Ele induz a um alargamento de domínio e dispara o efeito de *free choice* (doravante livre-escolha) sob o escopo de modais. Por sua vez, *ein* ‘um’ comporta-se de forma diferente.

Na seção 2, será apresentada a análise para o indefinido do espanhol ‘algún’ (‘algum’) proposta por Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003). De acordo com os autores, ‘algún’ também é um indefinido que dispara efeito de livre-escolha e induz, assim como ‘irgendein’, a um alargamento de domínio. Para eles o efeito epistêmico de ‘algún’ é resultado da interação da modalidade epistêmica com o alargamento de domínio induzido por ‘algún’. Na seção 3, será apresentada a análise desses autores para ‘some’, do inglês, que segundo eles possui efeito epistêmico distinto de ‘algún’ e está associado a diferentes tipos de ignorância em relação ao referente.

Por fim, a seção 4 refere-se ao tratamento proposto por Pires de Oliveira (2005) para o item ‘qualquer’ do PB. Segundo a autora, ‘qualquer’ é um indefinido nos termos de Heim (1982) e expressa efeito de livre-escolha, que na análise da autora é uma pressuposição de alternativas disponíveis. Este trabalho é muito importante, pois, além de apresentar distinções entre os indefinidos ‘um’ e ‘qualquer’, inicia uma tipologia para os indefinidos em PB.

Todos esses trabalhos formam o pano de fundo para a análise realizada no terceiro capítulo desta dissertação.

⁸ Segundo Pires de Oliveira (2005), a melhor tradução para ‘irgendein’ seria ‘algum’.

2.1 A análise de ‘irgendein’: Kratzer & Shimoyama (2002)

Neste trabalho Kratzer & Shimoyama apresentam fatos que caracterizam ‘irgendein’ como um indefinido que dispara o efeito de livre escolha por meio de sua interação com modais. A proposta das autoras é analisar esse item a partir da semântica para perguntas desenvolvida por Hamblin (1973, *apud* Kratzer & Shimoyama, 2002). Com base no modelo Hamblin, as autoras dizem que sintagmas indeterminados introduzem conjuntos de alternativas que expandem até encontrarem um operador que os selecionem. Essas alternativas, por sua vez, podem ser de diferentes tipos semânticos: podem ser indivíduos, propriedades ou proposições.

Na semântica de Hamblin as expressões denotam conjuntos de denotações tradicionais e estas denotações são as alternativas. Os pronomes e sintagmas com pronomes indeterminados denotam conjuntos de indivíduos e esses conjuntos devem ser pensados como alternativas. Por meio de aplicação funcional, as alternativas criadas pelos pronomes indeterminados podem expandir.

Segundo Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003) para Kratzer & Shimoyama, DPs (Determiner Phrases/sintagmas de determinantes) indefinidos denotam o conjunto de indivíduos relevantes no contexto que possa satisfazer a extensão de NP (Noun Phrase/sintagma nominal). A denotação de um sintagma como ‘uma garota’ é o conjunto de todas as garotas no domínio dado.

1)

a) Seja D uma variável sobre conjuntos de indivíduos

$$[[\text{uma}_D \text{ garota}]]^{w,g} = \{x: x \text{ é uma garota em } w \text{ \& } x \text{ está em } g(D)\}$$

b) Seja $g(D) = \{x: \text{eu jantei com } x \text{ ontem}\} = \{\text{Paula, Letícia, Jaqueline, Michele}\}$

$$[[\text{uma}_D \text{ garota}]]^{w,g} = \{\text{Paula, Letícia, Jaqueline, Michele}\}$$

Na proposta das autoras, um conjunto de alternativas proposicionais é obtido por combinarem-se indefinidos e predicados. Indefinidos denotam conjuntos de indivíduos, predicados denotam um conjunto e a denotação de uma sentença não é uma proposição, mas um conjunto contendo uma proposição. Porém, para simplificar, é adotada aqui a explicação

de Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito: indefinidos denotam conjuntos de indivíduos, predicados denotam funções de indivíduos para proposições e indefinidos combinam-se com predicados por aplicação funcional.⁹

2) a. Uma_D garota entrou na festa.

b. Seja $g(D) = \{ \text{Paula, Letícia, Jaqueline, Michele} \}$

$[[\text{entrou na festa}]]^{w,g} ([[uma_D \text{ garota}]]^{w,g}) =$

$\lambda x. \lambda w'. x \text{ entrou na festa em } w' (\{ \text{Paula, Letícia, Jaqueline, Michele} \}) =$

$$\left\{ \begin{array}{l} \lambda w'. \text{ Paula entrou na festa em } w' \\ \lambda w'. \text{ Letícia entrou na festa em } w' \\ \lambda w'. \text{ Jaqueline entrou na festa em } w' \\ \lambda w'. \text{ Michele entrou na festa em } w' \end{array} \right\}$$

Segundo Kratzer & Shimoyama ‘irgendein’ não tem qualquer variabilidade quantificacional, não possui qualquer propriedade especial de escopo, todavia, dispara o efeito de livre-escolha sob o escopo de modais; além disso, apresenta o que elas denominaram de *polarity sensitivity*.¹⁰

De acordo com as autoras, a propriedade prototípica de ‘irgendein’ é seu *efeito epistêmico*. Ao usá-lo, um falante veicula que não sabe, ou não se importa, ou ainda, acha que a identidade do referente é irrelevante. Devido a isso, a pergunta de Maria em (4) não é apropriada. Na resposta (5), se Maria quer expressar indiferença na escolha dos convidados, então qualquer pessoa no universo de discurso é uma possibilidade. Assim, ‘jemand’ poderia ser inadequado.

Efeito epistêmico:

3) Hans: Jemand hat angerufen.

(Haspelmath, 1997, *apud* Kratzer & Shimoyama, 2002)

Alguém tinha ligado

⁹ Exemplos (1) e (2) adaptados de Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003)

¹⁰ Não será desenvolvido esse tópico nessa dissertação.

Maria: Wer war es?
Quem foi ele?

- 4) Hans: **Irgendjemand** hat angerufen. (Haspelmath, 1997, *apud* Kratzer & Shimoyama, 2002)
Irgend-um tinha ligado
Maria: #Wer war es? Ignorância ou
Quem foi ele? indiferença

Modal

- 5) Hans: Wen soll ich einladen? (Akademiegrammatik 1981, *apud* Kratzer & Shimoyama, 2002)
Quem deveria eu convidar?
Maria: **Irgendjemand** / # Jemand. Indiferença
Somebody or other. Somebody.

Segundo as autoras, sentenças declarativas possuem um operador de asserção que pode disparar implicaturas relacionadas ao *background* conversacional dos falantes. Outro ponto para o qual chamam atenção é o fato de que a interpretação de ‘irgendein’ em alguns tipos de sentenças é ambígua: a sentença (6) pode ser interpretada como (i) havia um homem com o qual Maria tinha que se casar, mas o falante não sabia quem era ou não se preocupou em revelar quem era; (ii) Maria tinha que casar com um homem e qualquer homem seria uma opção possível.

- 6) Mary musste **irgendeinen** Mann heiraten. (Kratzer & Shimoyama, 2002)
Maria tem que irgend-um homem casar.

Segundo as autoras, ‘irgendein’ possui uma relação com modais. Há uma relação entre modalidade e a propriedade de livre escolha dos indefinidos. A relação de indefinidos com modais fornece uma explicação para entender o efeito de livre-escolha. Dito de modo bastante geral, o sintagma com um pronome indeterminado, ao combinar-se com um predicado cria um conjunto de alternativas que são “distribuídas” nos mundos possíveis introduzidos pelos modais.

Na explicação de Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003) para a proposta das autoras: modais operam sobre conjunto de proposições e uma sentença que tenha um operador de necessidade modal, será verdadeira se e somente se para cada mundo acessível w há pelo menos uma proposição no conjunto sobre qual o modal opera que é verdadeira em w . Por exemplo, para uma sentença como (7), adaptada de Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito, ‘saber’ é um operador modal, no exemplo, ele toma o conjunto contendo quatro proposições: Paula entrou na festa, Letícia entrou na festa, Jaqueline entrou na festa e Michele entrou na festa. A sentença (7) será verdadeira se para cada alternativa epistêmica do mundo do conhecimento de Maria: Paula entrou na festa em w , Letícia entrou na festa em w , Jaqueline entrou na festa em w e Michele entrou na festa em w (ou Paula, Letícia, Jaqueline e Michele entraram na festa em w).

7) Maria sabe que uma_D garota entrou na festa.

Os exemplos dados por Kratzer & Shimoyama, reproduzidos nos cenários abaixo em (8) e (9), mostram como as alternativas criadas pelo sintagma com ‘irgendein’ relacionam-se a mundos acessíveis introduzidos por modais. No cenário (8) a sentença (10) é feliz, suas opções deônticas são como ilustrado na representação. Maria tem que casar com um médico e qualquer médico é uma opção. No segundo, cenário (9), Maria tem que se casar com um entre dois médicos, Dr.A e Dr.B, e essas são as únicas opções deônticas de Maria. Para esse cenário a sentença (10) não descreve a situação com felicidade.

8)

9)

10) Mary muss **irgendeinen** Arzt heiraten.

(Kratzer & Shimoyama, 2002).

Maria tem que **irgend-um** doutor casar

‘Maria tem que casar com um médico’ (qualquer médico é uma opção)

Porém (11), com ‘ein’, é feliz em ambas as situações. Enquanto ‘irgendein’ induz ao alargamento máximo do domínio, na sentença (10) deve haver uma alternativa proposicional ‘Maria casa com x’ para cada homem x. ‘Ein’ não tem o mesmo efeito.

11) Mary muss **einen** Arzt heiraten.

(Kratzer & Shimoyama, 2002).

Maria tem que **um** doutor casar

‘Maria tem que casar com um médico’

Segundo Kratzer & Shimoyama, sintagmas encabeçados por ‘ein’ denotam subconjuntos de seus conjuntos de nomes comuns. Esse subconjunto depende da variável do domínio D, cujo valor pode ser dado pelo contexto. ‘Ein mann’ (‘um homem’) denota um subconjunto do conjunto dos homens com um único elemento. Para todos os mundos possíveis w e um assinalamento de variável g tem-se (12).

12)

$g(D) \subseteq D$ (D é o conjunto de indivíduos possíveis)

$[[\text{ein}_D \text{ Mann}]]^{w,g} = \{x; x \text{ é um homem em } w \text{ \& } \in g(D)\}$

‘Irgendein’, ao contrário de ‘ein’, tem como principal efeito alargar o domínio e esta é a característica de indefinidos que induzem à livre-escolha. ‘Ein’ denota um conjunto com um único elemento, mas ‘irgendein’ denota o conjunto de todos os homens. A semântica de alargamento do domínio é, segundo Chierchia (2001, *apud* Kratzer & Shimoyama, 2002), como apresentado em (13).

13)

Para $[[\alpha]]^{w,g} \subseteq D_e$:

$$[[\text{irgend-}\alpha]]^{w,g} = \{x: \exists g' [x \in [[\alpha]]^{w,g'}]\}$$

$$\begin{aligned} [[\text{irgend-} [\text{ein}_D \text{ Mann}]]]^{w,g} &= \{x: \exists g' [x \text{ is a man in } w \ \& \ x \in g'(\mathbf{D})]\} \\ &= \{x: x \text{ is a man in } w\} \end{aligned}$$

A interação entre um modal e um indefinido como ‘irgendein mann’ é a interação entre a combinação de um modal, um operador existencial $\exists$ as alternativas introduzidas pelo indefinido. Em (10) acima, por exemplo, o significado de ‘muss’ requer que em cada mundo acessível uma das alternativas seja possível. As autoras demonstram que esta exigência é compatível com a situação em que Maria se casa com o mesmo homem em cada mundo acessível, mas esse não é o significado desejado para (10). Então discutem que essa interpretação é bloqueada pelo *distribution requirement* (doravante exigência de distribuição), que permite o efeito de livre-escolha.

Para entender o que significa a exigência de distribuição, é exposto a seguir um exemplo adaptado de Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003). Cada vez que combinamos um elemento ampliador de domínio, como é o caso de ‘irgendein’, com um predicado o resultado é o conjunto máximo de alternativas. Em (14), o sintagma indefinido (com o pronome indeterminado) ao ser combinado com o predicado ‘entrou’ cria o conjunto máximo de alternativas, ampliando o domínio. Além disso, o elemento modal introduz mundos possíveis e tem-se que a sentença é verdadeira se e somente se para cada alternativa epistêmica de Maria w , pelo menos uma das garotas no domínio entrou na festa em w .

14) Maria sabe que *irgendein_D* garota entrou na festa.

$$[[\text{Maria sabe}]]^{w,g} \left\{ \begin{array}{l} \left\{ \begin{array}{l} \lambda w'. \text{ Paula entrou na festa em } w' \\ \lambda w'. \text{ Letícia entrou na festa em } w' \\ \lambda w'. \text{ Jaqueline entrou na festa em } w' \\ \lambda w'. \text{ Michele entrou na festa em } w' \\ \dots \text{ para todas as garotas.} \end{array} \right\} \end{array} \right\}$$

Porém a semântica do modal diz que a sentença (14) pode ser verdadeira em uma situação em que há garotas que não constituam uma possibilidade epistêmica para Mary. Pode também ser verdadeira, por exemplo, no caso em que Maria sabe que Paula entrou na festa, exemplificado em (15), ou em uma situação em que Maria sabe, por exemplo, que Paula ou Letícia devem ter entrado na festa, representação em (16).

15)	16)
w ₁ Paula entrou na festa	w ₁ Paula entrou na festa
w ₂ Paula entrou na festa	w ₂ Letícia entrou na festa
w ₃ Paula entrou na festa	w ₃ Paula entrou na festa
w ₄ Paula entrou na festa	w ₄ Letícia entrou na festa

O exemplo (14) não é apropriado para descrever (15) e (16), pois, como dito, (14) para ser feliz, cada uma das proposições no conjunto sobre o qual o modal opera tem que ser verdadeira pelo menos em uma das alternativas epistêmicas de Maria. Este seria, segundo os autores, o efeito da exigência de distribuição, que vem junto com uma inferência criada pelo ouvinte a partir do alargamento de domínio induzido por ‘irgendein’.

Nestes termos, o efeito de livre-escolha é permitido por uma exigência adicional para o qual há um mundo acessível para cada alternativa criada por ‘irgendein’. Segundo Kratzer & Shimoyama, a exigência de distribuição não é parte do significado do modal, ele é resultado de uma implicatura conversacional.¹¹

Como dito, ‘irgendein’ induz ao alargamento máximo de domínio do conjunto de alternativas e isso faz parte de seu significado. Seguindo Kadmon e Landman (1993, *apud* Kratzer & Shimoyama, 2002), as autoras dizem que esse alargamento de domínio no caso de ‘irgendein’, por exemplo, ocorre para evitar uma afirmação falsa e para evitar inferências falsas de exaustividade.

O exemplo de inferência dado por Kratzer & Shimoyama (2002) é apresentado a seguir em (17). No caso, ao mencionar o livro de álgebra o falante dispara uma inferência sobre o livro de biologia, uma vez que ele está entre as alternativas em discussão. A inferência é que o falante não deseja o livro de biologia.

¹¹ As autoras demonstram que a exigência de distribuição é uma implicatura conversacional, não é uma implicatura lógica, pois é cancelada em certos contextos,

17) Dois livros estão em discussão: um livro de álgebra e um livro de biologia.

A: Você pode me emprestar o livro de álgebra.

Inferência de exaustividade: Você não pode emprestar o livro de biologia.

A título de ilustração será exposto um exemplo apresentado por Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003). Imagine um mundo que possua apenas duas garotas, Renée e Sandy. Estas garotas são todas as garotas do mundo, então o modal opera somente sobre duas proposições.

18) Mary knows irgendein_D girl came to the party.

(Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito, 2003).

Maria sabe alguma garota veio para a festa

$$[[\text{Mary knows}]]^{w,g} \left[\left\{ \begin{array}{l} \lambda w'. \text{Renée come to the party} \\ \lambda w'. \text{Sandy come to the party} \end{array} \right\} \right]$$

Segundo Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito, 2003, o falante poderia fazer uma afirmação sobre um domínio menor, ou seja, dizer que somente Renée foi à festa, mas ele não fez isso para evitar uma afirmação falsa. O ouvinte pode pensar que o falante não fez uma afirmação sobre um domínio contendo um único indivíduo porque é provável que não seja verdade que Maria sabia que Renée foi à festa. Pelo mesmo raciocínio, o ouvinte conclui que se o falante não disse nada sobre um domínio tendo somente Sandy, deve ser porque não é verdade que Maria saiba que Sandy foi à festa. Estas inferências, junto com as condições de verdade da sentença, permitem apenas modelos em que todas as garotas são possibilidades epistêmicas e nenhuma delas é uma necessidade.

Além disso, o falante não faz uma afirmação sobre um domínio menor para evitar uma inferência falsa de exaustividade. Imaginando uma situação em que Maria sabe que Renée foi à festa. Nessa situação o falante poderia afirmar algo sobre um domínio contendo apenas Renée. Se o falante fizer tal afirmação, o ouvinte poderia ser levado a pensar que não é

verdade que Maria sabe que Sandy foi à festa. Ao escolher um item cuja característica semântica é o alargamento de domínio, a inferência de exaustividade pode ser bloqueada.

Além dessas características, é possível encontrar relação de longa distância entre ‘irgendein’ e o modal que opera sobre ele, como em (19), que tem duas interpretações ambas em que ‘irgendein’ associa-se ao modal através da relativa. Em umas das interpretações há um homem que vive na Bavária que Maria tem que casar com ele (neste caso o falante não sabe ou não se importa com quem e o local onde vive); na outra interpretação Maria tem que casar com um homem que vive na Bavária e qualquer homem que vive na Bavária é uma opção. Segundo as autoras seria possível pensar ainda em uma terceira interpretação em há um local na Bavária (o falante não sabe ou não se importa qual é esse local) e Maria deve casar-se com um homem desse local (qualquer homem desse local é uma opção possível para Maria escolher). Todavia essa interpretação não é possível para (19).

19) Mary muss **irgendeinen** Mann heiraten, der **irgendwo** in Bayern wohnt.

Maria deve ingend-um homem casar, quem irgend-onde em Bavária vive

‘Maria deve casar com algum homem que vive em algum lugar na Bavária’

‘Irgendein’, de acordo com as autoras, é seletivo, uma vez que somente quantificadores existenciais podem prendê-lo. Ele não pode ser associado ao operador $\forall$ (para todo) presumivelmente porque este operador pode contribuir para uma leitura genérica que ‘irgendein’ não possui. A sentença (20) pode ser interpretada como (i) uma das crianças fala (o falante não sabe ou não se importa quem é ela); (ii) uma criança das crianças tem permissão para falar (qualquer criança é uma opção possível); mas não pode ser interpretada como qualquer uma das crianças pode falar (qualquer uma das crianças tem a habilidade para falar).

20) **Irgendeins** von diesen Kindern kann sprechen.

Irgend-uma of these children can talk.

‘Alguma destas crianças pode falar’

Por fim, as autoras defendem que, apesar do fato de ‘irgendein’ estar associado sempre à mesma força quantificacional (força quantificacional de existência) essa interpretação de existencial não vem dele: ‘irgendein’ é um introdutor de variável, nos termos de Heim (1982) e sua força quantificacional vem de um operador proposicional de existência. Conforme as autoras, ‘irgendein’ possui um traço não interpretável, mas pronunciado de existencial, e devido a esse traço sempre apresenta leitura existencial (esse assunto será retomado no capítulo 3).

2.2. Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003): o caso do *algún* ‘algun’

Esta seção dedica-se à apresentação das propostas feitas por Alonso-Ovalle (2002) e Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003) para a semântica dos indefinidos ‘un’ (‘um’) e ‘algún’ (‘algun’) do espanhol. Serão apresentadas algumas propriedades que caracterizam um contraste semântico entre ‘un’ e ‘algún’ no que diz respeito às relações de escopo e força quantificacional (Alonso-Ovalle, 2002). Será apresentada também a proposta desenvolvida por esses autores para explicar o efeito epistêmico de ‘algún’, que induz a um efeito epistêmico de livre-escolha.

Segundo Alonso-Ovalle (2002) enquanto ‘un’ comporta-se como o artigo indefinido do inglês ‘a’, ou seja, não apresenta as mesmas características de outros quantificadores (como ‘todo’, por exemplo) e pode ser analisado como um indefinido proposto por Heim (1982); ‘algún’, por sua vez, parece ser um quantificador existencial clássico.

O exemplo do autor ilustra que, assim como Strawson (1952, *apud* Alonso-Ovalle, 2002) apontou para o ‘a’, ‘un’ pode ser antecedente de anáfora em diferentes sentenças. Por outro lado, ‘algún’ não permite esse tipo de retomada, fato que explicaria a distinção entre (21), sentença possível, e (22), agramatical.

21) Vino [un estudiante]₁. Pro₁ se llama Juan.

(Alonso- Ovalle, 2002)

chegou um estudante (Ele) 3:S:Refl chama Juan

‘Um estudante chegou. Ele se chama Juan’

- 22) Vino [algún estudiante]₁. *Pro₁ se llama Juan. (Alonso- Ovalle, 2002)
 chegou algum estudante (Ele) 3:S:Refl chama Juan
 ‘Algum estudante chegou. Ele se chama Juan’

Com base na análise do autor, um sintagma contendo ‘un’ herda sua força quantificacional de um operador na sentença, possui variabilidade quantificacional, assim como ‘a’ do inglês. Desse modo, o sintagma ‘un estudiante’, em (23), por exemplo, é interpretado com força quantificacional universal. Todavia, o sintagma contendo ‘algún’ sempre está relacionado à força quantificacional de existência, o que leva a sentença (23) a ser interpretada com quantificação existencial sobre estudantes, com duas leituras: (i) há algum estudante que sempre tem dinheiro, ou (ii) há sempre algum estudante que tem dinheiro.

- 23) Un estudiante siempre tiene dinero. (Alonso- Ovalle, 2002)
 Um estudante sempre tem dinheiro
 ‘Um estudante sempre tem dinheiro’
 ‘Todo estudante tem dinheiro’

- 24) Un estudiante nunca tiene dinero. (Alonso- Ovalle, 2002)
 Um estudante nunca tem dinheiro
 ‘Um estudante nunca tem dinheiro’ (Nenhum estudante tem dinheiro)

- 25) Algún estudiante nunca tiene dinero. (Alonso- Ovalle, 2002)
 Algum estudante nunca tem dinheiro
 ‘Algum estudante nunca tem dinheiro’

Na sentença (26), o sintagma ‘un amigo mío’ (‘um amigo meu’), de acordo com Alonso-Ovalle, pode escapar de restrições de ilhas de escopo, tal como a condicional. Devido a isso, a sentença pode ter duas leituras: (i) existe um amigo em especial do falante, que por algum motivo ele não revela a identidade, e se esse amigo morresse o falante herdaria uma fortuna; (ii) para o falante herdar uma fortuna não existe um amigo em especial que morresse no incêndio; o falante não faz qualquer afirmação sobre um amigo específico. Entretanto, na

sentença (27), o autor apresenta que ‘algún amigo mío’ (‘algum amigo meu’) comporta-se como outros quantificadores e não pode ser interpretado como se tratando de uma afirmação a respeito de um amigo particular, a sentença (27) só pode ter a leitura (ii). Além disso, um sintagma contendo ‘algún’ não pode combinar-se com sentenças relativas não-restritivas, ao passo que sintagmas com ‘un’ podem.

26)

Si un amigo mío de Texas hubiera muerto en el incendio, yo habría inherited a fortune.
 Se um amigo meu de Texas tivesse morrido em o incêndio, eu teria herdado uma fortuna.
 ‘Se um amigo meu do Texas tivesse morrido no incêndio, eu teria herdado uma fortuna’.

27)

Si algún amigo mío de Texas hubiera muerto en el incendio, yo habría inherited a fortune.
 Se algum amigo meu de Texas tivesse morrido em o incêndio, eu teria herdado uma fortuna.
 ‘Se algum amigo meu do Texas tivesse morrido no incêndio, eu teria herdado uma fortuna’¹²

Por fim, enquanto outros quantificadores não podem aparecer depois de verbos em sentença com cópula, ‘un’, em (28), é perfeitamente natural. Todavia sintagmas com ‘algún’ pós-cópula são estranhos, exemplo (29), de acordo com o autor, têm apenas uso epistemicamente marcado nesta posição.

28) Juan es un idiota.

Juan é um idiota

‘Juan é um idiota’

29) *Juan es algún idiota.

Juan é algum idiota

‘Juan é algum idiota’

¹² Exemplos de Alonso-Ovalle (2002)

Além dessas características, ‘algún’ difere de ‘un’, de acordo com Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003), por possuir um efeito epistêmico. Um indefinido epistêmico, de acordo com a definição apresentada por eles, marca a falta de conhecimento do falante. Os autores propõem que o item do espanhol ‘algún’ induz a esse efeito, ao contrário de ‘un’ (‘um’).

A distinção entre os indefinidos ‘un’ e ‘algún’ pode ser observada nos diálogos a seguir. Com esses exemplos, ilustram os autores que a pergunta de B em (30) é inapropriada para a situação. Mas em (31) a pergunta não é inadequada, o que mostra que ‘un’ não induz a esse efeito epistêmico e não marca, necessariamente, a falta de conhecimento do falante.

30) A: María está tomando alguna clase de lingüística. (Alonso-Ovalle e Menéndez Benito, 2007).

María está tendo alguma aula de lingüística.

‘María está tendo alguma aula de lingüística’

B: #Cúal?

Qual

‘Qual?’

31) A: Maria está tomando una classe de lingüística. (Alonso-Ovalle e Menéndez Benito, 2003).

Maria está tendo uma aula de lingüística.

‘Maria está tendo uma aula de lingüística’.

B: Cúal?

Qual

‘Qual?’

Esse efeito epistêmico, segundo os autores, é caracterizado pelo efeito de livre-escolha. Com uma sentença como (31) o falante diz que, até onde sabe, Maria pode estar saindo com qualquer rapaz do departamento de lingüística, ou seja, todas as possibilidades estão disponíveis.¹³

¹³ Exemplo de Alonso-Ovalle e Menéndez Benito (2003).

31) María está saliendo con algún chico del departamento de lingüística.

Maria está saindo com algum rapaz do departamento de lingüística

‘Maria está saindo com algum rapaz do departamento de lingüística’

Considerando dois cenários, de Alonso-Ovalle e Menéndez Benito (2003), no cenário 1 há cinco lingüistas no departamento: John, Bill, Charles, Richard e Mike. O falante ouviu de uma fonte segura que Maria está saindo com um deles e isso é tudo que o falante sabe, ele não faz idéia qual deles possa ser. Neste cenário há cinco alternativas epistêmicas e a sentença (31) é feliz.

Pensando em um outro cenário onde há cinco lingüistas no departamento John, Bill, Charles, Richard e Mike. O falante ouviu de uma fonte segura que Maria está saindo com um deles e ele sabe que não é Mike, não é Richard e não é Charles. As alternativas seriam que Maria estivesse saindo com John ou Maria estivesse saindo com Bill. Neste cenário, onde há duas alternativas epistêmicas, a sentença (31) não é apropriada, porque ao usar ‘algún’ o falante indica que até onde ele sabe o lingüista com quem Maria está saindo pode ser qualquer um dos cinco rapazes do domínio.

Além disso, ‘algún’, de acordo com Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003), não pode ser usado para referir-se a um indivíduo particular. Por exemplo, tendo em conta um terceiro cenário: Laura e Paulo estão no salão do departamento de matemática em uma reunião em que ninguém conhece ninguém. De repente, começa a tocar uma lambada e uma das pessoas começa a dançar sobre a mesa. Apesar de Paulo não saber o nome, o dançarino é Rino Cusper, o professor de estatística. Paulo não conhece Rino, mas o vê dançando sobre a mesa. Neste contexto a sentença (32) não é feliz, pois, apesar de Paulo não saber seu nome, já que ninguém se conhece, Paulo está vendo o professor e não é o caso que qualquer professor no domínio relevante seja uma opção disponível. O uso de ‘algún’ requer que todos os membros do domínio sejam opções possíveis para o falante.

32) #Mira! Algún professor está bailando la lambada encima de la mesa.

Olhe! Algum professor está dançando a lambada em cima de a mesa

‘Olhe! Algum professor está dançando lambada em cima da mesa’

Esse tipo de desconhecimento por parte do falante caracteriza o efeito epistêmico de ‘algún’: o efeito epistêmico de livre-escolha. Devido a esse efeito, numa situação em que Paulo e Laura estão fora do salão e de repente ouvem um barulho indicando que alguém está dançando sobre a mesa. Nesta situação, além de não conhecerem quem está dançando, pois não conhecem ninguém dentro da sala, não vêem quem dança. No cenário a sentença (32) é apropriada, pois qualquer opção será uma alternativa possível.

Na proposta dos autores o efeito epistêmico de ‘algún’ pode ser derivado do mesmo modo que Kratzer & Shimoyama (2002) derivam o efeito epistêmico de ‘irgendein’. Segundo Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito, ‘algún’ amplia o domínio e seu efeito epistêmico é resultado da interação entre modalidade epistêmica e alargamento de domínio que ‘algún’ induz.

Nos casos onde não há um elemento modal realizado, os autores assumem que há um operador modal implícito. Segundo os autores, asserções são implicitamente modalizadas, como apresentado no exemplo (33), traduzido de Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003).

33)

a) O gato está sobre a mesa.

b) $[[\text{Afirmación}]]^{w,g} ([[o \text{ gato está sobre a mesa}]]^{w,g}) (w_0) = 1$ sse para todas as alternativas epistêmicas w' , há pelo menos uma proposição em $\{\lambda w'. o \text{ gato está sobre a mesa}\}$ que é verdadeira em w' .

Para os autores, sentenças como (31), repetida abaixo, teriam um operador de afirmação implícito e o efeito epistêmico de (31) é derivado por se recorrer às inferências disparadas pelo alargamento de domínio. Considerando que o conjunto de rapazes relevantes no domínio possui apenas dois elementos, Mike e Charles, ‘algún’ dispararia o conjunto máximo de alternativas proposicionais e o resultado seria o representado em (34).

31) María está saliendo con algún chico del departamento de lingüística.

Maria está saindo com algum rapaz do departamento de lingüística

‘Maria está saindo com algum rapaz do departamento de lingüística’

34) [[Afirmação]]^{w,g} ({?w'. Maria está saindo com Mike em w', ?w'. Maria está saído com Charles em w' })

O falante poderia ter feito uma afirmação sobre um domínio menor, contendo somente Mike, por exemplo, mas com base nos autores, há duas razões para ele não fazer isso. A primeira delas é que o ouvinte poderia pensar que o falante estava tentando evitar uma afirmação falsa. O ouvinte poderá concluir pelo uso de ‘algún’ que, até onde o falante sabe, nenhuma das proposições no conjunto é uma necessidade, ou seja, o falante não sabe quem Maria está encontrando: se Mike ou Charles. Como cada uma das proposições do conjunto sobre o qual o modal opera tem de ser verdadeira em pelo menos uma das alternativas epistêmicas do falante, é possível supor que, até onde o falante sabe, Maria pode estar saindo com Mike ou Maria pode estar saindo com Charles, e este é o efeito epistêmico.

Outro motivo para que o falante não faça uma afirmação a respeito de um domínio menor é o de que, de acordo com os autores, ele estaria evitando uma inferência de falsa exaustividade. Ao assumir isso, são descartados modelos onde o falante sabe que Maria está saindo com Mike ou onde o falante sabe que Maria está saindo com Charles. Todavia, segundo os autores, será permitido um modelo em que Maria está saindo Charles e com Mike, porém a sentença (31) não é feliz nessa situação.

De acordo com Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito, duas possibilidades poderiam ser sugeridas: (i) a não exaustividade não estaria funcionando no exemplo, ou (ii) todas as inferências são computadas e modelos em que Maria está com todos os rapazes no domínio seriam descartados por um fator adicional. Os autores levantam inicialmente a hipótese de que ‘algún’ no singular poderia possuir uma pressuposição de unicidade. Todavia, logo descartam essa possibilidade, pois sentenças como (35) é verdadeira em uma situação em que mais de uma pessoa estuda indefinidos no espanhol.

35) Algún autor finlandés habla de los indefinidos em español.

Algum autor finlandês fala de os indefinidos em espanhol

‘Algum autor finlandês fala dos indefinidos em espanhol’

Por outro lado, se a sentença (35) pode ser feliz em uma situação em que mais de um autor estuda os indefinidos no espanhol, ela não é inapropriada em contextos onde todos os autores estudem o assunto. Isso se deve, segundo os autores, ao fato de que ‘algún faz parte de uma escala como ‘todos’ (todos), ‘muchos’ (muitos) e ‘pocos’ (poucos) e isso dispararia uma implicatura escalar, que levaria a descartar o modelo onde Maria está saindo com todos os rapazes do domínio.

2.3. Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003): o caso do ‘some’

Nesta seção será apresentada a proposta de Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003) para a semântica do indefinido ‘some’ do inglês. Será apresentado como se dá o efeito epistêmico desse item. De acordo com Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito, há um contraste semântico entre ‘a’ e ‘some’, uma vez que este faz exigências que o artigo indefinido não faz. Levando em conta os cenários já expostos na seção 2.2 será apresentado qual é essa exigência.

Os diálogos a seguir ilustram que a pergunta de B em (36) não é apropriada para o contexto, porém em (37) é perfeitamente natural. Isso mostra, segundo os autores, que ‘a’, não marca a falta de conhecimento do falante, ao passo que ‘some’, seguido de nomes contáveis no singular possui esse efeito epistêmico.

36) A: Some cabinet minister has been shot. (Alonso-Ovalle e Menéndez Benito, 2003)

Algum gabinete ministro tem sido (ferido com um tiro)

‘Algum ministro de gabinete foi ferido com um tiro’

B: Who?

Quem

‘Quem?’

37) A: A cabinet minister has been shot.

(Alonso-Ovalle e Menéndez Benito, 2003)

Um gabinete ministro tem sido (ferido com um tiro)

‘Algum ministro de gabinete foi ferido com um tiro’

B: Who?

Quem

‘Quem?’

Segundo os autores, o efeito epistêmico de ‘some’, em contraste do que ocorre com ‘algún’ no espanhol, não é caracterizado pelo efeito de livre-escolha. A sentença (38) indica a falta de conhecimento do falante em relação à identidade do rapaz com quem Maria está saindo, mas pode ser usada mesmo em situações em que o falante descarta a possibilidade de alguns rapazes no departamento serem opções disponíveis.

38) Mary is dating some guy from the Linguistics Department.

Maria está encontrando algum rapaz de o lingüística departamento

‘Maria está saindo com algum rapaz do departamento lingüística’

Considerando o cenário onde há cinco lingüistas no departamento: John, Bill, Charles, Richard e Mike. O falante ouviu que Maria está saindo com um deles e isso é tudo que sabe, ele não sabe qual dos rapazes possa ser. Neste cenário há cinco alternativas epistêmicas e a sentença (38) é feliz.

Levando em consideração agora outra situação onde há cinco lingüistas no departamento John, Bill, Charles, Richard e Mike e o falante ouviu que Maria está saindo com um deles. Somado a essa informação, o falante sabe que Maria não está saindo nem com Mike, nem com Richard e, tampouco com Charles. As alternativas disponíveis seriam que Maria estivesse saindo com John ou estivesse saindo com Bill. Neste cenário, onde restam apenas duas alternativas epistêmicas, a sentença (38) continua sendo, para alguns falantes, apropriada.¹⁴

De acordo com os autores, ‘some’ pode ser usado em cenários onde indefinidos podem ser entendidos como referindo a uma pessoa em particular.

¹⁴ Segundo Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito, alguns falantes não aceitam que (38) seja apropriada para a situação, uma vez que é muito provável que o falante esteja familiarizado com o lingüista em questão.

Para a sentença (39), dada a situação em que duas pessoas, Laura e Paulo, estão em uma reunião no departamento de lingüística, onde ninguém conhece ninguém. Começa a tocar uma música um dos indivíduos sobe na mesa e dança. O dançarino é Rino Cusper, mas nesta situação, Paulo não sabe disso, entretanto o vê dançando. Neste contexto, Paulo não é capaz de nomear o indivíduo sobre a mesa, por isso há um nível de desconhecimento em relação ao referente, porém apesar disso a sentença (39) é feliz apropriada, mesmo não sendo o caso que qualquer indivíduo no domínio relevante seja uma opção disponível. Nestes termos, ‘some’ não requer que todos os membros do domínio sejam opções possíveis.

39) Look! Some professor is dancing lambada on his table.

Olhe! Algum professor está dançando lambada em sua mesa

‘Olhe! Algum professor está dançando lambada em sua mesa’

Dada uma outra situação, em que Paulo e Laura estão fora da sala onde acontece a reunião, a sentença (39), segundo os autores, pode ser usada para descrever a situação na qual não é verdade que, até onde o falante sabe, qualquer indivíduo pode estar dançando sobre a mesa. Ou seja, ‘some’, não tem efeito de livre-escolha.

Nos termos dos autores, ‘some’ possui um efeito epistêmico, uma vez que marca a falta de conhecimento do falante. Todavia para entender como se dá esse efeito, que não é de livre-escolha, é preciso identificar diferentes formas de ignorância. A sentença (40), por exemplo, é feliz em um cenário onde há, entre as alternativas epistêmicas do falante, ao menos dois mundos nos quais a pessoa que ligou em um dos mundos não é mesma que ligou em outro mundo, de maneira que ‘some’ veicula que o falante não sabe quem ligou.

40) Some girl called.

(Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito, 2003)

Alguma garota ligou

‘Alguma garota ligou’

Todavia no caso da sentença (39) apresentada acima, que o falante profere enquanto vê um indivíduo dançando sobre a mesa em todas as alternativas epistêmicas do falante o indivíduo que satisfaz a afirmação de existência é a pessoa que ele vê dançando. Nestes

termos, se ‘some’ pode ser usado referencialmente, como pode indicar ignorância ao mesmo tempo? Para explicar essa ‘contradição’ os autores chamam a atenção para diferentes tipos de individuação e levam em conta a proposta de Evans (1982, *apud* Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito, 2003) segundo a qual descrições podem ser usadas referencialmente como nomes ou como demonstrativos e ilustram esse fato recorrendo aos exemplos de Ludlow e Neale (1991, *apud* Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito, 2003), adaptados em (41), onde o falante veicula a informação que Jonh está flertando com a irmã de alguém, e (42), onde o falante tenta comunicar que um homem está tirando plantas do jardim.

41) Descrição usada como nome: em uma situação em que Jones, conhecido pelo falante e pelo ouvinte como um conquistador convicto, é visto pelo falante piscando para a irmã do ouvinte. O falante, então, diz:

A: A convicted embezzler is flirting with your sister.

Um convicto conquistador está flertando com sua irmã.

‘Um conquistador convicto está flertando com sua irmã’

42) Descrição usada como demonstrativo: em uma situação em que A olha pela janela e vê um homem arrancando plantas do jardim. A profere:

A: Look! A man is uprooting your turnips.

Olhe! Um homem está arrancando suas plantas

‘Olhe! Um homem está arrancando suas plantas’

Nos dois exemplos o falante tem contato com a pessoa que satisfaz a afirmação de existência do indefinido, entretanto, o modo como esse contato ocorre é diferente, pois em (41) o falante tem um contato epistêmico anterior com Jones, e em (42) o indivíduo em questão está sob o campo perceptual do falante. Segundo os autores, ‘some’ em cenários como (41), não é apropriado, ver exemplo (43a). Porém a substituição de ‘a’ por ‘some’ no cenário em (42), como apresentado em (43b), é apropriada. Isso ilustra, conforme Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito, que ‘some’ é sensível ao modo como se tem acesso ao conhecimento sobre os indivíduos: se houver conhecimento prévio, como no caso de (41),

‘some é inadequado; se o falante tiver contato visual com o referente, mas desconhecer o nome do indivíduo, por exemplo, ‘some’ é apropriado.

43)

a. A: #Some convicted embezzler is flirting with your sister.

Algum convicto conquistador está flertando com sua irmã.

‘Algum conquistador convicto está flertando com sua irmã’

b. A: Look! some man is uprooting your turnips.

Olhe! Algum homem está arrancando suas plantas

‘Olhe! Algum homem está arrancando suas plantas’

2.4. Pires de Oliveira (2005): o caso do ‘qualquer’

Nesta seção apresentar-se-á a proposta de Pires de Oliveira (2005) para o item ‘qualquer’ no PB. Segundo a autora, há apenas um item ‘qualquer’, que pode apresentar-se em duas estruturas ‘qualquer N’, exemplo (44) e ‘um N qualquer’, exemplo (45). Apesar da aparente similaridade de usos, os sintagmas com ‘qualquer’ apresentam comportamentos particulares em contextos distintos. Essas formas, em certos contextos, seriam sinônimas, mas a substituição não é possível.

A autora desenvolve a idéia de que sintagmas contendo ‘qualquer’ são indefinidos nos termos de Heim (1982), desse modo, apresentam leitura existencial e leitura universal. As sentenças (44) e (45) apresentam leitura genérica ao passo que (46) e (47) têm somente leitura existencial.

44) Qualquer aluno joga futebol.

(Pires de Oliveira, 2005).

45) Um aluno qualquer joga futebol.

(Pires de Oliveira, 2005).

46) Deu qualquer problema com o computador.

(Pires de Oliveira, 2005).

47) Deu um problema qualquer com o computador.

(Pires de Oliveira, 2005).

Além de apresentarem essa variabilidade de força quantificacional, pode “ligar” variáveis que estão além de seu *escopo*¹⁵. No exemplo, (48) ‘ele’ é co-referente de ‘um burro’. De acordo com o exposto pela autora, essa “ligação” não pode ser explicada por c-comando, pois não há tal relação entre ambos. Esse fenômeno de ligar variáveis ocorre com ‘qualquer’, em contraste com ‘todo’, que é tomado como quantificador universal, essa ligação não é possível. Pires de Oliveira ilustra, através do contraste entre (48), (49) e (50), que ‘qualquer’ é um indefinido que marca a presença de uma variável.

48) Todo fazendeiro que tem um burro ₁ bate nele ₁ .	(Pires de Oliveira, 2005).
49) Todo fazendeiro que tem um burro qualquer bate nele.	(Pires de Oliveira, 2005).
50) ?Todo fazendeiro que tem qualquer burro bate nele.	(Pires de Oliveira, 2005).
51) *Todo fazendeiro que tem todo burro bate nele.	(Pires de Oliveira, 2005).

Seguindo Heim (1982), Pires de Oliveira defende o pronome ‘ele’ na sentença (48) é familiar porque sua interpretação depende de haver um referente discursivo já presente no fundo conversacional, já ‘um burro’ não é familiar, pois introduz um referente novo.

Como dito, de acordo com a autora, ‘qualquer’ pode aparecer em duas configurações ‘qualquer N’ e ‘um qualquer N’, porém, apesar de certa similaridade entre essas formas, o uso de cada uma delas apresenta particularidades e a substituição dessas formas não é possível. Na posição de argumento externo, sujeito, ‘qualquer N’ apresenta variabilidade de interpretação em sentenças genéricas, podendo ter leitura genérica caracterizadora (não-cardinal), exemplo (44). Em sentenças episódicas, ‘qualquer N’, se aceito, é interpretado como universal, embora a sentença esteja no pretérito, como ilustrado em (52), que é interpretado como fazendo referência a cada umas das alternativas de um grupo de alunos determinado contextualmente, ou seja, não importa qual aluno seja escolhido, ele resolveu o problema.

52) ? Qualquer aluno resolveu o problema.	(Pires de Oliveira, 2005).

‘Um N qualquer’, por sua vez, na posição de sujeito, é segundo Pires de Oliveira, sempre interpretado como existencial. A sentença (45), por exemplo, pode ser lida com duas

¹⁵ A autora destaca, que na verdade não se trata de escopo, pois enquanto variável não é quantificador e não tem escopo.

leituras uma genérica habitual-cardinal (em que se fala de um aluno cuja identidade é irrelevante ou desconhecida) e uma leitura genérica caracterizadora. Em (53) há somente a leitura existencial do sintagma (e do evento), pois a sentença está sob o escopo de um operador existencial, dado pela morfologia do verbo.

53) Um aluno qualquer resolveu o problema.

(Pires de Oliveira, 2005).

Segundo a autora, a sentença (54) confirma a dificuldade de interpretar ‘qualquer N’ denotando um indivíduo. Por outro lado, em (55) ‘um N qualquer’ é interpretado como cardinal e essa é a interpretação é a única disponível.

54) # Qualquer médico operou este paciente aqui.

(Pires de Oliveira, 2005).

55) Um médico qualquer operou este paciente aqui.

(Pires de Oliveira, 2005).

Na posição de argumento interno do verbo (objeto) ‘um N qualquer’ sempre interpretado como existencial (sentenças (56, 57)), mesmo em casos como a sentença (58), que tem leitura genérica. Por outro lado, de acordo com Pires de Oliveira, ‘qualquer N’ em geral não “soam” bem na posição de objeto, como ilustra o exemplo (59).

56) Chegou uma carta qualquer.

(Pires de Oliveira, 2005).

57) Maria comprou um vestido qualquer.

(Pires de Oliveira, 2005).

58) Sempre que João almoça, ele come um doce qualquer de sobremesa.

(Pires de Oliveira, 2005).

59) # Chegou qualquer carta.

(Pires de Oliveira, 2005).

Entretanto, há casos em que construções com ‘qualquer N’ são boas, como é o caso de (60), cuja leitura é existencial e a sentença (61), cuja leitura é universal. Além disso, a autora mostra que se o objeto for modificado por uma sentença restritiva a sentença melhora, como em (62). Pode ainda ter interpretação universal (sentença (63)), ou ser ambíguo entre uma leitura em que Maria comprou um jornal (não importa qual), e uma leitura em que Maria comprou todo jornal, sentença (64).

- 60) Hoje, o João colocou qualquer roupa. (Pires de Oliveira, 2005).
 61) Vendo qualquer CD. (Pires de Oliveira, 2005).
 62) O João conversou com qualquer mulher que ele encontrou na rua. (Pires de Oliveira, 2005).
 63) Deus perdoa qualquer pecado. (Pires de Oliveira, 2005).
 64) Maria comprou qualquer jornal que tinha na banca. (Pires de Oliveira, 2005).

De acordo com a autora, é possível pensar que o comportamento distinto entre ‘qualquer N’ e ‘um N qualquer’ deve-se a presença do artigo indefinido ‘um’, que segundo ela, tem comportamento bastante semelhante ao ‘um N qualquer’, no que diz respeito ao comportamento quantificacional.

Pires de Oliveira ilustra com os dados, que ‘um’ na posição de sujeito de sentenças genéricas tem uma leitura habitual e uma leitura genérica caracterizadora (sentença (65)), assim como acontece com ‘um N qualquer’ (sentença (45) acima). Seguindo Müller (2002), Pires de Oliveira assume que a morfologia de singular em sintagmas do PB possi valor semântico (‘um’ refere aos átomos de um estrutura semi-reticular dada pelo nome comum) e isso permite a leitura de numeral quando ‘um’ possuir a interpretação de existencial. Desse modo, a sentença (64) está sob o escopo de um operador genérico, dado pela morfologia do verbo (presente). De acordo com a autora é a presença do ‘um’ em (66) que permite a leitura de que Maria namorou apenas um policial, ao passo que (67) só pode ser interpretada como sendo que Maria encontrou mais de um policial na vida.

- 65) Um brasileiro joga futebol. (Pires de Oliveira, 2005).
 66) A Maria namorou um policial qualquer. (Pires de Oliveira, 2005).
 67) A Maria namorou qualquer policial. (Pires de Oliveira, 2005).

Segundo a autora, se ‘um’ estiver na posição de sujeito de uma sentença episódica a interpretação será existencial, como no exemplo (68). Seguindo Müller (2002), a interpretação como existencial vem da morfologia do verbo.

- 68) Um aluno resolveu o problema. (Pires de Oliveira, 2005).

Por sua vez, na posição de objeto, a leitura é existencial (sentença (69)), mesmo em sentenças genéricas, como em (70). Com base na proposta de Müller (2002), Pires de Oliveira assume que em (69) ‘um’ tem leitura existencial porque está na posição de escopo de um operador de existência (dado pela morfologia do verbo). Já em (70), tem leitura existencial porque está sob o escopo nuclear de uma sentença genérica.

69) A Maria comprou um vestido.

(Pires de Oliveira, 2005).

70) A Maria come um doce depois do almoço.

(Pires de Oliveira, 2005).

Roberta Pires apresenta três quadros, uma para posição de sujeito e outro para a posição de objeto, que ilustram que ‘um N qualquer’ e ‘qualquer N’ não sinônimos e um terceiro que resume as similaridades entre ‘um’ e ‘um N qualquer’. Os quadros estão sintetizados abaixo em (71 a) e (71 b).

71)

a. Posição de sujeito.

	‘qualquer N’	‘um N qualquer’	‘um N’
Genérico	$\forall$	$\forall$ ou $\exists$	$\forall$ ou $\exists$
Episódico	# ($\forall$)	$\exists$	$\exists$

b. Posição de objeto.

	‘qualquer N’	‘um N qualquer’	‘um N’
Genérico	$\forall$ ou $\exists$	$\exists$	$\exists$
Episódico	# ou $\forall$ ou $\exists$	$\exists$	$\exists$

O comportamento de ‘um N qualquer’ é, do ponto de vista quantificacional, semelhante ao ‘um N’. Por outro lado, ‘um N qualquer’ tem o efeito de livre escolha. Isso demonstra, conforme a autora, que força quantificacional e livre-escolha são propriedades independentes.

A autora demonstra que a noção de livre-escolha está associada a existência de um conjunto de alternativas possíveis e às noções de indiferença com relação ao referente, sua

identidade não interfere nas condições de verdade da sentença; ou sua identidade é ignorada. Para uma pergunta como ‘alguém telefonou?’ a sequência em (72) não é feliz, pois ao usar o ‘qualquer’ o falante veicula a informação ou de que não se importa com a identidade do referente ou a ignora. Por sua vez, a sequência em (73) é feliz, uma vez que ‘um’ não veicula nada sobre como o falante se posiciona em relação ao referente.

72) A: Alguém telefonou?

(Pires de Oliveira, 2005).

B: Uma pessoa qualquer ligou.

A: #Quem (ligou)?

73) A: Alguém telefonou?

(Pires de Oliveira, 2005).

B: Uma pessoa ligou.

A: Quem (ligou)?

Segundo Pires de Oliveira, esse mesmo contraste pode ser observado no diálogo seguinte em (74) em que a resposta de B não está de acordo com o fato de que ‘qualquer’ veicula que o falante não pode saber a identidade do referente para avaliação da sentença. Entretanto, a resposta na sequência em (75) é perfeitamente natural.

74) A: Com quem Maria casou?

(Pires de Oliveira, 2005).

B: # Com qualquer médico, o Carlos.

75) A: Com quem Maria casou?

(Pires de Oliveira, 2005).

B: Com um médico, o Carlos.

Considerando um cenário onde o domínio de médicos contém Pedro, Carlos, João e André. As sentenças (76) e (77) são apropriadas para o contexto. Porém em uma situação em que dos quatro indivíduos, a Maria se casaria apenas ou com Carlos ou com Pedro, (76) não é feliz, pois não é verdade que Maria se casaria com qualquer indivíduo, não importando qual, do domínio (neste caso, o exemplo envolve indiferença). Todavia a sentença com ‘um’

continua sendo feliz, pois não exige que todos os referentes estejam disponíveis como escolha.

76) A Maria quer casar com um médico qualquer. (Pires de Oliveira, 2005).

77) A Maria quer casar com um médico. (Pires de Oliveira, 2005).

Numa situação em que há dez bicicletas à venda e o falante sabe que Maria compraria duas delas a e b , mas entre a e b o falante ignora a escolha de Maria. Nesta situação (78) não é feliz, mas (79) é feliz. Para que (78) fosse feliz todas as bicicletas deveriam (por hipótese) constituir alternativas.

78) A Maria comprou uma bicicleta qualquer. (Pires de Oliveira, 2005).

79) A Maria comprou uma bicicleta. (Pires de Oliveira, 2005).

O argumento defendido pela autora para explicar a distinção entre o comportamento de ‘um’ e ‘qualquer’ é o de que o último dispara uma pressuposição de livre-escolha. Uma sentença com ‘qualquer’ é feliz em um contexto onde já exista disponível um domínio de alternativas possíveis, nestes termos ‘qualquer’ seria familiar, ao passo que ‘um’ que não carrega tal pressuposição.

Pires de Oliveira assume que ‘qualquer’ possui uma pressuposição de alternativas possíveis. A autora assume a noção de que algo é pressuposto se é acarretado pelo *background* conversacional e caso o conteúdo afirmado seja manipulado a informação presente no fundo conversacional compartilhado se mantém. Dessa forma, em uma sentença como (80), ‘qualquer’ pressupõe a existência de um conjunto de problemas e Maria não sabe qual é o problema.

80) A Maria sabe que deu qualquer problema com o computador. (Pires de Oliveira, 2005).

Outra característica da livre-escolha é que ela aponta para uma ampliação do domínio. De acordo com a autora, o genérico com indefinido ‘um’, pode aplicar-se a contextos mais restritos ao passo que ‘qualquer’ produz um alargamento do domínio

previamente dado pelo fundo conversacional. Pires de Oliveira demonstra esse alargamento de domínio retomando um exemplo de Kadmon e Landman (1993, *apud* Pires de Oliveira, 2005) reproduzido abaixo em (81).

81) A: Uma coruja como rato.

B: Até uma coruja doente?

A: Qualquer coruja (come rato).

Conforme Pires de Oliveira, a pressuposição disparada por ‘qualquer’ vem de ‘qual’, que, em interrogativas, depende de um conjunto de alternativas para ser feliz; e de ‘quer’, que introduz intensionalidade.

Haveria, seguindo von Fintel (2000), duas possibilidades de interpretar a livre-escolha: (i) como uma escolha aleatória (não faz diferença qual é o referente), caso cuja base modal é contrafactual (Kratzer, 1981), exemplificado em (82); (ii) ou como escolha cega, que se baseia na ignorância, e, portanto todas as alternativas são possíveis, caso em que a base modal é epistêmica (Kratzer, 1981), exemplificado em (80), acima.

82) A Maria coloca qualquer roupa quando está em casa.

(Pires de Oliveira, 2005).

Na base modal contrafactual não se coloca a posição do falante por tratar-se de uma generalização. Na base modal epistêmica pode se expressar diferentes perspectivas em relação à ignorância. O exemplo, a sentença (46) repetida abaixo, o falante expressa ignorância, pois afirma que o computador tem um problema e ao usar ‘qualquer’ implica que desconhece esse problema. Nesse caso, a base modal é epistêmica e é preciso que, em pelo menos dois mundos da base modal em que o problema seja distinto para que o uso de ‘qualquer’ seja feliz. Já em (82) acima, tem-se uma sentença habitual em que ‘qualquer’ está sob o escopo de um existencial e a base modal é contrafactual, pois o que se veicula é que não importa o referente escolhido. O uso de ‘qualquer’ será feliz se não houver uma alternativa que seja escolhida em todos os mundos da base modal.

46) Deu qualquer problema com o computador.

(Pires de Oliveira, 2005).

Segundo a autora, mesmo quando ‘qualquer’ é usado em construções partitivas, em que o conjunto de indivíduos é fixo em todos os mundos, ele não é feliz em situações em há um mesmo indivíduo como opção em todas as alternativas de mundo. Por isso, a sentença (83) será verdadeira em uma situação em que a generalização presente seja aplicável aos dois adolescentes não importa qual seja o escolhido.

83) Qualquer um dos dois (adolescentes) chora.

(Pires de Oliveira, 2005).

Mesmo em contextos de verbos modais ou de verbos de atitude proposicional, como a sentença (84), a autora argumenta que a sentença com ‘qualquer’ só será feliz se houver um conjunto de maçãs salientes.

84) Pegue qualquer maçã.

2.5. Resumo

Ao fazer o levantamento das principais características de ‘irgendein’ é possível destacar que é um indefinido que recebe sua força quantificacional de um operador que carrega um traço existencial. Induz a um alargamento de domínio e seu efeito de livre escolha é resultado de implicatura conversacional; além disso, marca a falta de conhecimento do falante em relação ao referente ou que a identidade do referente não importa ou é irrelevante. Kratzer & Shimoyama derivam o efeito epistêmico de ‘irgendein’ pelo sistema de Hamblin, segundo o qual pronomes indefinidos criam conjuntos de alternativas que se expandem até encontrarem um operador que as prenda. Por sua vez ‘ein’ não possui as mesmas propriedades: ele é um introdutor de variáveis, mas não está associado a alargamento de domínio, podendo ser usado mesmo em situações em que o falante tem um referente em mente.

A análise de Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003) é que ‘algún’, e ‘some’ possuem efeito epistêmico, porém esse efeito não se apresenta da mesma forma nos dois indefinidos. Enquanto ‘algún’ apresenta o efeito epistêmico de livre-escolha, ou seja, indica

que qualquer indivíduo relevante no domínio pode satisfazer sua afirmação de existência; ‘some’ não tem esse efeito e pode ser entendido como referindo a um indivíduo em particular. O efeito epistêmico de ‘some’ envolve diferentes formas de como se ter contato com o indivíduo que satisfaz sua afirmação de existência. ‘Some’ está associado à ignorância do falante e para derivar seu significado é necessário levar em conta diferentes tipos de ignorância. Por sua vez, ‘un’ e ‘a’ não estão associados à falta de conhecimento do falante e por isso não possuem efeito epistêmico.

O leitor a essa altura deve estar a perguntar-se porque o item ‘qualquer’ faz parte dessa retomada de análises propostas para indefinidos. Inicialmente, é importante dizer que em sua análise, Pires de Oliveira propõe que ‘qualquer’ é um indefinido nos termos de Heim (1982), que expressa livre-escolha (via pressuposição de um conjunto de alternativas introduzidas pelo significado de ‘qual’) e induz a um alargamento de domínio.

A autora dedica muito de sua análise para explicitar as características semânticas de construções ‘um N qualquer’ e ‘qualquer N’. Além disso, a autora atribui leitura existencial cardinal aos sintagmas ‘um N qualquer, mas ainda não está claro qual seja a definição de um uso cardinal. Dessa forma, deve-se ressaltar que, para efeito da comparação realizada no próximo capítulo, serão consideradas somente as construções com ‘qualquer N’ e não será discutida a noção de leitura existencial cardinal dos indefinidos, como apontada por Pires de Oliveira (2005) em seus exemplos.

Nas bases da proposta de Pires de Oliveira, o comportamento do item ‘qualquer’ aproxima-se do comportamento descrito por Kratzer & Shimoyama para o ‘irgendein’ e do comportamento de ‘algún’, descrito por Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito, pois é um elemento que induz a um alargamento de domínio e está associado a um conjunto de alternativas possíveis. A diferença é que aqueles estão sempre associados à força quantificacional de existência, ao passo que ‘qualquer’ apresenta variabilidade de força quantificacional.

No próximo capítulo analisam-se as propriedades semânticas de ‘algum’ com base na proposta de Kratzer & Shimoyama (2002) e Alonso-Ovalle & Menéndez Benito (2003). Se a análise proposta para o alemão e para o espanhol aproxima-se da caracterização semântica de ‘qualquer’, é necessário dizer o que o distingue do ‘algum’, pois, esses indefinidos possuem denotações diferentes: ambos induzem a um alargamento de domínio, porém esse

alargamento é distinto. Grosso modo, o alargamento de domínio de ‘algun’ é menor que o induzido por ‘qualquer’.

Dessa forma, o próximo capítulo dedica-se à análise de dados do PB e à tentativa de demonstrar as propriedades semânticas do ‘algun’ e do ‘um’. Partindo das análises apresentadas neste capítulo e dos testes que propuseram, o objetivo é mostrar as semelhanças e diferenças entre esses indefinidos no PB e entre esses dois indefinidos e ‘irgendein’/‘ein’, ‘algun’/‘un’, ‘some’/‘a’ e ‘qualquer’.

Capítulo 3. O contraste semântico entre ‘um’ e ‘algum’.

O foco desse capítulo é a descrição do comportamento semântico de sintagmas indefinidos contendo ‘um’ e ‘algum’ no PB seguidos de nomes contáveis no singular. Esta parte do trabalho dedica-se à discussão do contraste entre esses indefinidos e tem como objetivo estudar suas propriedades semânticas.

Para traçar essas propriedades, na seção 3.1, é apresentado o comportamento desses indefinidos com relação à quantificação, e ilustra-se, através da observação dos dados, a força quantificacional à qual se associam: ‘um’ apresenta variabilidade quantificacional; por outro lado, ‘algum’ está sempre associado à força de quantificação existencial. Além disso, nesta seção, apresentam-se dados em que sintagmas indefinidos com ‘um’ podem ser lidos como referindo a um indivíduo específico, em contraste com indefinidos com ‘algum’, que não podem.

Na seção 3.2, discutem-se dados em que ‘algum’ apresenta uma propriedade que ‘um’ não possui: o primeiro é um indefinido epistêmico e veicula falta de conhecimento do falante. Esse “desconhecimento do falante” está associado a um efeito de livre escolha, a que ‘algum’ induz. Por outro lado, ‘um’ não está associado esse efeito de livre escolha e não é um indefinido epistêmico.

A seção 3.4, explica, por meio da proposta de Kratzer & Shimoyama (2002), que ‘algum’ está sempre associado à força quantificacional de existência.

A seção 3.5 procura explicar como o efeito epistêmico de ‘algum’ resulta de livre escolha; a seção 3.6 dedica-se à comparação entre os indefinidos ‘algum’, ‘um’ e ‘qualquer’: ‘algum’, assim como ‘qualquer’, induz ao alargamento de domínio e está associado à livre escolha dentro de um conjunto de alternativas possíveis. A seção 3.7, por sua vez, dedica-se à comparação entre indefinidos ‘um’ e ‘algum’ e os indefinidos do espanhol, do alemão e do inglês. Na seção 3.8, é apresentado um resumo do capítulo e, finalmente, na seção 3.9, conclui-se que existe distinção entre os indefinidos ‘um’ e ‘algum’ no PB e tal distinção é caracterizada pelo fato de ‘algum’ ser um indefinido epistêmico, ao passo que ‘um’ não é.

3.1. Indefinidos ‘um’ e ‘algum’ e quantificação.

A primeira tentativa de esclarecer as características dos indefinidos ‘um’ e ‘algum’ é discutir a relação desses indefinidos com pronomes. Tal discussão busca explicitar o comportamento de sintagmas indefinidos contendo ‘um’ e ‘algum’ no que diz respeito ao fato de eles poderem ser antecedentes de pronomes anafóricos em contraste a sintagmas quantificados, que não podem. Em seguida, discutem-se as características desses sintagmas com respeito à força quantificacional (universal/existencial) com a qual se associam e se verá que ‘um’ apresenta efeito de variabilidade quantificacional que ‘algum’ não apresenta. Ilustram-se quais tipos de interpretações estão disponíveis para ambos, ou seja, demonstra-se se ambos podem ser lidos como “específicos”, tratando de um indivíduo em especial. Além disso, discute-se o comportamento desses indefinidos com relação à possibilidade de ‘um’ poder escapar de ilhas de escopo de sentenças-se e poder combinar-se com sentenças relativas não-restritivas, ao passo que ‘algum’ não pode. Dessa forma, esta seção explicita a diferença de comportamento de ‘um’ e ‘algum’ no que diz respeito à quantificação.

Segundo Russell (1905), como já exposto no primeiro capítulo, o significado do artigo indefinido em sentenças como (1) e (2) contribui com a introdução de um quantificador existencial. A sentença (1) significa que o conjunto dos indivíduos que são médicos e que chegaram não está vazio. Já a sentença (2) significa que o conjunto dos indivíduos que são médicos e são amigos de Paulo não está vazio.

1) **Um** médico entrou no consultório.

2) Paulo é amigo de **um** médico.

Assim, para Russell, descrições indefinidas são sempre sintagmas quantificados. ‘Um médico’, em (1) e (2), não denota um indivíduo particular, ou seja, não é capaz de referir. A sentença (1) significa que existe um x , x é médico e x entrou no consultório. Desse modo, sintagmas como ‘um médico’ assemelham-se aos sintagmas como ‘todo médico’ em (3), que também não denota qualquer indivíduo particular.

3) **Todo** médico entra cedo no consultório.

Um fato que desafia a teoria de Russell (1905) para os indefinidos, como inicialmente observado por Strawson (1952), são os casos em que indefinidos servem como antecedentes de pronomes anafóricos. Segundo Chierchia (2003), essa discussão relacionada à interpretação dos indefinidos como antecedentes de pronomes remonta à época dos estoicos. Este problema manifesta-se, por exemplo, nas estruturas coordenadas (ou seqüências narrativas) e em condicionais. Na sentença (4), que é uma estrutura coordenada, em (5), que é uma seqüência narrativa, e em (6), condicional, os indefinidos contendo ‘um’ funcionam como antecedentes de anáfora. Por outro lado, as sentenças com o sintagma contendo ‘todo’, exemplos (7) e (8), e ‘cada’, exemplo (9), não podem ser antecedentes de pronomes anafóricos.

- 4) Léo convidou **um colega** de trabalho e Eva o recebeu bem. (Chierchia, 2003)
- 5) Léo convidou **um colega** de trabalho. Eva, porém, o tratou mal. (Chierchia, 2003)
- 6) Se **um gato** sobe no telhado, Léo o ajuda a descer.
- 7) * Léo convidou **todo colega** de trabalho e Eva o recebeu bem. (Chierchia, 2003)
- 8) *Léo convidou **todo colega** de trabalho. Eva, porém, o tratou mal. (Chierchia, 2003)
- 9) *Se **cada gato** sobe no telhado, Léo o ajuda a descer.

Uma vez que a função do pronome anafórico é retomar a referência de seu antecedente, o exemplo (4) é um problema para a proposta de Russell (1905), pois para o autor um sintagma indefinido não refere a nada. Segundo Strawson (1952), relações anafóricas, como em (4), são exemplos de co-referência, evidente entre um indefinido e um pronome, e de que indefinidos podem ser usados para referir (pelo menos algumas vezes). De acordo com essa visão, os indefinidos poderiam ser ambíguos entre serem referenciais e serem quantificadores. Essa hipótese explicaria a possibilidade de construções com um pronome anafórico sendo co-referencial com um antecedente indefinido.

De acordo com Heim (1982), a sentença (4) não é uma evidência para provar que Russell (1905) esteja errado, mas exemplos como esse exige das pessoas que concordam com o autor uma solução alternativa que explique pronomes anafóricos com indefinidos como antecedentes. Nos termos de Heim (1982), a análise de Russell (1905) não explica todos os

usos dos indefinidos, mas captura pelo menos uma das leituras que os indefinidos podem ter, a de quantificador existencial.

Tendo em mente a sentença (4) é possível perguntar como pode um pronome receber uma referência de um antecedente que não refere? Antes de responder a pergunta, é importante, olhar mais atentamente para a discussão do tratamento dos pronomes e da anáfora sentencial.

Segundo Heim (1982), a anáfora se assemelha a um pronome dêitico, para a qual a referência é dada pelo contexto não lingüístico, enquanto o pronome anafórico refere-se a algo cuja saliência deve-se ao conteúdo de um enunciado anterior. Um pronome pode ter outras funções além de referir, podendo estabelecer relações anafóricas de dois tipos com seus antecedentes: uma relação de co-referência ou de ligação. Para alguns autores, ele é uma variável (Heim & Kratzer, 1998), ou seja, um termo cuja denotação não é lexicalmente fixa e varia segundo uma atribuição de valores que lhe é feita por uma função contextual lingüística /extralingüística (co-referência) ou pela ligação de operadores (como os quantificadores, por exemplo).

Segundo a Teoria da Ligação (Chomsky, 1981), um pronome é diferente de uma anáfora, mas aqui, seguindo o tratamento de Müller (2001), o termo pronome abarca os dois conceitos e o termo anáfora será utilizado para falar sobre relações de dependência referencial entre sintagmas nominais.¹⁶

A atribuição de um valor semântico a um pronome é feita por uma função que lhe atribui um valor a ser encontrado no contexto lingüístico ou extralingüístico através de dependência ou co-variação em relação aos seus antecedentes. Isso quer dizer que, para sentenças como (10), o valor semântico da variável ‘ele’ é atribuído pelo contexto extralingüístico, ao recuperar um referente na situação de fala, uso dêitico. Em (11), há o uso anafórico, em que o valor da variável ‘ela’ co-varia com o valor da referência do discurso anterior, e é interpretado como Maria. Em (12), a referência é determinada pelo discurso posterior e o valor da variável ‘dela’ co-varia com ‘Maria’. Em (13), o valor do pronome ‘seu’ co-varia conforme o valor do sintagma ‘qualquer menina’.

¹⁶ Pronomes reflexivos são anáforas para a Teoria de Ligação,

- 10) **Ele** comprou um carro novo.
- 11) **Maria** ganhou um vestido novo. **Ela** ficou feliz.
- 12) Papai não gostava do vestido **dela**. Todavia, **Maria** não se importava.
- 13) **Qualquer menina** fica feliz quando elogiam **seu** vestido novo.

Por exemplo, para ‘dela’, em (12), o pronome se refere a um indivíduo saliente no contexto lingüístico. Porém, muitas vezes um pronome não refere a nada, como no caso dos pronomes com antecedentes quantificados.¹⁷ Na sentença (14) abaixo, o sintagma quantificado ‘cada médico’ não refere diretamente a uma entidade específica: ‘cada médico’ faz uma operação sobre o conjunto de todos os médicos de um determinado contexto, pegando cada um desse conjunto.

- 14) **Cada médico** entrou no seu consultório.

Um pronome que retoma um sintagma quantificado pode ser mais bem analisado enquanto variável presa, para a qual o valor a ser atribuído é determinado de acordo com o valor atribuído ao antecedente. Para uma sentença como (15) e sua forma lógica em (16), ‘ele’ e ‘seu’ são livres e podem assumir qualquer valor, desde que coerente com a concordância em masculino e singular; por isso, caso se coloque um sintagma na posição de tópico, como em (17), os valores de ‘ele’ e ‘seu’ passarão a ser ligados pelo valor do tópico ‘um bom profissional’, e o significado da sentença passa a ser algo como a paráfrase em (18). Em (19), ‘lhe’ é ligado por ‘alguma criança’.

15) Ele ₁ gosta de seu ₁ trabalho.	(Müller, 2001)
16) x gosta do trabalho de x	(Müller, 2001)
17) Um bom profissional ₁ , ele ₁ gosta de seu ₁ trabalho.	(Müller, 2001)
18) Se alguém ₁ é bom profissional, ele ₁ gosta de seu ₁ trabalho.	(Müller, 2001)
19) Alguma criança ₁ quebrou um brinquedo que lhe ₁ agradava.	(Chierchia, 2003)

¹⁷ Antecedentes pronomes relativos ou interrogativos, sintagmas-QU não serão considerados aqui.

Como foi assumido que os pronomes são variáveis, o fato de eles poderem receber uma interpretação co-referencial ou de variável ligada depende do modo como o seu valor é determinado. Um pronome referencial, por exemplo, tem sua interpretação determinada por uma função que atribui valor a uma variável a partir de uma expressão saliente no contexto, no caso da sentença (11), ‘Maria’. Já a interpretação de variável ligada significa que o valor do pronome é determinado pelo seu antecedente e não depende de qualquer função contextual, como ‘se’, em (20).

20) **Nenhum paciente se** chateou com a demora do médico.

Segundo a Teoria e Ligação (Chomsky, 1981), existem limites estruturais, limites de configurações sintáticas, para o estabelecimento de relações anafóricas. De acordo com essa teoria, relações estruturais determinam as possibilidades de combinação de índices atribuídos aos sintagmas nominais.

Por exemplo, a possibilidade de se estabelecer relação entre um sintagma quantificado e um pronome depende do fato de que o sintagma quantificado precisa c-comandar o pronome. C-comando é uma relação de superioridade estrutural intersentencial e por isso um sintagma quantificado não pode ter escopo para além de sua sentença.

Com as sentenças (21), (22) e (23), pretende-se ilustrar como a relação de c-comando é muito importante para a existência de ligação entre o pronome e seu antecedente. Os exemplos (24) e (25) ilustram que não pode haver ligação fora de uma mesma sentença. Por outro lado, uma relação de co-referência é possível nesses contextos, como em (25), em que ‘ele’ recupera a referência de ‘Jorge’.

21) [Os problemas (que **ninguém** mostrou a **sua** mãe)] eram fáceis. (Müller, 2001)

22) *[Os problemas (que **ninguém** conseguiu resolver sozinho)] mantiveram **sua** mente ocupada o dia inteiro. (Müller, 2001)

23) Lia convidou **cada estudante** para ir à casa de Hugo e em seguida Hugo discutiu com **ele**. (Chierchia, 2003)

24) ***Nenhum menino** foi convidado. **Ele** reclamou.

(Müller, 2001)

25) **Jorge** não foi convidado. **Ele** reclamou.

(Müller, 2001)

Para que a relação de variável ligada se estabeleça entre o sintagma quantificado e o pronome é preciso que o primeiro c-comande o segundo. Isso explicaria a gramaticalidade de (21) em que ‘ninguém’ é o sujeito da oração subordinada e está numa relação de c-comando com o pronome ‘seu’. A sentença (22) é agramatical uma vez que ‘ninguém’ é sujeito da oração relativa que faz parte do sintagma ‘os problemas que ninguém conseguiu resolver sozinho’ e não c-comanda ‘sua’. Em (23), também não há relação de c-comando entre ‘cada estudante’ e ‘ele’.

Essa argumentação sobre pronome serve como pano de fundo para se verificar que o indefinido ‘um’ se comporta de modo diferente dos outros quantificadores, no que diz respeito ao fato de um existencial ser antecedente de um pronome. Isso o diferencia de outros quantificadores para os quais essa relação não pode ocorrer. Para sintagmas quantificados como ‘todo médico’, em (26), não há a interpretação de que ‘ele’ tenha como antecedente o sintagma quantificado presente em outra sentença.

26) **Todo médico** entra cedo no consultório. ***Ele** esquece o estetoscópio.

Se considerarmos um sintagma indefinido contendo o item ‘um’ como um sintagma quantificado, seria preciso explicar porque ele pode servir como antecedente de um pronome anafórico, ao passo que outros sintagmas quantificados, como o presente em (26), não podem.

Como apresentado no segundo capítulo (seção 2.2), segundo Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2002), *un-NP* ‘um-NP’, assim como observou Strawson (1952) para o *a-NP* ‘um-NP’, pode servir como antecedente de pronome anafórico presente em outra sentença. Em sentenças como (27), *a-NP* ‘um-NP’ aproxima-se do comportamento de sintagmas referenciais e distancia-se do comportamento de quantificador existencial proposto por Russell (1905). O mesmo comportamento ocorre no PB com ‘um-NP’, como ilustram a sentença (4) acima, ou as sentenças em (28) e em (29).

27) *A dog came in. It lay down under the table.*

(Heim, 1982).

Um cachorro entrou. Ele deitou embaixo a mesa.

‘Um cachorro entrou. Ele deitou embaixo da mesa’

28) **Um médico** entrou no consultório. **Ele** esqueceu o estetoscópio.

29) **Um médico** entrou no consultório. **Ele** se chama Édson.

30) Lia convidou **um aluno** para ir à casa de Hugo e Hugo discutiu com **ele**.

Por sua vez, ‘algum-NP’ comporta-se como ‘um-NP’ no que diz respeito aos pronomes anafóricos e permite anáfora através das sentenças. Isso pode ser observado em (31) e em (32 a).

31) Lia convidou **algum aluno** para ir à casa de Hugo e Hugo discutiu com **ele**.

32)

a. **Algum médico** entrou no consultório. **Ele** esqueceu o estetoscópio.

b. **Algum médico** entrou no consultório. **#Ele** se chama Édson.

Ao olhar para os exemplos (31) e (32a), é possível dizer que ‘algum’ pode servir de antecedente de pronome anafórico. No caso de (32b), a estranheza da sentença não se deve ao pronome, mas ao uso do nome próprio Édson, associado ao sintagma indefinido (essa sentença será discutida novamente).

A partir dos dados dessa seção ilustra-se, no que diz respeito aos pronomes, que não há um contraste entre ‘um’ e ‘algum’ no que diz respeito à anáfora, uma vez que ‘algum-NP’ e ‘um-NP’ permitem anáfora sentencial.

Por outro lado, ‘um’ e ‘algum’ associam-se de formas distintas à força quantificacional. Como dito no primeiro capítulo, Heim (1982) se propõe a analisar construções com anáfora pronominal com um antecedente indefinido singular e que contém o item *a* ‘um’. Segundo a autora, indefinidos não possuem nenhuma força quantificacional em si mesmos. A força quantificacional que parece ser deles é, na realidade, a influência de alguma expressão lingüística no ambiente em que eles estão. Como visto anteriormente, segundo Heim (1982), mesmo em sentenças onde aparentemente não há a contribuição de

força quantificacional, existe um operador não realizado morfologicamente, que prende a variável livre introduzida por um indefinido.

No PB, ‘um-NP’ também exibe variabilidade de força quantificacional. Em contextos em que há um operador como um Q-advérbio com interpretação de um quantificador universal, o indefinido é interpretado como quantificador universal, exemplo (33a), parafraseado em (33a’). Porém, quando o indefinido está num ambiente de quantificação existencial, como em (33b), dada pela morfologia do verbo, sua interpretação é de quantificação existencial, como na paráfrase em (33b’’).

33a) **Um médico** sempre acorda cedo.

33a’) Todo médico acorda cedo.

33b) **Um médico** saiu.

33 b’’) Existe pelo menos um médico e ele saiu.

Por outro lado, essa variabilidade de leitura quantificacional, em que ora o indefinido ‘um-NP’ é lido como universal, ora como existencial, não vale para o indefinido o ‘algum-NP’. Na sentença (34), parafraseada em (34’), a única leitura possível é aquela em que o sintagma ‘algum médico’ tem interpretação existencial.

34) **Algum médico** acorda cedo.

34’) Existe pelo menos um médico que acorda cedo.

O sintagma ‘um aluno’, na sentença (35) pode ter duas leituras: uma genérica caracterizadora e uma leitura habitual. Uma sentença como (36), possui a leitura genérica habitual, ou seja, existe um aluno que joga futebol. ‘Algum aluno’, só pode ser interpretado como existencial e trata de um indivíduo cuja identidade é desconhecida e esse indivíduo tem o hábito de jogar futebol.¹⁸

¹⁸ Alguns falantes associam o verbo ‘joga’ a uma ação que se desenvolve no momento da fala.

35) **Um aluno** joga futebol.

36) **Algum aluno** joga futebol (todos os dias nessa quadra).

Outros exemplos de sentenças habituais com ‘um’ e ‘algum’ são apresentados em (37) e (38). A sentença (37) é interpretada como se tratando da existência de um indivíduo, esse indivíduo é criança, desconhecida ou não pelo falante, e tem o hábito de deixar o portão aberto. Em (38), por sua vez, há também a interpretação de que existe um indivíduo, nesse caso desconhecido pelo falante, que tem o hábito de deixar o portão aberto.

37) **Uma criança** está deixando o portão aberto.

38) **Alguma criança** está deixando o portão aberto.

Em sentenças episódicas, sintagmas como ‘um aluno’ em posição de sujeito, como em (39), tem somente a leitura existencial; ‘algum’ em posição de sujeito em sentenças episódicas, como em (40), tem também leitura existencial, ou seja, existe um x, x é menino e x resolveu o problema.

39) **Um aluno** resolveu o problema.

40) **Algum aluno** resolveu o problema.

Na posição de argumento interno do verbo, ‘um NP’ e ‘algum NP’, estão sempre associados à quantificação existencial, conforme ilustrado em (41) e (42), respectivamente.

41) Chegou **uma carta**.

42) Chegou **alguma carta**.

‘Um NP’ e ‘algum NP’, associam à quantificação existencial, mesmo em sentenças genéricas, como em (43) e (44). O indefinido ‘algum NP’, da mesma forma que ‘um NP’, tem leitura existencial. A diferença entre ambos está no fato de que ao usar ‘um doce’ o falante pode ter um doce específico em mente, ao passo que ‘algum doce’ não permite essa leitura.

43) Sempre que João almoça, ele come **um doce** de sobremesa.

44) Sempre que João almoça, ele come **algum doce** de sobremesa.

Com base nesses dados, é possível notar que, assim como ocorre com sintagmas do tipo ‘todo médico’, em (3), repetida abaixo, que sempre é associado à força quantificacional universal, ‘algum-NP’ está sempre associado à força quantificacional existencial. Porém, ‘um-NP’ apresenta variabilidade de força quantificacional.

3) **Todo médico** entra cedo no consultório.

A despeito do fato de ‘algum’ exibir sempre força quantificacional existencial, seguindo Kratzer & Shimoyama (2002), é possível dizer que esse indefinido possui um traço existencial não interpretável, mas pronunciado (esse será um assunto desenvolvido posteriormente).

Além dessa distinção entre os indefinidos ‘um’ e ‘algum’ no que diz respeito à força quantificacional, ‘um-NP’ pode ter leitura “referencial”, ao passo que ‘algum-NP’ não pode. Dessa forma, é importante ilustrar como os indefinidos comportam-se em certos contextos com relação às restrições de escopo.

Fodor & Sag (1982) e Kratzer (1998) assumem que indefinidos são ambíguos entre uma leitura específica e uma leitura quantificacional, todavia a explicação para que os indefinidos tenham leitura específica difere entre os autores: enquanto para os primeiros a leitura específica deve-se ao fato de indefinidos poderem ser expressões referenciais, e nessa interpretação possuem propriedades de escopo distintas de outros sintagmas quantificados; para Kratzer (1998) a possibilidade de se ter indefinidos com leitura específica deve-se a *Choice Function*.

Fodor & Sag (1982) discutem uma proposta em que indefinidos são ambíguos entre uma leitura quantificacional e uma leitura referencial. O objetivo da discussão proposta por eles é tentar caracterizar essa ambigüidade. De acordo com os autores, essa hipótese da ambigüidade explica, de um modo mais simples, a possibilidade de indefinidos poderem escapar de ilhas de escopo do que a hipótese de que todos os indefinidos são quantificadores existenciais. Conforme os autores, o fato de um indefinido poder escapar de restrições de ilhas

de escopo contribui para sua leitura específica. Para os autores, indefinidos específicos são expressões referenciais, tais como os pronomes dêiticos, exceto pelo fato de que não se espera que o ouvinte identifique o referente.

Para Fodor & Sag (1982), mesmo sentenças sem verbos opacos, modais, negação ou outros quantificadores com os quais indefinidos possam entrar em relação de escopo são ambíguas entre uma leitura referencial e uma leitura quantificacional. É o caso da sentença (45), que pode ser interpretada como falando de um estudante em particular, ou pode significar que o conjunto dos indivíduos que são alunos e que colaram não está vazio.

45) *A student in the syntax class cheated on the final exam.* (Fodor & Sag, 1982)

Um estudante em a sintaxe classe colou em o final exame

‘Um estudante na classe de sintaxe colou no exame final’

Ao olhar para exemplos do PB, também há duas interpretações para uma sentença como (46), em que não há nada com que o indefinido possa interagir em relação de escopo. Numa das interpretações, ‘um paciente’ pode ser interpretado como expressão quantificada (um existencial, nos termos Russellianos), ou seja, o falante pode querer dizer com (46) que o conjunto dos pacientes no HU que foram operados do coração não está vazio; ou ‘um paciente’ pode ser interpretado como referencial, tal como um nome próprio ou um sintagma demonstrativo, ou seja, o falante pode querer dizer algo sobre um paciente em particular, que ele não quer identificar, a saber: que esse paciente foi operado.

46) **Um paciente** no HU foi operado do coração.

De acordo com Fodor & Sag (1982), nos contextos em que o sintagma indefinido tiver uma interpretação quantificada, este sintagma estará sujeito às mesmas interpretações de ambigüidades de escopo exibida por todos os quantificadores. Com base na proposta dos autores, sentenças como (47) pode ter uma leitura em que o indefinido tem escopo estreito e a sentença seria verdadeira numa situação em que para todo médico x, x tenha encontrado um paciente y diferente; uma leitura em que o indefinido tem escopo largo, e a sentença seria verdadeira em uma situação em que houvesse um paciente y e todo médico x encontrasse y; e

uma terceira leitura, com o indefinido com leitura referencial, em que o sintagma ‘um paciente’ é interpretado referencialmente. A sentença (47) com interpretação referencial assemelha-se ao que ocorre em (48), com ‘João’ no lugar de ‘um paciente’.

47) Todo médico encontrou **um paciente** no HU.

48) Todo médico encontrou **João** no HU.

Segundo Fodor & Sag (1982), há alguns fenômenos que contribuem para o entendimento referencial de um indefinido: (i) riqueza descritiva do predicado de um NP, (ii) topicalização; (iii) co-ocorrência com sentenças relativas não-restritivas; (iv) uso de modificadores como ‘certo’ depois do artigo indefinido; e (v) restrições de ilhas de escopo.

Comparando-se o comportamento do inglês, apresentado por Fodor & Sag (1982), e o comportamento do PB, com base na discussão que esses autores propõem, a riqueza de conteúdo descritivo do sintagma nominal pode ser relevante para o entendimento referencial. De acordo com os autores, nas sentenças do inglês (49) e (50) os sintagmas indefinidos em destaque são entendidos como referenciais, em contraste com *someone* ‘alguém’ na sentença (51).

49) A student that Betty used to know in Arkansas cheated on the exam.¹⁹

Um estudante que Betty costumou conhecer em Arkansas colou em o exame

‘Um estudante que Betty conhecia em Arkansas colou no exame’

50) A friend of mine cheated on the exam.

Um amigo de meu colou em o exame

‘Um amigo meu colou no exame’

51) *Someone* cheated on the exam.

Alguém colou em o exame

‘Alguém colou no exame’

¹⁹ Exemplos (49), (50) e (51) de (Fodor & Sag, 1982).

Nos termos dos autores, nas sentenças (49) e (50), há uma descrição que revela certo conhecimento por parte do falante a respeito do estudante que colou na prova. Se o falante tem certo conhecimento sobre quem colou na prova, é no mínimo provável que ele pretenda fazer referência a essa pessoa. Todavia, *someone* ‘alguém’ poderia estar apoiado por algum conhecimento por parte do falante sobre a pessoa que colou na prova, mas nada indica que ele saiba quem colou, daí *someone* ser entendido como um quantificador, ou seja, significa que o conjunto dos estudantes que colaram não está vazio.

Ao observar os trios de sentenças do PB (52)-(53)-(54) e (55)-(56)-(57), vê-se que, independentemente da presença de conteúdo descritivo, sintagmas com ‘alguém’ e ‘algum’ não são entendidos como referenciais, de acordo com essa proposta.

52) **Um paciente** foi operado do coração.

53) **Alguém** foi operado do coração.

54) **Algum paciente** foi operado do coração.²⁰

55) **Um paciente** que o Dr. Margarido conheceu na infância foi operado do coração.

56) **Alguém** que o Dr. Margarido conheceu na infância foi operado do coração.

57) **Algum paciente** que o Dr. Margarido conheceu na infância foi operado do coração.

Em (52), ‘um paciente’ pode ser entendido como um sintagma quantificado se parecer que o falante apenas quis dizer que o conjunto dos pacientes operados não está vazio, mas também pode ser entendido como referencial, ou seja, o falante pode ter desejado dizer algo sobre um indivíduo em particular que foi operado do coração. Por outro lado, ‘alguém’, no exemplo (56), e ‘algum paciente’, no exemplo (57), não dão origem ao entendimento referencial, somente ao entendimento típico de um quantificador, e têm a interpretação de que o conjunto dos pacientes operados do coração não está vazio. Nestes termos, em PB, sintagmas com ‘um’ favorecem leitura referencial. Por isso, mesmo em sintagmas ricos em conteúdo descritivo, ‘alguém’ e ‘algum paciente’ não são lidos como referenciais²¹. Se o falante quer dizer algo de um indivíduo em particular, o falante tende a preferir ‘um’.

²⁰ As sentenças (53) e (54) podem ter uma interpretação referencial, mas essas interpretações são casos especiais. No entanto, será esse tipo de interpretação será discutida apenas para sintagmas com ‘algum’ na seção 3.5.

²¹ Esta característica de ‘algum’ será desenvolvida mais adiante.

O mesmo pode valer para (58) e (59) que, apesar da presença do pronome possessivo ‘seu’ no lugar de ‘meu’, ainda podem ser entendidos como referenciais, ao passo que (60) não pode.

58) **Um amigo** meu foi operado do coração.

59) **Um amigo** seu foi operado do coração.

60) **Algum amigo** seu foi operado do coração.

Com base na análise do inglês de Fodor & Sag (1982), a topicalização de um sintagma indefinido favorece o entendimento referencial. Para (61), a topicalização de *a Frenchman that I met in Tokyo* ‘um francês que eu encontrei em Tóquio’ permite supor que o falante diz algo de um indivíduo em particular.

61) *A Frenchman that I met in Tokyo, I went and had dinner with (him)*

Um francês que eu encontrei em Tóquio, eu fui e tinha jantar com (ele) em

*in New York last week.*²²

em Nova York última semana

‘Um francês que eu encontrei em Tóquio, eu fui e jantei com (ele) em Nova York semana passada’

Fazendo uma análise semelhante para o PB, na sentença (62), o deslocamento de ‘um aluno da 7ªB que saiu da sala sem autorização’ favorece a leitura referencial do indefinido. Da mesma forma, como ocorre no exemplo do inglês estudado por Fodor & Sag (1982), a topicalização indica que, se um falante diz algo sobre um indivíduo em particular, é esperado que o sintagma que designa esse indivíduo possa ocupar a posição de tópico na sentença.

62) **Um aluno da 7ªB que saiu da sala sem autorização**, o Anderson falou com a mãe dele hoje.

²² (Fodor & Sag, 1982)

Com base nesse dado, é possível dizer que ‘um-NP’, quando em posição de tópico, se aceite, é entendido como referencial, do mesmo modo como ocorre no inglês. Por sua vez, a topicalização com ‘algum’, como na sentença (63), é uma construção agramatical.

63)* **Algum aluno da 7ªB que saiu da sala sem autorização**, o Anderson falou com a mãe dele hoje.

Segundo Fodor & Sag (1982), a co-ocorrência de indefinidos com sentenças relativas-não restritivas não somente favorece, mas até mesmo força o entendimento referencial. Esse efeito de “referencialidade” é mais forte com relativas não-restritivas do que com relativas restritivas. Ao comparar as sentenças (64) e (65), os autores constatarem ser possível perceber que o indefinido com uma sentença relativa não-restritiva modificando-o, como em (64), é entendido mais naturalmente como referencial do que o indefinido modificado por uma relativa restritiva, como em (65).

64)

*A student in the syntax class, who has a Ph.D. in astrophysics, cheated on the exam.*²³

Um estudante em a sintaxe classe, que tem um Ph.D. em astrofísica, colou em o exame.

‘Um estudante na classe de sintaxe, que tem um Ph.D. em astrofísica, colou no exame’

65)

A student in the syntax class who has a Ph.D. in astrophysics cheated on the exam.

Um estudante em a sintaxe classe que tem um Ph.D. em astrofísica colou em o exame.

‘Um estudante na classe de sintaxe que tem um Ph.D. em astrofísica colou no exame’

Segundo os autores, o fato de relativas não-restritivas forçarem a leitura referencial não é surpreendente, se for levado em conta que relativas não-restritivas ocorrem livremente com expressões referenciais definidas, como em (66), e não são aceitáveis com núcleos quantificados, como em (67)²⁴.

²³ Exemplos (64) e (65) de Fodor & Sag (1982)

²⁴ Exemplos (66) a (67) de Fodor & Sag (1982)

66)

a. *John, who has a Ph.D. in astrophysics, cheated on the exam.*

Jonh, que tem um Ph.D. em astrofísica, colou em o exame

‘Jonh, que tem um Ph.D. em astrofísica, colou no exame’

b. *This student, who has a Ph.D. in astrophysics, cheated on the exam.*

Este estudante, que tem um Ph.D. em astrofísica, colou em o exame

‘Este estudante, que tem um Ph.D. em astrofísica, colou no exame’

67)

a. **Every student in the syntax class, who has a Ph.D. in astrophysics, cheated on*

Todo estudante em a sintaxe classe, que tem um Ph.D. em astrofísica, colou em

the exam.

o exame

‘Todo estudante na classe de sintaxe classe, que tem um Ph.D. em astrofísica, colou no exame’

b. **Each student in the class syntax, who has a Ph.D. in astrophysics, cheated on*

Cada estudante em a classe sintaxe, que tem um Ph.D. em astrofísica, colou em

the exam.

o exame

‘Cada estudante na classe de sintaxe classe, que tem um Ph.D. em astrofísica, colou no exame’

Ao analisar dados do PB, o sintagma contendo ‘um’ comporta-se como seu correlato no inglês, pois relativas não-restritivas também forçam em português a leitura referencial. Como ilustram os exemplos abaixo, (68) é mais naturalmente lida como referencial do que (69).

68) **Um paciente** no HU, que ganhou um livro novo, foi operado do coração.

69) **Um paciente** no HU que ganhou um livro novo foi operado do coração.

Por outro lado, sintagmas com ‘algum’ comportam-se de modo semelhante aos quantificadores ‘todo’, pois, assim como este, não pode se combinar com relativas não-restritivas. Em paralelo com as sentenças estudadas por Fodor & Sag (1982), como no caso das com *every* no inglês, por exemplo, as sentenças (70) e (71) em português também não são aceitáveis.

70) ***Algum paciente** no HU, que ganhou um livro novo, foi operado do coração.

71) ***Todo paciente** no HU, que ganhou um livro novo, foi operado do coração.

Como demonstram Fodor & Sag (1982), com os exemplos (67a) e (67b), quantificadores como *every* ou *each*, não são aceitáveis com sentenças não-restritivas. Pode-se, então, tentar estender essa análise para o ‘algum’ do PB, uma vez que ele tem demonstrado comportar-se como quantificadores como ‘todo’. Nos termos da proposta dos autores, como ‘algum’ não possui leitura referencial, isso impede que ele ocorra livremente com sentenças relativas não-restritivas.

Além dessas características, conforme Fodor & Sag (1982), palavras como *certain* ‘certo’ contribuem para o entendimento referencial de um indefinido. Os autores não discutem a semântica dessas palavras, mas ilustram com o exemplo (72) que, quando aparecem depois do *a* ‘um’, esses modificadores forçam o entendimento referencial de um indefinido.

72) *I accused a certain student of cheating.*

(Fodor & Sag, 1982)

Eu acusei um certo estudante de colar

‘Eu acusei um certo estudante de colar’

Ao fazer análise análoga para o PB, vê-se que ‘certo’ também força o entendimento referencial de um indefinido. Na sentença (73), o indivíduo que foi operado deve ser entendido como um indivíduo em especial. Por outro lado, se combinarmos ‘certo’ com

‘algum’, como em (74), a sentença não será sobre um indivíduo em especial e, no mínimo, será estranha, o que mostra que ‘algum’ não pode ser entendido como referencial.

73) **Um certo paciente** foi operado do coração.

74) * **Algum certo paciente** foi operado do coração.

Outra diferença assinalada por Fodor & Sag (1982) entre a ‘um’ e quantificadores como *every* ‘todo’, por exemplo, está no fato de que o primeiro não tem seu escopo restringido por ilhas. Em geral, o escopo de um quantificador dentro de certos constituintes sintáticos é restrito a estes constituintes, mas a ‘um’ pode fugir dessas ilhas.

Por exemplo, na sentença (75), analisada por Heim (1982), o escopo de *somebody* ‘alguém’ não se estende para além de sua sentença, e sua leitura é de que, para todo gato que Maria pegou, um amigo diferente gostou do gato. Todavia, a ‘um’, em (76), deve ser lido como tendo escopo largo que se estende para a outra sentença, ou seja, existe um amigo (x), e para todo gato (y) que Maria encontrou, x gostou de y.

75) *Mary took every cat that somebody liked.*

(Heim, 1982).

Maria pegou todo gato que alguém gostou

‘Maria pegou todo gato de que alguém gostou’

76) *Mary took every cat that a friend of hers, whose birthday it was, liked.* ²⁵

Maria pegou todo gato que um amigo de ela, de quem aniversário ele era, gostou.

‘Maria pegou todo gato que um amigo dela, de quem era aniversário, gostou’

Qualquer outro quantificador, incluindo *each* que, segundo Fodor & Sag (1982), tende a preferir escopo largo, tem seu escopo limitado por ilhas; contudo, a ‘um’ não tem. Outros exemplos de comportamento de fuga de ilhas sintáticas dos indefinidos envolvem ilhas de sentenças condicionais. Essas sentenças contêm um sintagma indefinido dentro de uma sentença condicional e um pronome que está fora da condicional, mas está relacionado anaforicamente ao sintagma indefinido, como ocorre em (77).

²⁵ Exemplo (Heim, 1982).

77) *If a friend of mine from Texas had died in the fire, I would have*

Se um amigo de mim do Texas tivesse morrido em o incêndio, eu poderia ter
*inherited a fortune.*²⁶

herdado uma fortuna

‘Se um amigo meu do Texas tivesse morrido no incêndio, eu poderia ter herdado uma fortuna’

Segundo Fodor & Sag (1982), a sentença (77) pode ser facilmente interpretada como sendo sobre um amigo particular do falante. Entretanto, sentenças-se são ilhas de escopo para exemplos de sintagmas quantificados, como em (78), que não pode significar que cada amigo do falante é tal que, se ele morresse o falante herdaria uma fortuna.

78) *If each friend of mine from Texas had died in the fire, I would have*

Se cada amigo de mim do Texas tivesse morrido em o incêndio, eu poderia ter
*inherited a fortune.*²⁷

herdado uma fortuna

‘Se cada amigo meu do Texas tivesse morrido no incêndio, eu poderia ter herdado uma fortuna’.

Olhando para sentenças do PB, é possível notar que ‘um’ pode fugir de ilhas de escopo, como ocorre em (79), que pode ser entendida como falando de um indivíduo particular. Estendendo a análise feita por Fodor & Sag (1982) para *each* ‘cada’ às sentenças do PB com ‘algum’, vê-se que este se comporta de modo semelhante a um quantificador. ‘Algum’, no exemplo (80), assim como ‘cada’, no exemplo (81), não pode fugir de restrições de ilhas de escopo de sentenças condicionais.

79) Se **um amigo** meu de Cajamar morresse no incêndio, eu herdaria uma fortuna.

80) Se **algum amigo** meu de Cajamar morresse no incêndio, eu herdaria uma fortuna.

81) Se **cada amigo** meu de Cajamar morresse no incêndio, eu herdaria uma fortuna.

²⁶ (Fodor & Sag (1982))

²⁷ (Fodor & Sag (1982))

A sentença (80) não pode ser entendida como falando sobre um amigo em particular. O mesmo vale para (81), em que ‘cada’ não pode ultrapassar a restrição de escopo da condicional.

Segundo Fodor & Sag (1982), ‘um’ pode escapar da restrição de escopo imposta pela ilha porque é interpretado como referencial e, como tal, está imune a limites de ilhas de escopo. De acordo com a proposta dos autores, sentenças como (82) podem ser interpretadas com escopo dentro da sentença relativa e o boato é sobre um aluno desconhecido, esta leitura é esperada se o indefinido for um quantificador. A sentença pode ser interpretada com o indefinido tendo escopo para além do sintagma ‘cada professor’ e nesse caso, o indefinido é interpretado como sendo sobre um aluno em especial, o indefinido não seria um quantificador, uma vez que suas propriedades de escopo seriam diferentes dos demais quantificadores.

82) Cada professor ouviu o boato que **um estudante** meu foi chamado na reitoria.

Devido à possibilidade de um indefinido ter leitura referencial, eles não seriam verdadeiros quantificadores e a aparente leitura de escopo largo dos indefinidos é uma leitura referencial. Desse modo, os indefinidos são, de acordo com essa proposta, ambíguos entre uma leitura quantificacional e uma leitura referencial.

Haveria ainda uma terceira possibilidade de interpretação, em que o escopo do indefinido ultrapassa somente a sentença relativa, leitura de escopo intermediário. Porém, essa relação de escopo não estaria disponível para a sentença (82) e a ausência dessa interpretação na sentença foi argumento para Fodor & Sag (1982) recusarem essa terceira possibilidade de escopo.

A título de esclarecimento, é necessário dizer que Abusch (1994) apresenta exemplos em que indefinidos apresentam essa possibilidade de escopo intermediário, como é o caso da sentença (83).

83)

*Every professor rewarded every student who read a book he had recommended.*²⁸

Todo professor recompensou todo estudante que leu um livro ele tinha recomendado

‘Todo professor recompensou todo estudante que leu um livro que ele recomendou’

A sentença (83), segundo Abusch (1994) pode ter esse escopo intermediário e pode ser interpretada como: cada professor escolheu um livro e recompensou cada estudante que leu o livro escolhido. Neste caso, diferentes livros podem ter sido escolhidos por diferentes professores. Se o indefinido *a book he had recommended* ‘um livro que ele recomendou’ for interpretado dessa forma ele não é referencial. Ele não refere a qualquer livro em especial. Mas se for um quantificador, ele tem escopo para além da sentença relativa violando os limites de escopo impostos aos quantificadores.

Segundo Kratzer (1998), por sua vez, a leitura específica de um indefinido deve-se a *Choice Function*. De acordo com a autora, indefinidos, como proposto por Fodor & Sag (1982), são ambíguos entre uma interpretação quantificacional (nesse caso, seu escopo é local, como outros sintagmas quantificados) e uma interpretação específica. Porém esta, ao contrário do que propõem Fodor & Sag (1982), não está associada ao fato de um indefinido ser referencial. Para Kratzer (1998), um indefinido específico denota *Choice Function*, que é determinada contextualmente, pretendida pelo falante, mas que não é revelada ao ouvinte.

Dessa forma, apesar das propostas de Fodor & Sag (1982) e Kratzer (1998) diferirem para explicar a leitura específica de um indefinido, ambas admitem que um sintagma indefinido tem propriedades distintas de outros sintagmas quantificados. Porém, essa dissertação não discutirá as propostas de Abusch (1993) e de Kratzer (1998).

Além das sentenças discutidas até este momento, há outro contexto que precisa ser apresentado: construções com cópula. Assim como apontou Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003) para o espanhol, em PB ‘algum’ depois do verbo ‘ser’ em sentenças declarativas soa estranho, como em (84), ao passo que construções com ‘um’ são naturais, como ilustra (85).

²⁸ Abusch (1994)

84) João é **um** bobo.

85) *João é **algum** bobo.

Em contextos pós-cópula sintagmas quantificados como ‘todo bobo’, também são estranhos, como em (86). Todavia, nesta dissertação, ainda não será apresentada uma análise para explicar o comportamento de ‘um’ e ‘algum’ em contextos predicativos.

86) *João é **todo bobo**.

Dessa seção do trabalho, que se dedicou ao comportamento quantificacional dos indefinidos ‘um’ e ‘algum’, conclui-se, pelos dados, que ‘um-NP’ apresenta variabilidade de força quantificacional; pode ser antecedente de anáfora; não tem seu escopo restringido por ilhas como sentenças-se; pode combinar-se com sentenças relativas não-restritivas; pode ser interpretado como referencial. Por sua vez, ‘algum-NP’ não apresenta variabilidade de força quantificacional; pode ser antecedente de anáfora; tem seu escopo restringido por ilhas como sentenças-se; não pode se combinar com sentenças relativas não-restritivas; e não pode ser interpretado como referencial.

3.2. A relação entre indefinidos e efeito epistêmico: o que nos dizem os dados?

Esta parte do trabalho dedica-se à ilustração de dados no PB a respeito do comportamento de ‘algum’ e ‘um’ no que concerne a marcar, ou não, a falta de conhecimento do falante. Conforme Haspelmath (1997) existem indefinidos que marcam a falta de conhecimento do falante. Ao optar pelo uso de certos indefinidos, o falante informa que não está apto a dar qualquer informação sobre a identidade da entidade em questão. Segundo Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003), indefinidos que induzem a esse efeito são indefinidos epistêmicos.

No capítulo 2 dessa dissertação, foi apresentado o efeito epistêmico dos indefinidos *irgendein* ‘algum’, *algún* ‘algum’, *some* ‘algum’ e do ‘qualquer’. Nesta parte do trabalho, serão feitos testes para entender a contribuição semântica do ‘algum’ e do ‘um’, no que diz

respeito a esse efeito e demonstrar que há um contraste entre ambos: ‘algum’ marca a falta de conhecimento do falante ao passo que ‘um’ não tem o mesmo efeito.

Considerando a sequência em (88), a pergunta de B é inapropriada para a situação. Porém, em (87) a mesma pergunta é perfeitamente natural.

87)

A: Uma pessoa ligou para você.

B: Quem?

88)

A: Alguma pessoa ligou para você.

B: # Quem?

O fato de a pergunta de B ser inapropriada em (88), mas apropriada em (87), está relacionado a certa característica presente no ‘algum’ e ausente no ‘um’. Ao usar um sintagma indefinido contendo ‘algum’, como ocorre em (88), o falante veicula que não pode dar informações sobre a identidade do indivíduo que ligou, por isso não faz sentido B perguntar quem era a pessoa; já no caso da sentença (87) ‘um’ pode ser interpretado de dois modos: o falante pode desconhecer o indivíduo que ligou, então a pergunta não é apropriada. Todavia ‘um’ não marca, necessariamente, que o falante desconhece a identidade do referente, por exemplo, A pode não ter dito quem era, por ter considerado irrelevante, e por esse motivo a pergunta de B é apropriada.

Nas sequências a seguir, há um contraste entre a relação entre ‘um médico’/‘Édson’ e ‘algum médico’/ ‘Édson’. Na sequência (89) a resposta de B é feliz em contraste com a sequência (90), em que a fala de B é inapropriada.

89)

A: Com quem a Maria casou?

B: Com um médico, o Édson

90)

A: Com quem a Maria casou?

B: #Com algum médico, o Édson.

No caso de (89), a fala de B é apropriada, pois com o uso de ‘um’ o falante não marca que a identidade do médico com quem Maria se casou é desconhecida, ou irrelevante. Todavia, no caso da seqüência em (90), ao escolher ‘algum médico’ o falante veicula ignorância a respeito de quem seja o médico, por isso ‘algum médico’ não poder ser retomado por ‘Édson’. Esse contraste explica porque a sentença (32b) retomada a seguir é agramatical. Não é consistente com o uso de ‘algum médico’ que o falante saiba identificar a identidade do médico.

32) b. **Algum médico** entrou no consultório. ***Ele** se chama Édson.

Como dito, ‘um’ pode também marcar falta de conhecimento do falante, mas isso não indica que ‘um’ seja um indefinido epistêmico e tal afirmação pode ser confirmada pela seqüência (89) em que, como ilustrado, ‘um médico’ pode ser usado em situações em que o falante reconhece a identidade do referente.

Pelos exemplos acima, é possível constatar que ‘um’ e ‘algum’ têm características distintas. Devido ao fato de ‘algum’ marcar falta de conhecimento do falante (com seu uso o falante veicula que não está apto a dar qualquer informação sobre quem ligou), defende-se aqui que ‘algum’, em contraste com ‘um’, que pode ou não marcar esse desconhecimento, é um indefinido epistêmico.

Considerando o cenário apresentado por Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003), adaptado, tem-se o seguinte: há, no Departamento de Lingüística, cinco professores: João, José, Pedro, Luiz e Carlos. O falante sabe que Maria está saindo com um desses professores, mas essa é a única informação que possui. Neste contexto a sentença (91) e (92) são apropriadas.

91) Maria está saindo com **um professor** do DL.

92) Maria está saindo com **algum professor** do DL

A sentença (91) é apropriada, uma vez que ‘um’ pode ou não marcar a falta de conhecimento do falante. Por exemplo, o falante poderia usar ‘um professor’ em uma situação em que sabe que Maria está saindo com Luiz, mas por alguma razão não revela a identidade. Porém, ao escolher ‘algum professor’, o falante veicula que não tem informação sobre a identidade do *affair* de Maria. Ao usar ‘algum’ o falante diz que, até onde ele sabe, Maria pode estar saindo com qualquer um dos professores do DL. No caso, as alternativas epistêmicas do falante são cinco.

Mudando um pouco o cenário: há, no Departamento de Lingüística, cinco professores: João, José, Pedro, Luiz e Carlos. O falante sabe que Maria está saindo com um desses professores, mas sabe também que Maria não está saindo com João, Maria não está saindo com José, Maria não está saindo com Pedro. Restam duas opções: Maria está saindo com Luiz ou Maria está saindo com Carlos.

Nesse contexto, a análise da intuição dos falantes, diz que (92) não é apropriada. Neste cenário, nem todas as opções estão disponíveis. O uso de ‘algum’ é inapropriado é possível apontar duas razões: (i) as alternativas epistêmicas do falante não dizem que, até onde o falante sabe, qualquer indivíduo no domínio é uma opção possível para escolha; (ii) nesse contexto, onde apenas duas pessoas podem ser a “paquera” de Maria, o uso de ‘algum’ também pode ser inapropriado na medida em que, se há apenas duas possibilidades, é muito provável que o falante saiba a identidade do professor com quem Maria está saindo.

Como dito, ‘um’ e ‘algum’ divergem no que diz respeito ao fato de o segundo ser um indefinido epistêmico. A partir dos dados em (91) e (92), pode-se concluir que o uso de ‘algum’ está associado à possibilidade de escolha dentro de um conjunto de alternativas possíveis (como será discutido na seção 3.6). ‘Um’, por sua vez, não está associado à existência de um conjunto de alternativas possíveis, por esse motivo, a sentença (91) é apropriada nos dois cenários acima.

Levando em conta um terceiro cenário: Maria e Paula são professoras do Departamento de Lingüística, ambas estão em uma festa onde as pessoas não sabem os nomes umas das outras. É uma reunião onde ninguém se conhece. De repente, o professor Maurício começa a dançar sobre a mesa. Neste contexto, a sentença (94), proferida por Paula, que vê o professor Maurício, mas não sabe seu nome, não é apropriada. Entretanto (93) é apropriada.

93) **Um professor** está dançando sobre a mesa.

94) **Algum professor** está dançando sobre a mesa.

Por outro lado, a sentença (94) é apropriada para um cenário em que Paula não vê o professor. Se por acaso, no momento da reunião ela estivesse fora da sala, mesmo se soubesse o nome de todos os indivíduos na sala, caso ela não pudesse ver Maurício sobre a mesa, (94) seria apropriada.

Considere um contexto onde falante (A) e ouvinte conhecem Jonas como um grande conquistador. De repente, (A) vê Jonas piscando para a irmã do ouvinte. Nesse contexto, (95) é apropriada, (96) não é apropriada.²⁹

95) **Um conquistador** está piscando para sua irmã.

96) **#Algum conquistador** está piscando para sua irmã.

Em outra situação em que o falante olha pela janela e vê um homem tirando flores do jardim, (A) pode proferir a sentença (97) e, neste caso, seu uso é apropriado, porém o uso de ‘algum’, como em (98), não é adequado para esse cenário.

97) **Um homem** está tirando flores do jardim.

98) **#Algum homem** está tirando flores do jardim.³⁰

Os quatro últimos cenários ilustram que o uso de ‘algum’ está associado à existência de um conjunto de alternativas possíveis de serem escolhidas. Por isso, o contato visual com o referente, como ocorre na situação em que o falante vê um professor dançando na mesa, ou vê um homem piscando para a irmã do ouvinte, e mesmo na situação em que o falante vê um homem tirando flores do jardim, torna o uso de ‘algum’ inapropriado nessas situações. Mesmo que o falante saiba os nomes das pessoas, como poderia ser o caso do cenário em que o falante ouve do lado de fora o barulho da reunião, nessa situação, o uso de ‘algum’ é

²⁹ Mais adiante será discutida a sentença (140).

³⁰ Será discutida essa sentença posteriormente

apropriado desde que todas as opções dentro da sala sejam possíveis alternativas para estarem dançando sobre a mesa.

Seguindo Kratzer & Shimoyama (2002), além das sentenças como as apresentadas até aqui, é relevante olhar para a leitura dos indefinidos em sentenças com verbos modais para observar o efeito da interação entre ambos. Segundo as autoras, como exposto na seção 2.1, o efeito de livre escolha de *irgendein* ‘*algum*’ pode ser explicado se levar em conta tal interação.

Inicialmente, nos dados do PB, é interessante olhar para a interpretação das sentenças onde há ‘*algum*’ ou ‘*um*’ e um modal. Na análise da intuição dos falantes consultados, as sentenças a seguir, com ‘*algum*’, possuem as possibilidades de interpretação: (i) falante não sabe, mas sujeito da sentença sabe; (ii) nem falante e nem sujeito da sentença identificam o referente. No caso de sentenças com ‘*um*’, as duas interpretações são possíveis também, mas além das duas interpretações ao usar ‘*um*’, ainda há a possibilidade de tanto Maria, quanto falante identificarem o referente.

As interpretações (i) e (ii) são possíveis para as seqüências de sentenças (99) e (100), onde há presença do modal ‘tem que’.

99) Maria **tem que** casar com **um** professor.

Interpretações:

- (i) Maria conhece o professor, mas o falante não conhece: há um professor com quem Maria tem que casar, mas o falante não sabe quem é ele.
- (ii) Maria e falante não conhecem o professor: Maria tem que casar e tem que ser com um professor.
- (iii) Maria e falante identificam o referente: nesse caso, assim como em (ii), há um professor com quem Maria tem que casar, e falante e sujeito da sentença sabem quem é ele.

100) Maria **tem que** casar com **algum** professor.

Interpretações:

- (i) Maria conhece o professor, mas o falante não conhece: há um professor com quem Maria tem que casar, mas o falante não sabe quem é ele.

(ii) Maria e falante não conhecem o professor: Maria tem que casar e tem que ser com um professor.

Da mesma forma, as leituras de que falante não identifica, mas sujeito da sentença identifica o referente e de que nem falante e nem sujeito da sentença identificam o referente, são possíveis para as sentenças (101), com ‘um’, e (102) com ‘algum’.

101) Maria **pode** casar com **um** professor.

Interpretações:

- (i) Maria conhece o professor, mas o falante não conhece: há um professor com quem Maria pode casar, mas o falante não sabe quem é ele.
- (ii) Maria e falante não conhecem o professor: Maria pode casar com qualquer professor, qualquer possibilidade é válida.
- (iii) Maria e falante identificam o referente: nesse caso, assim como em (ii), há um professor com quem Maria pode casar, e falante e sujeito da sentença sabem quem é ele.

102) Maria **pode** casar com **algum** professor.

Interpretações:

- (i) Maria conhece o professor, mas o falante não conhece: há um professor com quem Maria pode casar, mas o falante não sabe quem é ele.
- (ii) Maria e falante não conhecem o professor: Maria pode casar com qualquer professor.

As mesmas leituras presentes nas sentenças (99) e (101) são possíveis para (103). Da mesma forma, as leituras presentes em (100) e (102) são possíveis para (104). E as mesmas interpretações disponíveis para ‘um’ e para ‘algum’ nesses contextos, estão disponíveis nas sentenças (105) e (106), respectivamente, com o verbo ‘querer’.

103) Maria **sabe** que **um** professor entrou na sala.

Interpretações:

- (i) Maria conhece o professor, mas o falante não conhece: há um professor e Maria sabe que ele entrou na sala.

(ii) Maria e falante não conhecem o professor: uma pessoa entrou na sala, e era um professor, pode ter sido qualquer professor.

(iii) Maria e falante conhecem o professor: há um professor e Maria sabe que ele entrou na sala.

104) Maria **sabe** que **algum** professor entrou na sala.

Interpretações:

(i) Maria conhece o professor, mas o falante não conhece: há um professor e Maria sabe que ele entrou na sala.

(ii) Maria e falante não conhecem o professor: uma pessoa entrou na sala, e era um professor, pode ter sido qualquer professor.

105) Maria **quer** casar com **um** professor.

Interpretações:

(i) Maria conhece o professor, mas o falante não conhece: há um professor com quem Maria quer casar, mas o falante não sabe quem é ele.

(ii) Maria e falante não conhecem o professor: Maria quer casar e tem que ser com um professor, não importa qual.

(iii) Maria e falante conhecem o professor: há um professor que Maria quer casar com ele.

106) Maria **quer** casar com **algum** professor.

Interpretações:

(i) Maria conhece o professor, mas o falante não conhece: há um professor com quem Maria quer casar, mas o falante não sabe quem é ele.

(ii) Maria e falante não conhecem o professor: Maria quer casar e tem que ser com um professor, não importa qual.

Os exemplos (99) a (106) ilustram que ‘um’ pode ser lido como referencial e indicar que o falante conhece a identidade do referente, ao passo que ‘algum’, pode até indicar que o sujeito da oração identifica um referente, mas o falante não pode identificá-lo. Além disso, como será desenvolvido na seção 3.6, indefinidos como ‘algum’, quando associados a modais,

disparam efeito de livre escolha, que gera seu efeito epistêmico, efeito este que ‘um’ não possui.

Além desses dados, é importante ainda dizer que ‘algum’ pode associar-se às noções de ignorância (desconhecimento), sentença (107), e indiferença (não importa qual), sentença (108). ‘Um’ também pode associar-se a tais noções, ver sentenças (109) e (110), respectivamente. Todavia, este indefinido permite ainda a leitura específica, ausente no uso de ‘algum’.

107) Para manter a forma, você precisa praticar **algum** esporte.

108) Para manter a forma, você precisa praticar **um** esporte.

109) João pegou **alguma** prova.

110) João pegou **uma** prova.

A partir dos dados apresentados nessa seção, é possível concluir que ‘um’ e ‘algum’ apresentam distinção quanto ao fato deste veicular falta de conhecimento do falante, o que o caracteriza como indefinido epistêmico. Por outro lado, ‘um’ não veicula, necessariamente, tal efeito e pode ser usado quando o falante tem um indivíduo específico em mente, mas não revela sua identidade por alguma razão.

3.3. Resumo

Pelo que já foi exposto até este momento já é possível desenhar um quadro com características do ‘um’ e do ‘algum’. O objetivo dessa seção é fazer um sumário do que a análise dos dados apresentada nas seções (3.1) e (3.2) permitiu visualizar. Então, será resumido na tabela (111) o comportamento desses indefinidos com relação à quantificação e ao efeito de marca de falta de conhecimento do falante.

111)

Quantificação		
Características	‘um’	‘algum’
Variabilidade de força quantificacional	$\forall$ ou $\exists$	$\exists$
Antecedente de anáfora	Sim	Sim
Efeito Epistêmico		
Características	‘um’	‘algum’
Pode ser interpretado como referencial	Sim	Não
Veicula desconhecimento/indiferença do falante	Pode	Sempre
Conjunto de alternativas possíveis	Não	Sim
Induz a alargamento de domínio	Não	Sim

Como foi visto nesta dissertação existe de um contraste semântico entre os indefinidos ‘um’ e ‘algum’ no PB. ‘Um’ herda sua força quantificacional, existencial ou universal, de um operador na sentença (ver Heim, 1982). ‘Algum’ está sempre associado à força quantificacional de existência. Além disso, ‘algum’ faz exigências semânticas que ‘um’ não faz: aquele veicula desconhecimento do falante, ao passo que este não veicula tal desconhecimento, o que permite sua leitura como relacionado a um indivíduo específico.

O desconhecimento do falante está sendo denominado aqui, seguindo Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003), como efeito epistêmico e ‘algum’, por induzir a esse efeito é um indefinido epistêmico, ao passo que ‘um’ não tem a mesma característica, ou seja não é um indefinido epistêmico. As próximas seções destinam-se a explicação das características apresentadas na tabela acima.

3.4. De onde vem a força quantificacional dos indefinidos ‘um’ e ‘algum’?

Como ilustram os exemplos da seção 3.1, retomados como (112) e (113), ‘um médico’ pode associar-se a força quantificacional existencial e universal, porém ‘algum’ está sempre associado à mesma força quantificacional de existência.

112) **Um médico** acorda cedo.

113) **Algum médico** acorda cedo.

Além disso, ‘um-NP’ e ‘algum-NP’ podem se associar a pronomes que estão além de sua sentença, como ilustram os exemplos na seção 3.1, retomados como (114) e (115).

114) **Um médico** entrou no consultório. **Ele** esqueceu o estetoscópio.

115) **Algum médico** entrou no consultório. **Ele** esqueceu o estetoscópio.

Grosso modo, pelo fato de indefinidos como ‘um’ apresentarem variabilidade de força quantificacional e poderem ser “retomados” por pronomes, Heim (1982) propõe, como apresentado na seção 1.3 do capítulo 1, que indefinidos são introdutores de variáveis.

Apesar de ‘algum’ não apresentar tal variabilidade de força quantificacional, propõe-se aqui que ambos, ‘um’ e ‘algum’, sejam indefinidos nos termos de Heim (1982), introdutores de variáveis, presos por um operador na sentença. No caso de sintagmas com ‘um’ a assunção de que a variável introduzida por um indefinido é presa por um operador na sentença é bastante plausível uma vez que esse operador pode variar entre existencial e universal). Por outro lado, explicar que a força quantificacional de ‘algum’ vem de um operador na sentença, mesmo que este sempre esteja associado à leitura existencial é mais difícil. Neste sentido, esta seção do trabalho discute a proposta de Kratzer & Shimoyama (2002), segundo a qual indefinidos como ‘algum’ possuem um traço não interpretável, mas pronunciado de existencial. A partir dessa análise, ‘algum’ é um indefinido e a presença desse traço faz com que esse indefinido seja sempre lido como existencial.

De acordo com Heim (1982), a força quantificacional de existência do indefinido em (116) não é inerente a ele.

116) **Um gato** entrou.

Para explicar a força quantificacional de existência de (116), Heim (1982) defende a idéia de que nestes casos há uma *Construal Rules* de *Existential Closure*. Por meio dessa regra postula-se um operador existencial que prende a variável introduzida por um indefinido.

Na representação em (116'), 'um gato' fica sob o escopo da *Existential Closure*, o que permite a leitura de quantificação existencial do indefinido.

116')

No caso de (116), o operador que prende a variável é um operador existencial, porém em sentenças com leitura universal, a variável pode ser presa, por exemplo, por um advérbio de quantificação como 'sempre', como apresentado no capítulo 1, na seção 1.3.

Segundo a proposta de Kratzer & Shimoyama (2002), por sua vez, mesmo indefinidos, que se associam à mesma força quantificacional, herdam sua força quantificacional de algum operador na sentença. É o caso de *irgendein* 'algum', que não mostra qualquer variabilidade quantificacional. Todavia, as autoras argumentam este indefinido não possui força quantificacional própria. As autoras defendem que a verdadeira fonte da leitura existencial vem da relação entre sintagmas nominais com *irgendein* 'algum' e operadores que prendem a variável introduzida por 'irgendein'. A aparente interpretação existencial pode ser vista como uma espécie de concordância.

Uma sentença, vista anteriormente e retomada abaixo como (117), apresenta duas leituras: (i) há um médico com quem Maria tinha que casar e o falante não sabe quem é o médico; (ii) Maria tinha que casar com um médico, e qualquer opção era uma possibilidade permitida.

(117) *Mary musste irgendeinen Arzt heiraten.*

(Kratzer & Shimoyama, 2002)

Maria tinha que *irgend-um* médico casar

‘Maria tinha que casar com algum médico.

De acordo com Kratzer & Shimoyama (2002), uma vez que *irgendein* ‘algum’ não tem força quantificacional própria, mas é lexicalmente especificado como existencial ele precisa concordar com um operador $\exists$. Seguindo o que propõe Heim (1982), em uma sentença como (117), as autoras assumem que o operador $\exists$ é introduzido junto com o modal com uma *Existential Closure* no escopo nuclear do modal. Desse modo, a forma lógica para (117) seria a representada em (118), em que o modal combina-se a um operador existencial que prende a variável introduzida pelo indefinido. *Irgendein* ‘algum’, por exemplo, introduz alternativas possíveis: ao ser combinado a um predicado, cria conjuntos de alternativas proposicionais que vão expandindo até serem presas por um operador.

118) (*Muss* + [*\$*] (*Mary irgendeinen Arzt heiraten*)

(Kratzer & Shimoyama, 2002)

Tem que + $\exists$ (Maria *irgend-um* médico casar)

Conforme exposto na seção 2.3., Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003) assumem que em sentenças em que não há um modal realizado abertamente, há um operador modal de *asserção*, que prende as alternativas proposicionais criadas pelo indefinido combinado com um predicado.

No caso de ‘algum’ é possível analisar sua força quantificacional da combinação de um modal e um operador existencial, como proposto para o *irgendein* ‘*algum*’. No exemplo (119), ‘algum médico’, ao ser combinado com o predicado, cria um conjunto de alternativas possíveis. O significado do modal, diz que para cada mundo possível uma dessas alternativas é verdadeira. Combinado a esse modal, há um operador de existência, que prende a variável introduzida pelo indefinido.

119) Maria tem que casar com **algum médico**.

Com base na explicação de Kratzer & Shimoyama (2003), assume-se, então, que ‘algum’ é seletivo, ou seja, não se associa a outros operadores que não sejam existenciais, pois possui um traço não interpretável de existencial ($\exists$), mas pronunciado. Devido a isso, ele sempre está relacionado a uma leitura existencial. Por sua vez, ‘um’ não possui tal traço e pode associar-se a qualquer operador (universal ou existencial) o que permite sua variabilidade de leitura quantificacional.

3.5. De onde vem o efeito epistêmico de ‘algum’?

Esta seção dedica-se a explicar como se constrói o efeito epistêmico de ‘algum’, ou seja, o que permite que ‘algum’ veicule desconhecimento do falante em relação ao referente, em contraste com ‘um’, que não é um indefinido epistêmico.

Esta parte do trabalho dedica-se a mostrar que o efeito epistêmico de ‘algum’ é gerado como efeito de livre escolha. Grosso modo, ‘algum’ denota um conjunto de indivíduos e quando combinados a predicados cria um conjunto de alternativas possíveis, que expandem até encontrar um operador que as prenda, o que constitui alargamento de domínio; por sua vez, sua interação com um modal cria o efeito de livre escolha, uma vez que os modais “fornecem” os mundos possíveis para as alternativas criadas pelo indefinido. Dessa forma, o objetivo dessa parte do trabalho é explicitar como se dá esse efeito.

A denotação do sintagma indefinido ‘alguma menina’, em (120), é o conjunto de meninas em um domínio dado contextualmente. Se no contexto há cinco meninas: Maria, Joana, Paula, Carla e Fernanda, a denotação de ‘alguma menina’ será o conjunto {Maria, Joana, Paula, Carla, Fernanda}.

120) **alguma menina**

Por sua vez, ao se combinar ‘alguma menina’ com o predicado ‘entrou na sala’, como em (121), tem-se um conjunto de alternativas proposicionais {Maria entrou na sala; Joana entrou na sala; Paula entrou na sala; Carla entrou na sala; Fernanda entrou na sala}.

121) **Alguma menina** entrou na sala.

Nestes termos, ‘alguma’ induz ao máximo alargamento do domínio, correspondendo ao grupo máximo de alternativas proposicionais (o conjunto com todas as alternativas). Quando um indefinido como ‘alguma menina’ entra em interação com um verbo como ‘saber’, como em (122), a semântica do verbo, diz que para cada alternativa dos mundos possíveis relacionados ao que Claudia sabe, pelo menos uma das meninas no domínio entrou na sala em um desses mundos.

122) Claudia **sabe** que **alguma menina** entrou na sala.

No caso de sentenças como (121), seguindo Alono-Ovalle e Menéndez-Benito (2003), admite-se que exista, nesses casos um operador modal de asserção. Dessa interação entre alargamento de domínio e modalidade surge o efeito de livre escolha, que, por sua vez associa-se ou à indiferença: não importa a opção a ser escolhida, como no exemplo (107), retomado abaixo; ou à ignorância: o falante não pode escolher porque ignora o referente, como no exemplo (109), retomado abaixo.

107) Para manter a forma, você precisa praticar **algum esporte**.

109) João pegou **alguma prova**.

Por sua vez, indefinidos como ‘um’, seguindo Kratzer & Shimoyama (2002) denotam subconjuntos de seus conjunto de nome comum. Desse modo, ‘um menina, por exemplo, denota um subconjunto do conjunto de meninas, mas pode denotar também um conjunto com um único elemento, além disso ‘um’ não induz a alargamento de domínio.

Para entender melhor a relação entre modais e indefinidos, serão apresentadas algumas propriedades dos modais.

Segundo Kratzer (1981), modais estão associados à semântica de mundos possíveis. De acordo com a autora, as expressões dos modais nas línguas são capturadas em três dimensões: força modal, que diz respeito, por exemplo, à necessidade e possibilidade; base modal, que determina o conjunto de mundos acessíveis, por exemplo epistêmica; e uma fonte de ordenação, que determina a ordenação desses mundos, dêontica, por exemplo.

Tendo em consideração uma situação em que Pedro foi morto no aeroporto de Guarulhos e o detetive Roberto está encarregado pela investigação do crime. Durante muito tempo Pedro trabalhou com João, José e Paulo e não tinha um bom relacionamento com nenhum deles. No dia do assassinato Paulo e José estavam no aeroporto. Diante das circunstâncias, o detetive responsável pela investigação pode concluir (123).

123) Paulo pode ser o culpado.

A sentença pode ser analisada levando-se em conta o que é possível saber sobre a morte de Pedro nesse contexto. Paulo, José ou qualquer outra pessoa podem ser culpados, porém, a situação em que João é o assassino é descartada, pois João nem estava no local do crime no momento da morte. Nesse caso, a sentença está associada a uma força modal de possibilidade.

Entretanto, no desenrolar das investigações o detetive descobre que o assassino é Carlos, um homem bastante perigoso com quem Pedro tinha negócios escusos. Além disso, Carlos fora encontrado com a arma do crime. Nesse caso, a sentença exclui qualquer outra possibilidade, e a força modal associada à sentença (124) é de necessidade.

124) Carlos deve ser culpado.

Ao dizer que Paulo pode ser o culpado, como na sentença (123), o falante baseia-se efetivamente no que sabe, nas circunstâncias relevantes que fazem parte de sua bagagem de conhecimento. Devido a isso, a base modal (o conjunto de mundos possíveis) é dado pelo conhecimento do que falante sabe.

Essas noções aplicadas a uma sentença com indefinido, como (125), resulta que, ao proferir (125), o falante afirma que um indivíduo esqueceu a chuteira, e além disso, com o uso do ‘algum’ o falante implica que não é capaz de identificar o indivíduo (leve em conta um contexto onde em uma fábrica há 21 funcionários que jogam futebol).

125) **Algum rapaz** esqueceu as chuteiras.

Como visto, ‘algum’ denota um conjunto de indivíduos, então há alternativas de indivíduos possíveis: Paulo, Pedro, José, Mário,... Pelo uso do ‘algum’ o ouvinte entende que o falante não sabe qual das alternativas deve ser escolhida (como visto, ‘algum’ veicula o desconhecimento do falante). Além disso, o contexto permite ao falante inferir, por tudo que sabe e pelas evidências que possui, que foi algum rapaz que esqueceu as chuteiras. Tem-se, nesse caso, uma base modal epistêmica, uma vez que os mundos acessíveis estão relacionados ao conhecimento do falante. Dessa forma, é possível explicar como se dá a interação entre modais e as alternativas criadas pelo indefinido.

Pelo que o falante sabe, pelos mundos que constituem a base do conhecimento, existe um conjunto de alternativas x tal que x esqueceu as chuteiras. Para todas as alternativas há um mundo possível em que o rapaz esqueceu a chuteira. Além disso, não há uma alternativa que torne a proposição verdadeira em todos os mundos possíveis dados pela base modal. O falante, pelas evidências que tem, sabe que um indivíduo esqueceu suas chuteiras e sabe também que diferentes rapazes poderiam ter esquecido as chuteiras relevantes do contexto. O falante não sabe qual rapaz esqueceu suas chuteiras no mundo atual e devido a isso não está apto a escolher a alternativa correspondente ao mundo atual.

Para que o uso de ‘algum’, nessa situação, seja apropriado é preciso garantir que haja pelo menos dois mundos em que as alternativas sejam distintas. Segundo Pires de Oliveira (2005), é possível se fazer isso por meio de uma restrição à base modal, que garante que isso ocorra, pois ‘algum’ exige um conjunto de alternativas que estejam disponíveis para serem escolhidas.

De acordo com Kratzer & Shimoyama (2002) as alternativas criadas pelo indefinido podem ser distribuídas nos mundos acessíveis introduzidos por modais. A essa restrição à base modal de que fala Pires de Oliveira (2005), as autoras denominam exigência de distribuição.

Por sua vez, a relação com modalidade pode explicar o uso das sentenças da seção 3.2 retomadas abaixo como (126) e (127). Em uma situação em que o falante vê o menino e mesmo assim faz uso do ‘algum’, esse uso faz sentido se considerar que o falante quer implicar um significado.

126) #Algum conquistador está piscando para sua irmã.

127) #Algum homem está tirando flores do jardim.

Segundo Grice (1975), a conversação é, por natureza, cooperativa e essa cooperação é articulada de acordo com “normas” (Máximas Conversacionais) que os interlocutores devem respeitar para que ela aconteça. Os interlocutores obedecem a essas máximas para respeitar o Princípio de Cooperação, segundo o qual os interlocutores devem fazer contribuições adequadas ao objetivo da conversa. Neste sentido, os participantes da conversa obedecem as seguintes máximas:

- (i) Relação: seja relevante;
- (ii) Qualidade: fale de informações para as quais você possui evidências de que são verdades;
- (iii) Quantidade: coloque a informação necessária, não omita ou diga informações em excesso;
- (iv) Modo: evite ambigüidades e obscuridades, seja claro e objetivo.

Tendo isso em mente, o ouvinte pode seguir, segundo o Princípio de Cooperação, o raciocínio: o uso de *implica* que o falante não sabe dar informações sobre o referente; se nesse contexto o falante, mesmo vendo o menino, usa ‘algum’ é porque ele quer transmitir alguma informação: ele está vendo o menino, e sabe quem é, mas não quer dizer, então o falante está sendo informativo.

Segundo Kratzer & Shimoyama (2002), o falante pode escolher um elemento como ‘algum’, que alarga o domínio para evitar inferência de falsa exaustividade e uma afirmação falsa, mais precisamente o uso de ‘algum’ pode indicar extrema ignorância. Se há um conjunto de alternativas possíveis e o falante não pode escolher uma delas, pois sua falta de conhecimento não permite, então é natural que, por cooperação ele opte pelo ‘algum’.

Outro dado que o efeito epistêmico de ‘algum’ explica é a impossibilidade desse indefinido ser lido como “referencial” ao passo que ‘um’, por não veicular tal efeito, pode ser lido como “referencial”, como acontece nas seqüências apresentadas na seção 3.2 e retomadas em (128) e (129).

128)

A: Com quem a Maria casou?

B: Com um médico, o Édson

129)

A: Com quem a Maria casou?

B: #Com algum médico, o Édson.

Partindo das análises apresentadas no capítulo 2 para o *irgendein* ‘algum’, para o *algun* ‘algum’ e para o ‘qualquer’, nesta seção, mostrou-se que o efeito epistêmico de ‘algum’, em PB, pode ser derivado e porque tal efeito não faz parte das características semânticas do ‘um’.

3.6. Relação entre ‘um’, ‘algum’ e ‘qualquer’

Esta seção destina-se a uma breve comparação entre ‘um’, ‘algum’ e ‘qualquer’. Tal comparação tem como objetivo ilustrar as diferenças entre esses indefinidos. Se na seção anterior a distinção entre ‘algum’ e ‘qualquer’ parece ter ficado neutralizada, é importante procurar ao menos ilustrar que a diferença entre ambos existe.

A primeira comparação a fazer diz respeito à força quantificacional: ‘um’ e ‘qualquer’ apresentam variabilidade de força quantificacional, porém ‘algum’ está sempre associado à mesma força quantificacional de existência, como ilustram as sentenças (130) (135).

130) **Uma mulher** chora.

(Leituras: Toda mulher chora/existe pelo menos uma mulher e ela chora)

131) **Qualquer mulher** chora

(Leituras: Toda mulher chora)

132) **Alguma mulher** chora.

(Leitura: Existe pelo menos uma mulher e ela chora)

133) Maria está com **um problema**.

(Leitura: Maria está com um problema /existe pelo menos um problema)

134) Maria está com **qualquer problema**.

(Leitura: Maria está com um problema /existe pelo menos um problema)

135) Maria está com **algum problema**.

(Leitura: Maria está com um problema /existe pelo menos um problema)

‘Qualquer’ e ‘algum’ não podem ser usados quando o falante conhece o referente, como ilustra a estranheza de (136) e (137); porém ‘um’ pode ser usado nessa situação, como ilustra a sentença (138), em que ‘João’, pode referir-se ao indefinido.

136) #A Maria casou com **qualquer** professor, o **João**.

137) #A Maria casou com **algum** professor, o **João**

138) A Maria casou com **um** professor, o **João**

‘Algum’ induz a um alargamento de domínio o que gera um conjunto de alternativas. Segundo Pires de Oliveira (2005) ‘qualquer’, em seu uso apropriado pode ser usado somente em contextos onde há um conjunto de alternativas possíveis. Este indefinido também induz a alargamento de domínio. Por sua vez, ‘um’ não induz a alargamento de domínio. Outra característica que distingue ‘algum’ e ‘qualquer’, além da força quantificacional, é o comportamento em relação ao alargamento de domínio.

A análise da intuição dos falantes entrevistados, diz que ‘qualquer’ faz uma “ampliação maior” do domínio, o que permitiria a leitura de (139) como falando de todos os indivíduos sem exceção (generalização). Todavia ‘algum’, em (140), soa estranho, já que não pode ser entendido como falando da classe geral de indivíduos que são coruja e que esses comem rato.

139) **Uma coruja** come rato.

(Pires de Oliveira, 2005)

Mesmo **uma coruja** doente?

Qualquer coruja come rato.

140) **Uma coruja** come rato.

Mesmo **uma coruja** doente?

***Alguma coruja** come rato.

Dessa maneira, os dados ilustram que o alargamento de domínio é mais “restrito” para o ‘algum’ do que para o ‘qualquer’. Segundo Kratzer (c.p.) esse é um assunto que tem sido bastante discutido pelos semanticistas interessados na semântica dos indefinidos. Todavia, apesar de bastante pertinente para este trabalho, a discussão sobre tal tópico não será desenvolvida nesta dissertação.³¹

3.7. Comparação entre os indefinidos do alemão, do espanhol, do inglês e do português

Esta seção retoma as principais características apresentadas no capítulo 2 para os indefinidos do alemão, do espanhol e do inglês.

No alemão, *irgendein* ‘algum’, de acordo com a proposta de Kratzer & Shimoyama (2002), é um indefinido nos termos de Heim (1982). É um elemento alargador de domínio que, quando combinado a um predicado, introduz alternativas proposicionais que vão expandindo até que um operador as prenda. Está sempre associado a um operador existencial e em interação com modais induz a um efeito de livre escolha.

Segundo Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2003) *algún* ‘algum’ apresenta as mesmas características de *irgendein* ‘algum’. De acordo com os autores, *algún* ‘algum’ induz a um efeito epistêmico que é resultado do alargamento de domínio induzido por *algún* ‘algum’ em interação com um modal epistêmico, que cria um efeito de livre escolha que caracteriza o efeito epistêmico do indefinido *algún* ‘algum’.

No PB, ‘algum’, por sua vez, possui as mesmas características de *algún* ‘algum’ e no que diz respeito ao seu efeito epistêmico também está associado à livre escolha; é um elemento alargador de domínio e não apresenta variabilidade de força quantificacional.

Por outro lado, o efeito epistêmico de *some* ‘algum’ não está relacionado à livre escolha, mas sim, de acordo com Alonso-Ovalle e Menéndez -Benito (2003), a diferentes níveis de ignorância. O uso de *some* ‘algum’ é apropriado mesmo em uma situação em que o

³¹ C.P.: conversa pessoal em 30/05/2007.

falante tem acesso visual ao referente, como foi apresentado na seção 2.3. Para o uso de *some* ‘algum’ ser apropriado basta, simplesmente, que o falante não saiba, por exemplo, o nome do indivíduo em questão, não é uma exigência desse indefinido um conjunto de alternativas possíveis.

Por sua vez *ein* ‘um’, *un* ‘um’, *a* ‘um’ e ‘um’ não são indefinidos epistêmicos, pois o uso desses indefinidos é apropriado mesmo quando o falante conhece a identidade do referente (tem, por exemplo, um indivíduo em mente).

3.8. Resumo

Neste capítulo foram apresentadas as características no que diz respeito ao comportamento quantificacional de ‘um’, que apresenta variabilidade de força quantificacional, e de ‘algum’, que não apresenta tal variabilidade. Para explicar essa característica do ‘algum’ estar associado à mesma força quantificacional, assumiu-se a proposta se Kratzer & Shimoyama (2002) para o *irgendein* ‘algum’, segundo a qual indefinidos como ‘algum’, que associam-se apenas à interpretação de existencial, possuem um traço existencial não-interpretável. Por outro lado, ‘um’ não possui tal traço e pode ser interpretado como universal e como existencial.

Além disso, foi mostrado que ‘um’ e ‘algum’ são diferentes no que diz respeito ao fato de o último marcar falta de conhecimento do falante ao passo que o primeiro não possui tal efeito. Esse efeito, denominado epistêmico, está associado a um efeito de livre escolha.

Neste capítulo também foi discutido como se dá a interação de indefinidos, como ‘algum’, sob o escopo modais. Foi discutido também que ‘algum’, como ‘qualquer’, induz a um alargamento de domínio, porém tal alargamento é distinto para os dois indefinidos. Por fim, buscou-se retomar as principais características apresentadas no capítulo 2, para os indefinidos do alemão, do espanhol e do inglês para ilustrar qual a relação existente entre o português e essas línguas.

Conclusão Geral: já é possível saber a denotação dos sintagmas contendo ‘um’ e ‘algum’ no PB?

Como dito no início dessa dissertação, semanticistas como Haspelmath (1997), Kratzer & Shimoyama (2002), Alonso-Ovalle & Menéndez-Benito (2003), entre outros, têm se voltado para o estudo da denotação dos indefinidos dentro das línguas e entre as línguas em busca de propriedades semânticas que os caracterizem.

No estudo do português brasileiro é possível citar a análise do ‘qualquer’ (ver Pires de Oliveira, 2005), que trata das propriedades semânticas do ‘qualquer’. Todavia, ainda há necessidade de maiores estudos que se voltem para os indefinidos do PB, de modo a buscar e a explicar as propriedades semânticas que os caracterizam.

Esse trabalho se propôs a realizar uma análise das propriedades semânticas dos indefinidos ‘um’ e ‘algum’ no PB e a mostrar que existe um contraste semântico entre ambos.

No primeiro capítulo foram apresentadas algumas propostas de análises para os indefinidos ‘um’ e ‘algum’. Gollo (2004) havia apontado para a existência de uma distinção entre os dois indefinidos no PB.

Nesta dissertação, ‘algum’ é analisado como um indefinido epistêmico (marca falta de conhecimento do falante) ao passo que ‘um’ não veicula tal efeito. No entanto, a análise das leituras disponíveis para sentenças contendo ‘um’ mostrou que este indefinido também pode ser usado em situações em que o falante (e sujeito da oração) não estão aptos a dar informações sobre o referente.

‘Algum’, por sua vez, está sempre associado a essa falta de conhecimento do falante. Quando um indivíduo escolhe um elemento alargador de domínio, tal como ‘algum’, no mínimo ele implica que não pode dar maiores informações sobre a identidade do referente. Por sua vez, o ouvinte interpreta que ao usar tal indefinido o falante quer evitar uma falsa afirmação.

O indefinido ‘um’ associa-se a diferentes operadores, o que lhe permite leitura de quantificação universal e leitura de quantificação existencial. Seguindo a proposta de Kratzer & Shimoyama (2002), ‘algum’, é um indefinido “seletivo”, pois se associa sempre a um operador existencial.

Em síntese ‘um NP’ quanto ao comportamento quantificacional, (i) apresenta variabilidade de força quantificacional; (ii) pode ser antecedente de pronome anafórico; (iii) não tem seu escopo restringido por sentenças-se, (iv) pode combinar-se com sentenças relativas não-restritivas. Não é um indefinido epistêmico e devido a isso (i) pode ser lido como fazendo referência a um indivíduo em especial; (ii) não induz a alargamento de domínio; (iii) não está associado à livre escolha dentro de um conjunto de alternativas e (iv) não induz a um efeito epistêmico.

Por sua vez, ‘algum NP’ quanto ao comportamento quantificacional, (i) não apresenta variabilidade de força quantificacional; (ii) pode ser antecedente de pronome anafórico; (iii) tem seu escopo restringido por sentenças-se, (iv) não pode combinar-se com sentenças relativas não-restritivas. ‘Algum NP’ é um indefinido epistêmico e devido a isso (i) não pode ser lido como fazendo referência a um indivíduo em especial; (ii) induz a alargamento de domínio; (iii) está associado à livre escolha dentro de um conjunto de alternativas e (iv) induz a um efeito epistêmico.

Apesar de estar sempre associado à força quantificacional de existência, assume-se, neste trabalho, que tal característica é resultado de um processo de concordância com o operador existencial que prende a variável introduzida por ele. Nestes termos, ‘algum’ possui um traço pronunciado, mas não interpretável de existencial e isso lhe confere sempre a mesma leitura. Desse modo, tanto ‘um’ quanto ‘algum’ são indefinidos nos termos de Heim (1982).

Nestes termos, ‘algum’ assemelha-se à descrição proposta por Pires de Oliveira (2005) para o ‘qualquer’, uma vez que este, de acordo com a análise da autora, é um introdutor de variável, pressupõe um conjunto de alternativas possíveis, induz a alargamento de domínio e ao efeito de livre escolha, que gera ignorância e indiferença. Todavia, a análise da intuição dos falantes permitiu concluir que a restrição desse alargamento é distinta entre esses dois indefinidos. De acordo com os dados, o alargamento de domínio realizado por ‘algum’ é “menor” que o induzido por ‘qualquer’. Em uma escala, ‘um’, não induz a alargamento de domínio, ‘algum’ induz, mas tal alargamento é mais restrito que o realizado por ‘qualquer’. Nesse aspecto, ‘qualquer’ tem como domínio o conjunto de todos os indivíduos, assim como ocorre com *irgendein* ‘algum’, conforme Kratzer & Shimoyama (2002).

Ao realizar a análise da distinção entre os indefinidos ‘um’ e ‘algum’ no português brasileiro e mostrar que eles se comportam como outros indefinidos em outras línguas, essa dissertação contribui para uma teoria semântica preocupada com uma tipologia dos indefinidos. Este trabalho é, portanto, uma contribuição para os estudos dos indefinidos no PB e entre as línguas.

Bibliografia

- ABUSCH, D. (1994). "The scope of indefinites". In *Natural Language Semantics*. Junho, volume 2, p.83-125.
- ALONSO-OVALLE, L. & MENÉNDEZ BENITO, P. (2003). "Some Epistemic Indefinites". *Proceedings of the North East Linguistic Society*, ed. by Makoto Kadowaki and Shigeto Kawahara, University of Massachusetts, Amherst: GLSA, pp. 1-12. Disponível no seguinte sítio da *world wide web*: [http : // alonso-ovalle.net / papers / alonso-menendez_NELS2003.pdf](http://alonso-ovalle.net/papers/alonso-menendez_NELS2003.pdf). Último Acesso em 12 de maio de 2007.
- ALONSO-OVALLE, L. (2002). "Indefinites and Quantification: the case of Spanish". Disponível no seguinte sítio da *world wide web*: [http : // ling.uni-konstanz.de / pages / conferences / sub7 / abstracts / sub7_aOvalleMBenito.pdf](http://ling.uni-konstanz.de/pages/conferences/sub7/abstracts/sub7_aOvalleMBenito.pdf). . Último Acesso 30 de maio de 2006.
- BORGES NETO, J. (2003): "Semântica de modelos". In: Müller, A.; NEGRÃO, E.& FOLTRAN, M.(orgs): *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, p.p.01-34
- CHOMSKY, N. (1981). *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.
- CHIERCHIA, G. (2003) *Semântica*. Traduzido por Luís Arthur Pagani, Lígia Negri & Rodolfo Ilari de: *Semântica*. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas; Londrina, PR: Eduel
- CUNHA, C. & CINTRA, L. (1985). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DUBOIS, J. (1978). *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- FALLER, M. (2006). "Evidentiality and epistemic modality at the Semantics/ Pragmatics interface". Available on the semanticsarchive.net.
- FALLER, M. (2003). "Propositional- and illocutionary- level evidentiality in Cuzco Quechua". Jan Andersen, Paula Menéndez-Benito, and Adam Werle, eds. *The proceedings of SULA*. Vancouver , BC:19-33, University of Massachusetts, Amherst.
- FALLER, M. (2002). *Semantics and Pragmatics of Evidentials in Cuzco Quechua*. PhD thesis, Stanford University.
- FERREIRA, M. B. (2004). Introdução à Semântica Formal. Texto não publicado.

- von FINTEL, K. (2000). "Whatever". *Proceedings of Salt Conference*.
- FODOR, J.D. & SAG, Ivan A. (1982): "Referential and Quantificational Indefinites". *Linguistics and Philosophy* 5, p. 354-398.
- GOLLO, D. M. de A. (2004). *As diferenças semânticas entre os indefinidos 'um' e 'algum' no PB*. Dissertação não publicada. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- GRICE, P. (1975). "Logic and conversation". In: P. Cole e J. Morgan (org), *Syntax and Semantics 3: speech acts*. Nova York: Academic Press.
- De HAAN, F. (1999). "Evidentiality and epistemic modality: setting boundaries". *Southwest Journal of Linguistics* v. 18, pp.83-101.
- HAMBLIN, C. L. (1973). Questions in Montague English. *Foundations of Language* 10, 41-53. Reprinted (1976) in B. Partee (ed.) *Montague Grammar*. New York: Academic Press, 247-259.
- HASPELMATH, M. (1997). *Indefinite Pronouns*. Oxford: Oxford University Press.
- HEIM, I. & KRATZER, A. (1998). *Semantics in Generative Grammar*. Oxford: Blackwell.
- HEIM, I. (1982): *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. Ph.D Dissertation. Massachusetts, University of Massachusetts, reproduced by the GLSA, Linguistics Dept., UMass, Amhest
- ILARI, R. (2001). *Introdução à Semântica: Brincando com a Gramática*. São Paulo: Contexto.
- ILARI, R. & GERALDI, J. W. (2001). *Semântica*. São Paulo: Ática
- KADMON, N. (1987). *On Unique and Non-Unique Reference and Asymmetric Quantification*. Dissertação de Mestrado. Estados Unidos: University of Massachusetts.
- KRATZER, A. & SHIMOYAMA, J. (2002). "Indeterminate Pronouns: The view from Japanese". Trabalho apresentado na 3ª Conferência de Tóquio em Psicolinguística.
- KRATZER, A. (sem data). *Introdução à Semântica Formal*, manuscritos traduzidos por Ana Müller e Tércio Polli, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- KRATZER, A. (1981). "The notional category of modality". In: H-J. Eikmeyer & H. Rieser (eds.). *Words, worlds and contexts: new approaches to word semantics*. Berlin: de Gruyter, p.p. 38-74.
- LYONS, J. (1981). *Lenguaje, Significado y Contexto*. Buenos Aires: Paidós.
- _____ (1979). *Semantics 2*. London: Cambridge University Press.

- MATTOSO CÂMARA Jr., J. (1978). *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis: Vozes.
- MÜLLER, A. (2002). “The Semantics of generic quantification in Brazilian Portuguese”. *PROBUS*. 14 (2): p.p 145-289.
- _____ (1999). The Semantics of generic quantification in Brazilian Portuguese. University of Massachusetts at Amherst.
- _____ (2001). “Anáfora Pronominal”. In *Revista Letras*. Curitiba: Editora da UFPR. n.º 56, p.259-275.
- _____ (1992/1993). “A Semântica de Valor de Verdade e a Gramática de Montague”, *Língua e Literatura*, nº20, p.p.119-136.
- _____ (1989). *Um estudo sobre a Gramática de Montague e sua aplicação a um fragmento do Português*. Tese não publicada. Curitiba, Universidade Federal do Paraná.
- MOURA NEVES, M. H. de (2000). *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP.
- PERES, J. A. (1992). “Questões de Semântica Nominal”, *Cadernos de Semântica 1*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p.p. 01-35.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. (2005). “Qualquer e o conceito de livre escolha”. In: *D.E.L.T.A*, 21:2, p.p. 251-277.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. (2001). *Semântica Formal: Uma Breve Introdução*. Campinas: Mercado de Letras.
- RUSSELL, B. (1905). “On denoting”. *Mind* 14: 479-493, 1905. Tradução: em B. Russell (1978), *Ensaio Escolhidos*, coleção “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, [1905].
- SOUZA, P. C. (1994). *Os Artigos e Definitude: Um Estudo Comparativo das Línguas Romena, Húngara, Búlgara, Albanesa e Grega*. Dissertação de Mestrado não publicada. São Paulo, USP.
- STRAWSON, P. F. (1952). *Introduction to Logical Theory*. New York & London: Methuen & Co. Ltd.